



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 082

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Doutor Luciano</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE OUTUBRO DE 2003**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühler, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

OFÍCIO Nº 456/2003

Curitiba, 14.10.2003.

Senhor Presidente:

Em face de convite formulado a este parlamentar, na qualidade de presidente da Comissão de Turismo desta Casa, pela Associação Brasileira de Agências de Via-

gens, para participarmos da Sessão Solene de Abertura do 31º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, e visita oficial à Exposição de Turismo ABAV 2003 - A Feira das Américas, com abertura oficial a se realizar às 11h00 do dia 23 de outubro, no Rio de Janeiro, de significativa importância para o turismo paranaense, vimos solicitar a autorização do douto Plenário, visando a nossa participação no referido evento.

Na oportunidade renovamos as nossas homenagens de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2326**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER destaque para votação da Emenda nº 01, apresentada em Plenário, ao Projeto de Lei nº 307/2003.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos, Luciana Rafagnin.

**REQUERIMENTO Nº 2330**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para a votação da Emenda nº 05, Substitutivo Geral de Plenário, apresentado pelo ilustre deputado Augustinho Zucchi, ao Projeto de Lei nº 307/2003, item 01 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**REQUERIMENTO Nº 2337**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) NELSON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 2309**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a retirada pelo prazo de 10

(dez) Sessões Plenárias, do Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado Elton Welter e outros, que veda o plantio, a sementeira, a importação, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) no Estado do Paraná.

Tal reivindicação se justifica em virtude de ainda não haver sido emitida decisão sobre o assunto pelo Governo Federal, o que deverá ocorrer nos próximos dias.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROS-SONI, JOCELITO CANTO, DOUTOR LUCIANO, RATINHO JÚNIOR, ADEMAR TRAIANO, NEIVO BERALDIN, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

#### REQUERIMENTO Nº 2343

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 568/2003, opor cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2344

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 373/2003, opor cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base no artigo 157, inciso II, desta Casa de Leis, o encerramento da discussão do Requerimento de pedido de adiamento por dez Sessões do Projeto de Lei nº 307/2003.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2342

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base no artigo 157, inciso II, desta Casa de Leis, o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 307/2003.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

o deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto

Plenário, seja destinado horário na Sessão Plenária, no Grande Expediente, no próximo dia 29 de outubro para que a direção do Hospital Erasto Gaertner faça uma explanação sobre a atual situação da instituição hospitalar.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da CPI da Sedu/Paranacidade, conforme atribuições legais e regimentais, REQUER prorrogação de prazo para conclusão do relatório final desta Comissão, por 10 (dez) dias, a contar de 17 de outubro de 2003.

(a) Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem oficial, para participar da 31ª Missão Econômica do Paraná, com destino aos Estados Unidos da América, Japão e Sudoeste Asiático, no período de 22 de outubro a 06 de novembro do corrente.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

#### REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem oficial, para participar da 31ª Missão Econômica do Paraná, com destino aos Estados Unidos da América, Japão e Sudoeste Asiático, no período de 22 de outubro a 06 de novembro do corrente.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o duto Plenário, autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem oficial, para participar da 31ª Missão Econômica do Paraná, com destino aos Estados Unidos da América, Japão e Sudoeste Asiático, no período de 22 de outubro e 15 de novembro do corrente.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Francisco Caldas Neto e de seu filho Pedro Sérgio Caldas.

Desta forma, o parlamentar abaixo assinado requer sejam enviadas as mais sinceras condolências deste Poder Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 2335

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares da Sra. Astrid Kalil Pilz, pelo falecimento ocorrido na última quarta-feira, dia 24 de setembro de 2003.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Rossana Sinara Pilz de Oliveira, acerca do voto em apreço, no endereço sito à Rua do Herval nº 660, apartamento 1-A, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.050-200.

Sala das Sessões, em 14.09.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2336

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Claudino Domingos Veronese, professor na CESUL de Francisco Beltrão - PR da FEDEP de Pato Branco - PR ocorrido na noite do dia 13 de outubro de 2003, à comunidade acadêmica e, em especial, à sua família.

Sala das Sessões, em 14.09.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2338

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Massa, avô do ilustre deputado Ratinho Júnior, ocorrido em 12 de outubro, deixando viúva a Sra. Maria Talarico Massa e 4 filhos, Carlos Roberto, Laércio, Claudinei e Zélia e diversos netos.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada, para a Avenida Iguaçu, 2593 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO e MARCOS ISFER

Apoiamento:

Doutor Luciano, Renato Gaúcho, Arlete Caramês, Waldir Leite, Durval Amaral, Jocelito Canto, Vanderlei Iensen, Chico Noroeste, Alexandre Curi, Miltinho Pupio, Tadeu Veneri, Barbosa Neto, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk e Pedro Ivo Ilkiv.

#### REQUERIMENTO Nº 2306

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente expediente, vem REQUERER regimentalmente ao Plenário desta Casa Legislativa, a aprovação para que seja consignado na Ata da Sessão de hoje, as congratulações às autoridades e a população de Céu Azul pelo transcurso do 37º aniversário de emancipação do município, cuja efeméride foi comemorada festivamente no último dia 08 de outubro.

A retrospectiva histórica do município em festa, marcada pelo desenvolvimento e por grandes realizações, foi feita pela abnegação de seus administradores públicos, liderança e, sobremaneira, pela dedicação de seu valoroso povo, que diuturnamente, por sua pertinaz vocação ao trabalho, é o impulsionador do progresso individual e coletivo.

É preciso destacar que o pujante município experimenta um novo tempo com a atual administração, que vem qualitativamente proporcionando um perfil da qualidade de vida de sua população, antes nunca visto.

Na condição de representante do povo de Céu Azul neste Parlamento, se assim aceitarem os nobres pares, mesmo tendo estado presente às comemorações, quero uma vez mais, por esta proposição, parabenizá-lo por esse significativo aniversário, nas pessoas do, prefeito municipal, Jaime Basso e do presidente da Câmara Municipal, vereador Ciro Fernando de Carli, assim como ao vice-prefeito, vereadores, secretários municipais e demais funcionários.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que seja dado ciência da mesma, ao senhor Jaime Basso, prefeito municipal, e ao senhor vereador Ciro Fernando de Carli, presidente da Câmara Municipal de Céu Azul, via correspondência a ser encaminhada à Avenida Nilo Humberto Deitos, 1426, e ainda, à Avenida Nilo Humberto Deitos, 1457 - CEP 85840-000 Céu Azul - PR, respectivamente.

Sala das Sessões, em 14.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2307

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente expediente, vem REQUERER, regimentalmente ao Plenário desta Casa Legislativa a aprovação para que seja consignado na ata da Sessão de hoje, as congratulações às autoridades e a população local de Tupãssi pelo transcurso do 24º aniversário de emancipação e 20º aniversário de instalação do município, cuja efeméride foi comemorada festivamente no último final de semana.

A retrospectiva histórica do município em festa, marcada pelo desenvolvimento e por grandes realizações, foi feita pela abnegação de seus administradores públicos, liderança e, sobremaneira, pela dedicação de seu valoroso povo, que diuturnamente, por sua pertinaz voca-

ção ao trabalho, é o impulsionador do progresso individual e coletivo.

É preciso destacar que o pujante município experimenta um novo tempo com a atual administração, que vem qualitativamente proporcionando um perfil da qualidade de vida de sua população, antes nunca visto.

Na condição de representante do povo de Céu Azul neste Parlamento, se assim aceitarem os nobres pares, mesmo tendo estado presente às comemorações, quero uma vez mais, por esta proposição, parabenizá-lo por esse significativo aniversário, nas pessoas do, prefeito municipal, Valdecir Acco e do Exmo. presidente da Câmara Municipal, vereador José Carlos Mariussi, assim como ao vice-prefeito, vereadores, secretários municipais e demais funcionários.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que seja dada ciência da mesma, às autoridades acima citadas, via correspondência a serem encaminhadas à Praça Santos Dumont, s/nº - CEP 85945-000 Tupãssi-PR.

Sala das Sessões, em 14.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações às equipes de funcionários desta Casa de Leis que prestaram serviços na preparação e execução dos atos fúnebres prestados em homenagem ao deputado José Carlos Martinez. Salientamos que tais funcionários foram de uma responsabilidade, competência e dedicação que devem ser reconhecidos e contam com nossos profundos agradecimentos.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos através de seus respectivos coordenadores: senhor Evaldo Barbosa, chefe do Cerimonial; senhor Marcos Aurélio Arpino, chefe da Segurança, senhor Marcos Antonio Nogosek, coordenador de Serviços Especiais e senhora Jurema Ribeiro, supervisora da Higi-Serv.

Sala das Sessões, em 14.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2316

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao piloto Augusto Farfus Júnior por sagrar-se campeão europeu de Fórmula 3.000.

Sala das Sessões, em 14.09.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O piloto brasileiro Augusto Farfus Júnior, 20 anos, sagrou-se, no dia 12 de outubro de 2002, campeão no circuito espanhol de Jerez de La Fronteira. Augusto tornou-

se o novo campeão antes mesmo de terminar a temporada.

Parabéns ao jovem campeão pela importante conquista desportiva que a todos os paranaenses deve orgulhar.

#### REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao doutor Rodrigo Costa da Rocha Loures, pela posse como presidente - gestão 2003 - 2007, junto ao Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, extensivos aos integrantes das diretorias e conselhos da Federação e do Centro das Indústrias do Estado do Paraná, realizado em 01.10.2003.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao doutor Rodrigo Costa da Rocha Loures, presidente eleito, no endereço a seguir: Cietep - Av. Comendador Franco, 1341 (Av. das Torres), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor aos médicos de todo o Paraná, pelo transcurso da data alusiva à categoria, a ser comemorada em 18 de outubro corrente.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Os médicos constituem uma categoria singular de profissionais. Desenvolvem sua prática num misto de técnica e arte, mas sempre com muita dedicação, quando decididos a honrar seu ofício.

Isto se dá, muitas vezes, com o sacrifício de sua vida pessoal e de seus familiares e não tem sido incomum os dilemas vivenciados face às mudanças radicais que a prática médica tem sofrido, e que tem exigido um enorme esforço de adaptação por parte desses profissionais.

Totalmente integrado ao Sistema Único de Saúde dos brasileiros, nele representam um papel essencial, seja na clínica, na epidemiologia ou na gestão do mesmo.

Merecem todos os nossos médicos um profundo respeito por parte de todos os paranaenses e, é para este parlamentar, motivo de honra apresentar esta singela homenagem no nome dos mesmos.

#### REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira de Lazari, secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a relação de todas as transferências e remoções concedidas pela Polícia Civil, no período de janeiro de 2003 até a presente data.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Verificar quais os critérios e fundamentos utilizados por aquela Secretaria, na concessão e inderefimento dos pedidos de transferências e remoções ocorridos durante o período em questão.

**REQUERIMENTO Nº 2317**

Senhor Presidente:

Solicito, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Ilmo. secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná o presente requerimento.

O deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, pedido para que providencie a reinstalação dos Módulos Policiais na Avenida Salgado Filho, no Bairro do Uberaba, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A população do Bairro do Uberaba, em Curitiba, enfrenta uma situação de escalada de violência que se tornou insuportável. É grande a frequência de assaltos naquela região da cidade, o que tem levado os moradores e o comércio local ao medo e à intranquilidade.

O Movimento Pró-Uberaba, a Associação de Moradores e a Comunidade em geral, por intermédio de suas lideranças e com o apoio deste parlamentar, diante dos fatos, pede que as autoridades públicas da área da segurança, tomem providências no sentido de reinstalar os 02 (dois) módulos policiais que funcionavam na Avenida Salgado Filho e que se encontram desativados, o que contribui sobremaneira para o clima de insegurança e intranquilidade que se instalou no seio daquela comunidade, pela falta de policiamento.

**REQUERIMENTO Nº 2310**

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito das Leis Estaduais nºs: 13.126/2001 e 11.818/97:

- As mencionadas leis foram regulamentadas?
- Em caso afirmativo, quais os decretos, portarias, instruções normativas e ordens de serviço que tratam da matéria?

- Quantas e quais as escolas estaduais que possuem rampas de acesso e outros mecanismos que removam as barreiras arquitetônicas aos portadores de deficiência?

- Quais as medidas adotadas nas escolas públicas paranaenses para atingir os objetivos previstos nas leis já mencionadas? Essas medidas asseguram a plena acessibilidade dos estudantes portadores de deficiência e que foram incluídos nas escolas regulares?

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) TADEU VENERI

**JUSTIFICATIVA:**

São diversos os pais e professores que nos procuram alertando para as dificuldades que são impostas aos portadores de deficiência que freqüentam as escolas públicas.

O objetivo do presente requerimento é, além de obter as informações, alertar para a necessidade da adoção de medidas que assegurem a acessibilidade aos órgãos públicos, em especial às escolas públicas.

**REQUERIMENTO Nº 2321**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, presidente desta Casa de Leis, REQUERER o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando informações a respeito dos reparos dos berços 212 e 213 do corredor de exportação.

1 - Informar se existe avarias nos berços 212 e 213. Caso afirmativo, responder às perguntas subseqüentes.

2 - Qual o tempo que esses berços estão avariados?

3 - Informar quais as providências tomadas quanto ao reparo dos berços 212 e 213 do corredor de exportação.

4 - Existe laudo técnico quanto às avarias dos berços 212 e 213? Se a resposta for positiva, encaminhar cópias do laudo e informar as medidas tomadas.

5 - Existe a necessidade de interdição? E qual a possibilidade de a mesma ser concretizada?

6 - Quais os riscos que estarão sujeitos o meio ambiente e o patrimônio público quanto ao avanço das avarias?

7 - Quem será responsabilizado, caso ocorra algum acidente com esses berços?

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) WALDIR LEITE

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando as últimas informações do município de Paranaguá, tratando da interdição do píer principal do Cais Público de Inflamáveis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, e possível transferência das operações para outro píer privado vizinho, relatando sobre possíveis riscos de acidentes ambientais, decorrente da operação do citado píer, temos a preocupação, como representante do litoral, estaremos a par da real situação, para que possamos, dentro da sua constitu-

cionalidade e legalidade, através de uma ação conjunta com os órgãos competentes, acompanharemos a questão de maneira coerente, eficiente e eficaz.

Desta forma, será de suma importância e em regime de urgência o envio das informações, objetivando a busca de uma solução viável, reduzindo ao máximo o impacto que o município de Paranaguá sofrerá, tanto no que diz respeito ao meio ambiente, quanto ao patrimônio público.

Na certeza de estarmos contribuindo pela preservação do meio ambiente e patrimônio público, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

#### REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, presidente desta Casa de Leis, envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, REQUERER informações a respeito das causas que levaram à interdição do Píer do Cais Público de Inflamáveis.

01 - Informar as causas acidentais que levaram a interdição do Píer do Cais Público de Inflamáveis.

02 - Informar qual o navio, armador e empresa operadora do navio causador do acidente, e em que data ocorreu o acidente que ocasionou a interdição do píer.

03 - Informar a quantidade de navios que foram operados neste píer após o acidente que resultou na citada interdição.

04 - Informar nos últimos 12 (doze) meses, a quantidade de navios operados neste píer, bem como a quantidade, data e ocorrência de acidentes registrados junto aos órgãos competentes (capitania, ANP, etc...).

05 - Informar nos últimos 12 (doze) meses, a quantidade de navios, produtos e volumes operados por empresa, que utilizam o Cais Público de Inflamáveis.

06 - Informar e encaminhar cópia do Plano de Emergência de cada empresa operadora do píer (conforme Lei nº 9.966 de 28 de abril de 2000 em anexo), para atendimento em acidentes que possam ocorrer no momento das operações (vazamento de produtos, incêndio, explosões).

07 - Informar a quantidade de equipamentos de combate a emergências (tipo, modelo, aplicação, quantidade) de cada empresa operadora do Cais Público e Inflamáveis.

08 - Informar e encaminhar o nome da empresa que formulou o laudo técnico, que indicou a necessidade de interdição do Píer do Cais Público de Inflamáveis, bem como cópia de todo o processo do laudo técnico.

09 - Informar e encaminhar cópia dos laudos técnicos das inspeções nos últimos 12 (doze) meses no Píer do Cais Público de Inflamáveis.

10 - Informar quais serão as providências a serem adotadas, bem como o prazo para realização das obras de recuperação do citado píer.

11 - Informar qual será a alternativa a ser adotada para a operação dos navios que deixarão de ser operados no Píer do Cais Público de Inflamáveis, após a interdição.

12 - Caso seja necessário requisitar o píer privativo, informar e encaminhar laudo técnico das condições de combate a explosões e incêndio do píer privativo alternativo.

13 - Informar se o píer privado alternativo (de acordo com as normas vigentes da APPA), possui condições técnicas operacionais, que atendam os requisitos de segurança das operações de navios com carga de derivados de petróleo, conforme legislação vigente aplicáveis, sejam elas, nacional ou internacional (conforme Lei nº 9.966 de 28 de abril de 2000 em anexo).

14 - Informar e encaminhar cópia da autorização da Agência Nacional de Petróleo - ANP, para a realização das operações junto ao píer privado alternativo.

15 - Informar quais serão os preços praticados pelo píer privado, em relação aos serviços a serem prestados. Enviar cópia da planilha de preços.

16 - Verificar se os preços a serem praticados pelo píer privado estão compatíveis com o preço de mercado.

17 - Informar e encaminhar cópia das licenças ambientais do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do Ibama para as operações de derivados de petróleo, junto ao píer privado alternativo.

18 - Informar e encaminhar cópia dos documentos comprobatórios tratando das medidas de calado e profundidade máxima de operações de navios no píer privado alternativo.

19 - Informar e encaminhar cópia do documento de interdição definitiva do Píer do Cais Público de Inflamáveis, emitido pela autarquia portuária (APPA).

20 - Informar e encaminhar parecer da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, quanto à interdição do Píer do Cais Públicos de Inflamáveis.

21 - Informar e encaminhar parecer da praticagem, quanto a interdição do Píer do Cais Públicos de Inflamáveis.

22 - Informar e encaminhar parecer da Petrobrás e da União Vopak, quanto a interdição do Píer do Cais Públicos de Inflamáveis.

23 - Informar os produtos e quantidades estimadas por mês, por empresa operadora, a serem operados no píer privado alternativo.

24 - Qual a previsão orçamentária para recuperação do Píer do Cais Públicos de Inflamáveis, e se o valor estimado está compatível com o preço de mercado. Enviar cópia da planilha de custos.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) WALDIR LEITE

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando as últimas informações do município de Paranaguá, tratando da interdição do píer principal do Cais Público de Inflamáveis da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, e possível transferência das operações para outro píer privado (desde que

seja de acordo com as normas vigentes da APPA), relatando sobre possíveis riscos de acidentes ambientais, decorrentes da operação do citado píer, temos a preocupação como representante do litoral, estarmos a par da real situação, para que possamos, dentro da sua constitucionalidade e legalidade, através de uma ação conjunta com os órgãos competentes, acompanharmos a questão de maneira coerente, eficiente e eficaz.

Desta forma, será de suma importância e em regime de urgência o envio das informações, objetivando a busca de uma solução viável, reduzindo ao máximo o impacto que o município de Paranaguá sofrerá, tanto no que diz respeito ao meio ambiente, quanto ao patrimônio público.

Outrossim, temos a preocupação de exercermos o mandato, atendendo às prescrições constitucionais e regimentais desta Casa de Leis, sempre com o intuito de promovermos a defesa dos interesses tanto da população que representamos, quanto em âmbito estadual, de forma a conduzirmos com dignidade e respeito à coisa pública.

Na certeza de estarmos contribuindo pela preservação do meio ambiente e patrimônio público, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

#### REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado, solicitando informações sobre a aplicação dos recursos do Tesouro Geral do Estado, tendo em vista que o saldo em caixa, em agosto de 2003, totalizava treze milhões e setecentos mil reais.

Com base nestes dados, estão sendo requisitadas justificativas para as seguintes questões:

. Quais os programas e obras que estão sendo implantados pelo Governo do Paraná e qual a população beneficiada?

. Quais os investimentos que estão sendo realizados para o desenvolvimento social e econômico dos municípios paranaenses?

. Quais os municípios que estão sendo beneficiados com os recursos de fundos, repasses do Governo Federal e bancos de desenvolvimento?

. Há ainda mais alguma conta bancária com recursos do Governo do Estado do Paraná?

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 2339

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de

expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitação as seguintes informações:

. O governo do Estado tem uma previsão de data para reabertura do Parque da Ciência?

. Por que o espaço não foi reativado em setembro, conforme informação anterior prestada a este deputado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, constante em ofício expedido pelo gabinete do secretário em 30 de abril deste ano?

. Qual foi a conclusão do grupo de trabalho encarregado de definir a utilização que será dada ao Parque?

. Haverá cobrança de ingresso para visitas ao Parque em sua nova fase?

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

O acesso ao parque foi fechado ao público desde o início deste ano.

A reabertura vem sendo reivindicada pelos moradores dos municípios próximos, e sobretudo pela comunidade escolar, que desenvolvia alguns projetos educacionais na área.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de fiscalização do Executivo.

### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, para que a população decida sobre a transferência da localidade de Bairro de São João Batista, de Almirante Tamandaré para o município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) CLEITON KIELSE

#### JUSTIFICATIVA:

A divisa entre os municípios de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré não foi adotada, historicamente, pelos mesmos. Na prática existe uma outra, que há décadas tem sido respeitada como limite, tanto por parte das duas unidades administrativas, quanto por parte da população local.

Isso é o que consta do relatório sobre os limites dos municípios de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré, realizado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do Arquivo Gráfico Municipal do Estado.



Segundo o relatório, a divisa ao invés de ser pela Serra da Betara, seria mais ao Sul, fazendo com o que o município de Rio Branco administre parte da área territorial de Almirante Tamandaré. Como resultado o município de Rio Branco do Sul, tem pleiteado a alteração do limite legal, visto que faz diversos investimentos na área.

A Secretaria de Estado também verificou, ao realizar trabalho de campo, que os argumentos apresentados pelo município de Rio Branco do Sul, tem razão de ser, pois foi constatado que o investimento social (saúde, educação, assistência social), estrutural (rede viária, saneamento) é realizado pelo município. Constatou-se, ainda, que os loteamentos, registros e pagamentos de impostos são feitos, igualmente para o município de Rio Branco do Sul, além da população afirmar que reside nesse município.

Sendo assim, estamos apresentando a presente proposição que tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito nos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, para que a população decida sobre a transferência da localidade de Bairro de São João Batista, de Almirante Tamandaré para o município de Rio Branco do Sul, antiga e justa reivindicação da população local.

#### PROJETO DE LEI Nº 620/2003

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Educação Informal Cores da Rua, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

A documentação anexada comprova que a Associação Artística de Educação Informal Cores da Rua, preenche todos os requisitos legais exigidos para declaração de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 621/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Dia do Taxista em todo Estado do Paraná.

Art. 2º - A referida comemoração dar-se-á anualmente no dia 30 de novembro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O exercício da função de taxista apresenta peculiaridades que diferenciam-na do motorista autônomo, tendo em vista a diversidade de serviços prestados, tais como: informações turísticas, serviços de entrega, socorro especial, disponibilidade integral enfim, que englobam uma série de serviços de verdadeira utilidade pública e benefício comum.

Considerando os riscos que o motorista de táxi ser expõe na prática cotidiana do seu trabalho, tendo em vista constituir-se alvo constante de assaltos, furtos, homicídios e agressões, sendo uma das principais vítimas da insegurança, entre outros riscos.

Justifica-se, então, o presente projeto de lei, no sentido de reconhecimento e agradecimento ao trabalho do Taxista, através da identificação do Dia do Taxista, a ser comemorado em todo o Estado do Paraná, anualmente no dia 30 de novembro, data esta, comemorada pela cidade de Curitiba, através da Lei Municipal nº 8.607.

É necessário distinguir a categoria dos motoristas de táxi dos motoristas autônomos, os quais comemoram no Dia de São Cristóvão, o Dia do Motorista, em função das características diferenciadas e específicas que os taxistas possuem e que já foram citadas acima. Justa homenagem àqueles que percorrem as cidades diuturnamente, prestando relevantes serviços, apesar dos riscos a que estão expostos, consistindo numa categoria unida e dedicada.

#### PROJETO DE LEI Nº 622/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis-PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escola.

**PROJETO DE LEI Nº 623/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Portadores de Doenças Especiais de Paranavaí - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Portadores de Doenças Especiais de Paranavaí é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos fundada em 22 junho de 1997, com sede e foro sito à Rua Antônio Vendramin, 223 - Jardim Iguaçu, Paranavaí - Paraná.

O objetivo da entidade é a assistência social, filantrópica e promoção às pessoas carentes e empobrecidas, residentes no município de Paranavaí, sem distinção de raça, cor, credo religioso.

Em 2002, a APDE encaminhou centenas de pacientes para tratamento oncológico em Maringá. Ofereceu exames laboratoriais, radiografias e mamografias. Contou com doze equipes de visitação e deu assistência a mais de 150 pacientes.

A entidade mantém parcerias com a Faculdade de Paranavaí - Curso de Enfermagem, cujos alunos conhecem e visitam os doentes semanalmente. Mantém ainda parcerias com a Prefeitura, com laboratórios e com clínica radiológica onde os exames são feito por menor custo.

A APDE conta com um quadro de pessoal com secretária, motorista, enfermeiro, auxiliar de escritório e serviços gerais.

A APDE cresce a cada ano em sua doação, na sua credibilidade junto à comunidade, no atendimento aos pacientes que são a razão da APDE existir.

**PROJETO DE LEI Nº 624/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica determinado a obrigatoriedade da empresa responsável pela telefonia no Paraná, obrigada a efetuar a instalação de telefones públicos nas comunidades determinadas Vilas Rurais, não sendo necessário número mínimo de casa ou pessoas residentes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) MILTINHO PUPIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por finalidade priorizar a instalação de telefones públicos nas Vilas Rurais do Estado, pois essas comunidades possuem, em sua maioria, grande número de pessoas que têm que se deslocar até as cidades próximas para fazerem uso de telefones pois não possuem um à disposição em sua comunidade. Estamos no século XX, é inadmissível conceber que uma comunidade de agricultores, por não serem de grandes recursos, não possuam, no mínimo um telefone público para atender às suas necessidades, na geração internet, onde em cada canto deste Estado temos computadores ligados ao mundo, uma comunidade por ser de pequenos agricultores, tenha que se deslocar a uma cidade próxima para fazer a utilização de um simples meio de comunicação como um telefone, que pode inclusive salvar vidas em casos emergenciais.

Pela importância apresentada, que consiste na principal, para os moradores/agricultores dessas comunidades espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

**PROJETO DE LEI Nº 625/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, no município de Kaloré, uma Ciretran - Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - Detran.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) MILTINHO PUPIO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por finalidade criar uma Circunscrição de Trânsito - Ciretran, no município de Kaloré. Esse município tem uma frota de cerca de 1000 (um mil) veículos, e esta Ciretran irá atender também os municípios que fazem divisa, que são: Marumbi, com uma frota de cerca de 1000 (um mil) veículos, e Borrazópolis, com uma frota de 3000 (três mil) veículos.

Estes municípios não possuem um atendimento desta natureza, tendo que recorrer a municípios mais distantes, o que dificulta em muito o atendimento. A criação desta Ciretran proporcionará atendimento a aproximadamente 5000 (cinco mil) veículos, com crescente expansão.

Pela importância apresentada, e certo da compreensão e sentimento recíproco do desejo de poder incentivar a propagação do conhecimento e da cultura em nosso país, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 626/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído que as escolas de zona rural públicas do Estado do Paraná deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Art. 2º - As escolas de zona rural oportunizarão aos alunos, através de parcerias com institutos e órgãos não governamentais, a associação do conhecimento empírico dos agricultores ao conhecimento científico, visando à agricultura sustentável.

§ 1º - As atividades de agroecologia não alterarão o currículo escolar, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - as atividades técnicas teóricas ecológicas deverão ser ministradas nas escolas através de:

- a) palestras;
- b) debates;
- c) seminários.

II - As práticas deverão ser conjugadas com ações participativas, priorizando o ambiente escolar, valorizando o saber local, visando a qualidade dos alimentos consumidos e, sobretudo a saúde dos consumidores;

III - deverão ser oportunizadas saídas de campo para conhecimento de propriedades agroecológicas da região;

IV - a escola deverão, semestralmente, apresentar aos parceiros detalhando atividades realizadas e metas alcançadas.

§ 2º - Os custos para o desenvolvimento das atividades serão de responsabilidade da comunidade escolar que poderá buscar parceiros para viabilizar a execução dos projetos.

§ 3º - A Escola Rural deverá manter uma biblioteca viabilizando o acesso de pessoas interessadas no aprofundamento dos seguintes temas:

- I - agroecologia;
- II - rotação de culturas;
- III - vida alternativa;
- IV - adubação verde;
- V - alimentação natural;
- VI - cooperativismo;
- VII - autogestão e reciclagem do lixo;
- VII - não utilização de agrotóxicos.

Art. 4º - As Escolas Rurais deverão realizar encontros periódicos bimestrais para a troca de experiências.

Art. 5º - Os alimentos agroecológicos produzidos nas escolas pelos alunos serão utilizados na merenda escolar e o excedente distribuído entre os mesmos ou doados a entidades beneficentes.

Art. 6º - As ações desenvolvidas pela escola poderão ser divulgadas pelos meios de comunicação da região, auxiliando na formação da consciência ecológica nesta prática.

Art. 7º - As escolas deverão avaliar o aluno de forma descritiva, com o objetivo de incentivá-los. Aprender, trocar experiência e apresentar alternativas viáveis para problemas que possam surgir no âmbito agroecológico.

Parágrafo Único - A avaliação do aluno deverá considerar:

- I - interesse;
- II - atenção;
- III - participação nas atividades propostas.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

a agricultura vem sendo praticada há cerca de 10 mil anos. Apesar de neste período ter havido grandes transformações, ela foi praticada de forma muito parecida com que os índios praticam hoje ou com que faziam os colonos até bem pouco tempo. A esse tipo de agricultura costumamos chamar de Modelo Tradicional.

Bem recentemente, de uns 50 anos para cá, o modelo tradicional foi sendo suplantado por outro. Iniciou-se um processo de “modernização conservadora”, com a disponibilização de tecnologias ditas modernas para o agricultor. Essa agricultura ficou conhecida como Agricultura Convencional. Com a chegada desse modelo, o agricultor teve que engolir essas novas tecnologia, usando tratores e outros modelos de máquinas que substituam a mão-de-obra e o digno trabalho dos agricultores. Além, é claro, de obrigar os poucos trabalhadores rurais a ficarem expostos a agrotóxicos maléficos a humilde vida dos agricultores.

Estas exposições a produtos prejudiciais à saúde, na maioria das vezes, não lhe é colocado pelas empresas que vendem o produto ou pelas empresas que dão a assistência técnica e por total desconhecimento acaba contraindo intoxicações e doenças fáceis de serem evitadas.

Uma das formas de evitarmos estas doenças aos agricultores será deixá-los cientes que o uso de qualquer agrotóxico certamente lhes trará prejuízos à saúde sua e a da sua família e depois educá-lo de forma que deixe de ser “dependente” do método tradicional e conseqüentemente não utilizará os agrotóxicos.

Trazendo com isso qualidade de vida à sua família e às pessoas que consumirão os produtos consumidos pelos produtores.

PROJETO DE LEI Nº 627/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Guaratuba, com sede e foro no município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.10.2003

(a) LUIZ NISHIMORI

**JUSTIFICATIVA:**

A Santa Casa de Misericórdia de Guaratuba, com sede e foro no município de Guaratuba, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço junto à coletividade de toda a região, buscando a prestação de serviços gratuitos, no interesse único da melhoria de vida da comunidade em geral, através de um dedicado trabalho médico-hospitalar.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 628/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Isis Bruder, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, ora apresentado deve-se ao trabalho desenvolvido pela Fundação Isis Bruder desde a sua fundação até os dias atuais, a qual, tendo sempre como norte a promoção do desenvolvimento integral do ser humano, sob a orientação de Deus, vem atendendo mais de 500 pessoas através de projetos que abrangem crianças, jovens e adultos. Nesta esteira, é uma honra para este parlamentar em contribuir para a continuidade desta nobre empreitada, através do seu reconhecimento como de Utilidade Pública Estadual.

Portanto, transformando-a em utilidade pública, esta Fundação terá maiores condições de manter seus trabalhos em prol do desenvolvimento integral do cidadão paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 629/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Movimento Cristão de Cidadania e Dignidade da Associação Beneficente Amigos de Santo Antônio, com sede em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

**JUSTIFICATIVA:**

O Movimento Cristão de Cidadania e Dignidade da Associação Beneficente Amigos de Santo Antonio - M.C.C.D.S. A, tem como plano de trabalho desde a sua fundação, a assistência social, reintegração sócio-econômica, recuperação e ajuda de pessoas dependentes de drogas e álcool.

Distribuí alimentos, roupas e materiais de higiene aos excluídos dos benefícios sociais previstos em lei, encaminhando-os para a confecção de documentos e empregos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme os requerimentos anteriormente aprovados, o Pequeno Expediente de hoje será destinado à senhora Nitis Jacon, superintendente do Teatro Guaíra, e posteriormente teremos uma apresentação de um vídeo sobre os organismos geneticamente modificados (transgênicos) e uma palestra do doutor Rubens Onofre Nodari, professor geneticista da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, inicialmente, com a palavra a professora doutora Nitis Jacon.

**A SRA. NITIS JACON**

Boa tarde a todos!

Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão; Exmos. Srs. deputados; Exmos Srs. 1º e 2º secretários da Assembléia, deputados Nereu Moura e Nelson Tureck. Quero também agradecer a representação do vice-governador Orlando Pessuti, na pessoa do senhor Willian Sade, a quem cumprimento e agradeço.

Senhores deputados. Estamos presentes aqui em uma tarde de grandes discussões, e, na qual, estamos inserindo um assunto tão importante, sem dúvida nenhuma, que é a cultura.

Eu agradeço à Assembléia Legislativa, ao deputado Hermas Brandão, agradeço aos senhores deputados, que me tenha sido concedido esse espaço nesta Sessão.

Devo dizer que o Programa da Paranaização foi lançado oficialmente pela Secretaria da Cultura, em nome do governador do Estado, no dia 04 de outubro, em Foz do

Iguaçu, no lançamento de um programa de circulação cultural dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu.

Na seqüência, deveríamos ter feito já o lançamento aqui na Assembléia Legislativa, nós já havíamos solicitado, inclusive havia sido distribuído o convite para o lançamento na semana passada, na quarta-feira, quando nós faríamos o lançamento, porque pela ordem de importância era o que pretendíamos fazer após o lançamento oficial, apresentar o programa para o representante da população do Estado, para os representantes dos paranaenses, aqui, na Assembléia Legislativa.

Infelizmente, pelo lamentável acidente que vitimou o nosso deputado federal, paranaense, José Carlos Martinez, essa Sessão, essa apresentação foi transferida para a data de hoje, quando então estou aqui e agradeço a presença de todos. Inclusive, quero referir-me também aos meus companheiros do Centro Cultural/Teatro Guaíra, que aqui se encontram, a minha diretoria que está me prestigiando e a quem eu agradeço a possibilidade de ter conquistado esse privilégio da apresentação deste caderno, que estou aqui apresentando, exibindo para os senhores, e que todos os senhores deputados devem ter recebido dentro de um envelope branco.

Em primeiro lugar, senhor presidente, eu quero me referir ao fato de que confiro a mesma importância que se confere, a várias outras políticas públicas na área da educação, na área da saúde, na área da agricultura, a questão dos transgênicos, assunto esse tão importante, que será discutido na seqüência.

Eu quero dizer que a cultura tem sido a dimensão esquecida do desenvolvimento, o desenvolvimento social, o desenvolvimento de um país, de uma nação, tem sido tratada dentro dos paradigmas exclusivamente mercadológicos. Nós sabemos que a cultura, como dimensão esquecida do desenvolvimento, é essencial; não é subsidiária. Ela tem que ser tratada com a essencialidade que tem, porque transversaliza todas as atividades humanas. A cultura não é apenas artística, as belas artes. A cultura é o que comemos, o modo de falar e de andar, o nosso modo de nos relacionar, o nosso modo de atender, considerar e atender as pessoas com quem nos relacionamos. A cultura é a moda, é a diversão e é também a arte.

Hoje, quando vemos o desenvolvimento baseado, exclusivamente, em paradigmas mercadológicos levando a resultados e efeitos tão perversos da globalização, que é baseado, exclusivamente, em conceitos e paradigmas mercadológicos, levando a seqüelas terríveis.

Temos aí à nossa disposição, e muito recente, aqui em nosso País, em que pese todo o desenvolvimento e o progresso que houve em alguns indicadores, como da educação e da saúde. No entanto, o problema da distribuição de renda permanece e, inclusive, aumentou.

Portanto, não tenho como deixar de fazer, essa consideração, senhores deputados, porque na verdade a cultura tem sido desconsiderada e tem sido considerada como coisa menos importante, como coisa secundária e subsidiária das diversas áreas. A cultura é essencial, por-

que é ela que vai conferir ao desenvolvimento e à globalização os conceitos, os princípios humanitários e civilizatórios. É da cultura que nós auferimos e temos respeitado os valores, as crenças e as atitudes, que levam uma população, uma sociedade, dependendo de que atitudes são essas, de que atitudes estimulamos nessa população, leva-se a população ao subdesenvolvimento ou ao desenvolvimento e ao avanço. A questão dos valores, das atitudes, das crenças, os princípios humanitários e civilizatórios só podem ser conferidos na globalização e no desenvolvimento, pela cultura.

Essa minha introdução ao tema do Paranização é justamente para que, depois no final, eu coloque porque é que estou trazendo o Paranização, para apresentar aos senhores deputados representantes do povo do Paraná. O Programa de Paranização é um programa apresentado pelo governador do Estado, Roberto Requião, e está desenvolvido pelo Centro Cultural Teatro Guaíra. É um programa plurianual que deve se desenvolver no quadriênio 2003/2007, mas que no entanto estamos dando início a ele, no decorrer deste ano, com ações prévias e a demandas espontâneas e também como lançamento deste caderno número um da Paranização.

Por que número um? Porque pretendemos que no decorrer das ações estejamos fazendo - se os senhores verificarem as páginas 42 e 43, onde existe um método operativo e também as etapas que ele deve desenvolver, verão que estaremos fazendo avaliações constantes dentro dos novos modelos de gestão da coisa pública e que pretendemos que também a cultura seja assim considerada e que esse programa não seja um programa meramente de governo, mas que seja um programa de política pública de Estado, com característica de permanência.

Para isso, eu gostaria de poder contar, senhores deputados, no decorrer desses quatro anos, com o apoio dos senhores, para que também na legislação possamos chegar a um ponto de criar um sistema estadual de cultura, vindo de encontro àquilo que o Governo Federal propõe através do seu Ministério da Cultura, que é um sistema nacional de cultura.

E, devo dizer-lhes que, apresentando na semana passada, em Brasília, no Ministério da Cultura este caderno, o Ministério da Cultura afirmou que é o primeiro modelo, a primeira proposta de sistema estadual de cultura que chega ao Ministério e que, portanto, nós estamos saindo na frente.

Nós gostaríamos que isso fosse considerado, na seqüência, para que nós tenhamos o apoio e a consideração de todos os deputados e o apoio em todo o nosso Estado.

O que é o Programa de Paranização? É a disponibilização do Teatro Guaíra, da sua sede edificada, da sua infra-estrutura técnica, dos seus recursos humanos, dos seus recursos administrativos para os verdadeiros detentores desse patrimônio extraordinário que é o Centro Cultural Teatro Guaíra. O Teatro Guaíra foi fundado, foi eleito, foi mantido, está sendo, bem ou mal preservado

com a contribuição de cada cidadão paranaense. No entanto, a ação do Teatro Guaíra tem sido, prioritariamente, na capital, no município, num dos municípios. Isto se compreende, naturalmente, porque em todos os Estados têm sido assim, a capital detém os edifícios, detém a infra-estrutura, detém a mão-de-obra especializada para as diversas atividades administrativas. E assim tem sido com a cultura. Entretanto, existe toda uma população, existe todo um potencial criativo na nossa população que está ou desestimulado ou inativado ou invisível.

O potencial de criatividade - a criatividade é a única coisa que é individual e que depois fica coletiva quando trabalhada em conjunto. O Programa da Paranização pretende estimular em cada município deste Estado a criatividade para que as pessoas, o cidadão comum comece a ter a capacidade crítica de tomar decisões e encontrar soluções alternativas para os problemas que ele enfrenta e não continuar dependendo de assistencialismo, mas que ele se torne sujeito do seu próprio desenvolvimento.

Então, nós estamos aqui propondo um programa que deve estimular a criatividade, que deve capacitar no interior, capacitar em cada núcleo populacional, em cada comunidade, em cada município a capacitação qualitativa e também operacional, como a gestão cultural, a produção cultural e a circulação cultural.

Nós pretendemos também com esse projeto, com esse programa e os projetos que ele abrigará, desenvolver um trabalho para criar uma rede de circulação intensa, porque nós só conseguimos integração cultural no Estado, no país e no Mercosul, porque já estamos trabalhando com regionalização, através da cultura. O comércio, no mais das vezes, desune, não une, mas a cultura é que verdadeiramente une. E isto se faz através a circulação e da fruição dos bens e serviços culturais. Este é o Programa da Paranização.

Nós fizemos já este ano algumas atividades e temos um projeto-piloto. Os senhores poderão ver que este programa se baseia, tem consultores importantes, na terceira página verão os nomes dos consultores, e também se baseia em dados técnicos, em dados científicos, como poderão observar nos mapas e nas fotos que nós colocamos, trabalharemos em cima de indicadores como o IDH e criaremos indicadores a partir do desenvolvimento deste programa e estaremos trabalhando como programa de política pública, estaremos trabalhando articulados com as demais políticas públicas da saúde, do meio ambiente, da educação, da justiça e cidadania, com órgãos como o Iparades, como o Celepar, para criação de uma rede e de um sistema estadual de cultura.

Este Programa da Paranização, com as suas interfaces, ele deve ser mantido não como um projeto, um programa assistencialista, a partir dos recursos exclusivamente do governo do Estado.

Será um programa de parcerias onde nós estaremos sensibilizando os prefeitos dos municípios, a sociedade

civil, a iniciativa privada de cada local e os próprios trabalhadores da cultura, para que possamos, em parceria, desenvolver este projeto minimizando os seus custos parcerizando seus custos, sua organização, seu desenvolvimento, chegando na etapa do 4º ano com 50% dos municípios com células ativadoras.

Não pretendo me estender muito, porque os senhores poderão, se desejarem, pedir informações, na sequência, mas eu gostaria de, agora, juntando aquilo que fiz no início quando eu expliquei porque eu tinha a intenção de vir aqui, em segundo lugar, depois do lançamento oficial, no Estado, do programa. Eu queria fechar esse círculo que alguns poderão não considerar tão virtuoso mas que necessariamente terá que ser considerado porque a Cultura não pode continuar como secundária, como pouco importante, como desimportante. Eu queria dizer que estamos disponibilizando aos senhores deputados, representantes de municípios, representantes de regiões, este programa que o Centro Cultural Teatro Guaíra estará desenvolvendo estes 4 anos com recursos próprios e com recursos do Estado, recursos humanos e parcerizando os recursos financeiros materiais, nós estaremos disponibilizando, senhores deputados, para seu exercício, no seu trabalho, nos seus municípios e nas suas regiões.

De modo que estaremos disponíveis, já estamos trabalhando em pelo menos 50 municípios. Estaremos, até o final do ano, com 20 células ativadoras e outras tantas, pelo menos ativadas. Isso representará um trabalho articulado com a Saúde, com a Educação, com a Justiça Social, com a Cidadania, com as Comunidades Indígenas. Estaremos trabalhando com o meio ambiente, com as bacias hidrográficas e com certeza estes problemas todos são de conhecimento dos senhores deputados e deve estar sendo considerado pelos senhores.

A cultura vai estar trabalhando não apenas como fim, mas como meio, para concepção dos programas, projetos e planos das demais políticas públicas do nosso Estado.

Senhores deputados, estamos colocando à disposição dos senhores para que os senhores possam, no seu trabalho junto aos seus municípios, suas comunidades, suas regiões, micro ou macro, o seu Estado e também nos seus anseios em relação ao País, à Nação, na construção de uma Nação e também na regionalização com o Mercosul, possam dispor desse programa de Paranização.

Quero, mais uma vez, mostrar aqui o caderno nº 1 da Paranização. Espero que quando estivermos imprimindo os nºs 2, 3, 4, o nº 10, quem sabe, possamos contar aqui com outras interfaces que os senhores deputados certamente haverão de propor, neste período.

Agradeço muito ao presidente da Assembleia Legislativa, que afinal de contas eu tentei cumprir os 20 minutos que ele solicitou que eu usasse, e me disponibilizo aos senhores para informação que acaso tenham a curiosidade ou o interesse ou a sensibilidade de nos fazer.

Muito obrigada, senhor presidente, senhores secretários, senhor representante do vice-governador, a quem

eu peço que transmita um grande abraço pela consideração que teve. A todos os presentes, aos meus companheiros do Centro Cultural Teatro Guaíra, ao meu caro amigo, Oscar Alves, que agora eu vejo do Conselho Estadual da Educação. Agradeço a tantos mais, aqui aos meus assessores jurídicos, Paulo Damasceno, Altair, o nosso diretor administrativo financeiro, a Marília Velozo, nossa diretora artística e aos demais assessores, aqui presentes, enfim, agradeço a todo esse espaço privilegiado de tempo e espaço físico. Estou à disposição caso alguém queira fazer alguma pergunta

Obrigado.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, tendo em vista o pronunciamento da ilustre professora e tendo em vista que na sequência teremos mais uma palestra, me parece meio incompatível com a discussão enorme que teremos dos transgênicos.

Encaminho esta questão de ordem a V. Exa., para que transfira a Ordem do Dia de hoje para outra oportunidade, para que possamos aproveitar bem a vinda dos palestrantes nesta Casa no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. poderá encaminhar um requerimento à Mesa Executiva, que colocará em votação.

Com a palavra, a senhora deputada Elza Correia.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Gostaria de me dirigir à Sra. Nitis e agradecer pela elaboração do Programa Estadual de Cultura. Tanto à senhora como às pessoas que produzem cultura neste País. Temos a convicção de que não poderemos falar em democracia, em quebra de paradigma, em mudança de situação, em inclusão social, se continuarmos tendo a cultura como uma questão de segunda classe. A cultura tem que ser compreendida e entendida como indicador de qualidade de vida e política pública, porque feliz do governo que tem essa compreensão.

Investir na cultura é minimizar os investimentos em saúde, inclusive na segurança, porque através das artes, através das manifestações culturais e artísticas sabemos que podemos trabalhar a questão da cidadania, dos direitos humanos e promover a inclusão social.

Folhei rapidamente o trabalho, aqui, e verifiquei que ele propõe a interiorização, a democratização, a socialização da cultura para todo Estado do Paraná. Entendo como um documento muito importante e que esse assunto deve ser de interesse de todos nós, deputados e deputadas, porque aqui somos interlocutores da população deste Estado. E assim sendo, tenho esse documento aqui como um instrumento de trabalho, onde poderemos tirar idéias e oportunizar as ações que teremos aqui, para garantir a questão da cidadania e dos direitos humanos.

Então, quero agradecer a você e à sua equipe, e cumprimentar pelo brilhante trabalho que você vem fazendo à frente do Guaíra, e por estar ajudando o governo Roberto Requião colocar de pé o seu projeto de governo, e a inclusão da questão da cultura é uma das questões colocadas neste Programa.

Muito obrigada, Nitis.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

A grande cidadã Nitis Jacon, pelo trabalho que vem desenvolvendo a nível de Estado do Paraná em prol da nossa cultura, um belo trabalho executado, uma história bonita, que pode ser cantada em prosa e verso. Nitis está de parabéns e o Paraná ganha quando comemora os seus 150 anos de emancipação, um grande trabalho. Que esse trabalho possa se somar no espectro do que foi a nossa cultura nesses últimos 150 anos.

Então, somo-me à Elza e a todos aqueles que representam o Norte do Paraná, para cumprimentá-la pelo trabalho que vem executando à frente do Guaíra e que possa, quiçá, também ser estendido a todo o nosso Estado.

Parabéns, muito obrigado.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Tenho certeza que um dos grandes acertos do nosso governador no início do seu mandato foi convidá-la a assumir a direção do Teatro Guaíra.

Quero parabenizá-la pelo trabalho que tem realizado frente ao Teatro Guaíra, pela maneira sensível, receptiva, transparente, que tem gerenciado, administrado e nos atendido em todas as nossas solicitações. Parabenizar a sua equipe pelo trabalho que tem realizado e nós tivemos aqui, rapidamente, analisando aquilo que está aqui exposto. Sem dúvida alguma, essa interiorização é fundamental para nós possibilitarmos àqueles que estão mais distantes da nossa capital, dos grandes centro, de terem condições de aprender um pouco mais, de saber um pouco mais da nossa história e de adquirir um pouco mais de cultura.

Que Deus continue abençoando o seu trabalho. Parabéns, e nós, com certeza, estaremos dando todo o apoio e sustentação aqui nesta Casa.

**O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Gostaria de parabenizar a professora Nitis pelo trabalho que vem fazendo à frente do Teatro Guaíra, principalmente na Cultura do Estado do Paraná e também no social.

Comprovo isso pessoalmente, porque já pude compartilhar desse trabalho da senhora em algumas vezes, e principalmente, na vez que veio o cantor Leonardo e a senhora abriu as portas do Teatro Guaíra em prol do Hospital do Câncer Erasto Gaertner.

Agradeço e parabenizo-a e coloco-me à disposição no que eu puder ajudá-la, para a Cultura do Estado do Paraná.

**O SR. TADEU VENERI**

Obrigado, senhor presidente.

Só queria, além de cumprimentar a Nitis, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, deixar registrado que recentemente - a senhora sabe disso - estivemos aqui com toda a área da Cultura e a Comissão de Educação e Cultura da qual tenho o prazer de participar e ser o presidente, estabeleceu o compromisso de apresentar no Orçamento para o próximo ano, que 1% seja destinado à cultura. Então, a Bancada do Partido dos Trabalhadores junto com a Comissão de Educação, devem apresentar esta emenda e esperamos que ela seja aprovada, porque entendemos que a cultura não é gasto, temos que fazer, na verdade, um investimento. Porque tudo que investimos na cultura terá um retorno muito mais do que dobrado.

Então, quero parabenizá-la pela brilhante exposição; a senhora sabe que sempre terá na nossa Bancada e na Comissão de Educação mais do que um aliado, mas um admirador. Então, estaremos votando o 1% e esperamos que a nossa cultura possa vir a ter o lugar de destaque que sempre mereceu e que, muitas vezes não foi possível que tivéssemos, mas, no ano que vem, tenho certeza que estaremos lutando por 1% pela cultura e que a senhora saberá fazer uso desse 1% de uma forma a retribuir ao Estado do Paraná todo o trabalho que a senhora vem fazendo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Não havendo mais oradores inscritos, devolvo a palavra à Sra. Nitis Jacon.

**A SRA. NITIS JACON**

Agradeço pelas palavras de estímulo e de incentivo. Pressinto, exatamente, que poderemos contar, no decorrer dos 3 anos que esperamos estar à frente do Teatro Guaíra, estarmos contando com esta consideração.

Cumprimento o deputado Veneri, pela brilhante audiência pública que discutiu esse assunto.

Eu, infelizmente, não pude comparecer, mas tenho todo o material que saiu na imprensa e sei da sua determinação no sentido de que o orçamento da Cultura chegue a 1% no Estado.

Fico muito grata. Estou certa que isso contribuirá muito e virá de encontro aos propósitos do Teatro Guaíra.

Agradeço ao presidente, aos deputados e a todos os presentes pelo espaço que me foi concedido e me coloco à disposição no Centro Cultural do Teatro Guaíra, para informações e solicitações àqueles que vierem do interior, sobretudo dos municípios mais distantes. Isso que nós estamos fazendo não é uma interiorização do conhecimento, da estética e da forma de ser capital para o interior. Nós não estamos levando, estamos buscando e, queremos fazer a interação com o Estado todo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradecemos a senhora Nitis Jacon, que com certeza terá o apoio dos 54 deputados, nesta Casa, porque a causa é justa.

Horário destinado ao Grande Expediente.

Conforme requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, o Horário será destinado ao Dr. Rubens Onofre Nodari, professor geneticista da Universidade Federal de Santa Catarina, para fazer uso da palavra.

**O SR. RUBENS ONOFRE NODARI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e demais presentes nesta Casa.

Gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade de estar numa Assembléia Legislativa onde estão aqui os representantes da população. Este assunto diz respeito a todos nós, notavelmente em relação à população. Também trago o agradecimento da ministra Marina Silva, Ministério ao qual estou trabalhando neste momento.

Vou falar a respeito do biorrisco e também da dimensão social que os transgênicos impõem a uma sociedade. Peço desculpas aos políticos, mas eu trago aqui, a percepção pública de um dos políticos do Rio de Janeiro. Por ocasião da eleição do ano 2000, o Cesar Maia, falando a respeito do seu concorrente, chamou-o de transgênico, porque ele teria uma mistura dele mesmo, do Sérgio Cabral Filho e do Garotinho, dando a entender a concepção do que é transgênico para o então político do Rio de Janeiro.

Mas, o que é transgênico de fato?

Nós temos o desenho (do lado esquerdo da transparência) de uma molécula que é responsável pelo código da vida e, essa molécula é como se fosse uma escada retorcida e a informação mais relevante desta escada, são os seus degraus. A ordem desses degraus, é que diferencia cada um de nós. Nós temos quatro degraus diferentes, e a ordem desses quatro, ao longo da molécula, é que identifica o indivíduo, que proporciona as características de um indivíduo.

No caso da espécie humana, essa escada tem três bilhões de degraus. O que é um transgênico? Um transgênico é quando nós inserimos em algum ponto dessa escada, uma escadinha menor, com informações genéticas adicionais. Nós proporcionamos então àquele organismo, uma nova característica. Como por exemplo, a soja geneticamente modificada resistente a um herbicida.

Nós temos também, a nível de pesquisa, suínos com genes humanos, aves com genes humanos, ovelhas com genes humanos, temos milho com genes de bactéria, milho com genes de escorpiões.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Peço escusas ao orador, mas solicito ao Plenário, por favor, para prestar atenção, porque o professor Rubens Onofre Nodari, veio falar exatamente dos transgênicos, que é a matéria que vamos votar na sequência, e que sabemos, há muitas dúvidas. Então, aqueles deputa-



dos ou aqueles que estão em Plenário que não têm interesse, por favor que se ausentem do Plenário para deixar os demais escutarem. É o que a Mesa pede.

Por favor, peço também que a galeria não se manifeste para podermos dar continuidade.

Obrigado.

Professor, fique à vontade!

#### O SR. RUBENS ONOFRE NODARI

Então, essa tecnologia permite à civilização humana reprogramar a vida de qualquer ser vivo, ou seja, podemos interromper essa escadinha, cerrar com moléculas químicas, separar, colocar um outro pedaço de DNA aí dentro e emendar isso!

Essa é considerada a segunda grande conquista tecnológica da humanidade.

A primeira foi o fogo. Com ele nós chegamos até agora, até a revolução industrial e agora estamos diante da segunda grande conquista tecnológica da humanidade - sem dúvida, é a mais poderosa de todas, como vou mostrar mais adiante.

Isso foi descoberto em 1973. Dois anos depois, a tecnologia causou perplexidade em todos os cientistas que falam em biorrisco; eles tinham medo que a manipulação biológica causasse um risco muito grande para a sociedade.

Declararam uma automortória, pararam de trabalhar vários anos com essa tecnologia e disseram que tínhamos que ter contenção física, biológica e protocolos de biosegurança.

Isso há vinte e oito anos.

Em 89 grandes cientistas americanos, como Dr. Teddy, elaboraram os principais problemas ambientais que poderiam ocorrer com as plantas transgênicas: criação de novas pragas e plantas daninhas. Isso já está cientificamente comprovado, por exemplo, variedades transgênicas de canola cruzaram com ervas daninhas dessa cultura e se tornaram resistentes.

Também o surgimento de novas pragas, porque nas ervas daninhas existem muitos insetos que se alimentam delas, e como eles não têm mais o que comer, migram para as culturas principais; isso já está provado no Hemisfério Norte; um aumento das pragas já existentes por recombinação genética, isso também já está comprovado cientificamente. Nós temos um aumento das pragas do milho betê, por exemplo; a produção de substâncias tóxicas, também já está comprovado, porque esse pedaço a mais que colocamos nas plantas, algumas vezes produzem toxinas, que causam danos, não só as pragas, mas também para outros insetos que não são pragas daquela cultura, como é o caso das abelhas.

O que ainda não sabemos é quais os efeitos na dinâmica das populações das espécies que estão aí no nosso ambiente, nem no solo.

Temos poucas informações do que ocorre com os microorganismos que são benéficos às plantas que vivem no solo, mas não sabemos com os outros insetos, com os

pássaros, com os peixes, e assim por diante. Também não sabemos quais as substâncias secundárias que são oriundas da degradação dessas toxinas. Então, esses são dois riscos que foram previstos, mas ainda não são suficientemente conhecidos.

Para exemplificar aos senhores o potencial dessa tecnologia, esse é o desenho do vírus que causa a poliomielite. Ele foi sintetizado em laboratório, geneticamente transformado, colocado dentro de uma proteína e injetado em ratos. O resultado é que os ratinhos pegaram pneumonia! Vejam a tecnologia que a sociedade humana tem à sua mão! Isso foi feito num laboratório dos Estados Unidos.

Mas, o que nós temos de fato, hoje, de transgênicos, nos mercados internacionais?

Temos soja transgênica, resistente a herbicida; temos milho resistente a herbicida e a insetos, temos canola resistente a herbicidas, e temos algodão resistente a insetos.

Já foram também liderados no mercado, tomate longa vida que ficou só dois anos no mercado; foi retirado. Os outros tomates longa vida que existem por aí são híbridos, não são transgênicos. E também foi retirado do mercado a batatinha transgênica que era para fazer batata frita e em sinal de protesto dos consumidores nas lojas do Mac Donald's, que resolveu não mais usar transgênicos e aí os produtos de batatinha tiveram que parar de produzir.

Quais são os problemas dessas tecnologia?

O homem consegue produzir um transgênico, mas não tem nenhum controle e nem aonde ele pode cortar essa escadinha e colocar o gene.

Quando é feito um transgênico, e esse é o exemplo da soja transgênica, que é a grande polêmica no país, o homem coloca dentro de uma planta, seqüências de DNA de várias espécies. Por exemplo, isso aqui é um pedaço de vírus, isso é um pedaço de petúnia, isso é um pedaço de bactéria e esse é outro pedaço de bactéria. Então, são misturados DNA de várias espécies e isso é um elemento evasivo na planta. Ele causa muitos descontroles.

Quais são então os problemas dessa tecnologia?

Geralmente tem genes de resistência a antibiótico. O caso do mamão da Embrapa que é resistente a um vírus, tem três genes de resistência a antibióticos. Por que isso é problema?

Se nós vamos nos alimentar de um alimento que tem genes de resistência a antibiótico, ele pode passar para as nossas bactérias ou se espalhar na natureza. E as bactérias vão se tornando resistente a esses antibióticos. E esses antibióticos vão perdendo a sua função!

Tem seqüências que favorecem a transferência desse DNA para outras plantas. Nós não temos como controlar a quantidade dessa substância que está dentro da planta. Não temos como controlar o que chamo aqui de fluxogênico, que é a contaminação. Por exemplo, o pólen. Ninguém segura uma semente, ninguém segura um passarinho levando uma semente de um lugar para

outro. Ninguém segura uma abelha levando o pólen de um lugar para outro!

Nós não temos previsão dos efeitos colaterais. Nós *a priori*, quando fazemos um transgênico, não sabemos quais os efeitos dele. E, finalmente, conhecemos muito pouco sobre o efeito no meio ambiente, na saúde humana. Também poderíamos discutir na pertinência e das alternativas que nós teríamos em função de um transgênico.

Por todos esses motivos é que temos que fazer uma avaliação de risco, ou seja, para aumentar o conhecimento científico. Para conhecermos realmente os principais problemas, temos que fazer o que chamamos de análise de risco, que tem que ter base científica. Por exemplo, nós temos três estágios no conhecimento científico. No primeiro estágio, somos ignorantes. Desconhecemos. Usávamos muito aerosol, depois descobrimos que ele causava danos à camada de ozônio. Tivemos que proibir o uso de aerosol.

Então, quando não conhecemos nem o impacto nem a probabilidade de ocorrência de um efeito danoso, nós chamamos de ignorância. E nós, em ciência, somos muito ignorantes ainda em relação aos transgênicos. Depois, quando conhecemos um impacto, mas não conhecemos a probabilidade de sua ocorrência, chamamos de incerteza científica, que é o caso dos antibióticos. Nós sabemos que esse gene vai passar para as outras bactérias, mas não sabemos exatamente qual é a probabilidade de ocorrência, qual é a frequência de ocorrência.

E quando nós conhecemos essas duas características - de quanto de impacto é e com que frequência vai ocorrer, nós chamamos de risco. É por isso que nós precisamos conhecer o risco: para tomar uma decisão! A obtenção dessas informações é científica, mas a decisão é política!

Nós vamos dizer o seguinte: olha, eu sei que esse transgênico causa tal efeito, e nós, como sociedade, podemos dizer se aceitamos ou não aceitamos, e isso é legítimo de uma sociedade, decidir em que base vai tomar a sua decisão, porque nós sabemos que risco "0" não vai ter, mas vai estabelecer um mínimo.

Também há uma exigência legal. Nós temos aí a Lei de Biossegurança, os Estados estão fazendo as suas regulamentações, eu venho do Estado de Santa Catarina, onde tem uma moratória de cinco anos. Existe a convenção sobre a Diversidade Biológica, que obriga, e agora tem o Protocolo Internacional de Biosegurança que está em vigor, que regulamenta o comércio internacional de transgênicos. E também porque nós temos muitas lições do passado. Como exemplo temos a poluição industrial, os fertilizantes nitrogenados que causam muita poluição no solo, os agrotóxicos que continuam matando gente até hoje e temos o episódio da "Vaca Louca", que vou comentar em seguida. Ou seja, nós temos uma falta de controle com os novos produtos. E como nós, sociedade, agimos no passado?

Diante de um novo produto, nós apostávamos nele e esse é o princípio da familiaridade: vamos usar e ver o que acontece. Isso aconteceu com a "Vaca Louca" também. E o que é isso?

Os cientistas disseram: olha, se a doença passou da ovelha para a vaca, porque foi dado ração de osso para as vacas, nós que comemos carne e fazemos sopa de osso, vai passar para a espécie humana. Os governos não deram bola, e passou para a espécie humana. Hoje a doença da "Vaca Louca", que começou na Inglaterra, já atingiu dezoito países da Europa, inclusive o Japão. Por quê?

Porque quando alguns cientistas disseram que iria passar, a maioria da comunidade científica disse que não e o Governo aceitou literalmente a opinião de um grupo de cientistas, e deu no que deu. Esse é o princípio da familiaridade.

Assim aconteceu com um dos transgênicos. Todo mundo fala da insulina - que é um derivado de um transgênico, e o triptofano também, que teve que se retirar do mercado, porque ele causou dano, matou 37 pessoas!

Então, o que seria conveniente diante de possíveis riscos? Não quer dizer que todo o transgênico vai ser ruim ou que vai ser bom, porque como nós não conhecemos, não podemos dizer muita coisa. Quer dizer, muitos cientistas e inclusive os da Embrapa, vivem dizendo que não vai ter problema, não sei o quê. Mas isso é porque normalmente eles cuidam das plantas dentro do laboratório: ali são feitos muitos testes bioquímicos e genéticos, mas o problema é quando a planta sai para uma parcela de campo, vai para a propriedade de um agricultor e é cultivada em larga escala. Neste caso, o benefício pode aumentar, mas os danos também podem aumentar - se tiver dano.

Agora, a situação fica mais complexa quando saímos do ponto de vista apenas da agricultura, porque é bom para o agricultor, e começamos a pensar se é bom para a ecologia, bom para o meio ambiente e se é bom para a sociedade. Então nós, como sociedade, não podemos olhar só para aquilo que os cientistas fazem dentro de laboratório, porque isso é uma pequena parte do problema. Ele é importante? É imprescindível? É, mas não o suficiente, porque nós precisamos conhecer os impactos e os benefícios em cada um desses quadrinhos. E isso é o licenciamento ambiental. É por isso que o Ministério do Meio Ambiente defende o licenciamento ambiental. Até hoje não foi feito o licenciamento ambiental de nenhum transgênico.

Tem um estudo que foi feito em 1999, três anos depois da liberação do milho Bt, que mostra que o pólen do milho Bt, quando cai em cima de outras folhas, existem lagartas que se alimentam e depois viram borboletas, como é o caso da Monarca que são afetadas por esse pólen! Então, o pólen do milho Bt na hora que voa, os outros insetos que são benéficos e que estão na natureza, podem morrer!

Estou colocando esse experimento só para mostrar que têm teses que são simples, que são baratos, mas que não são feitos antes da liberação desses transgênicos.

Não vou colocar aqui para vocês, mas eu tenho vários trabalhos científicos que mostram o efeito, por exemplo, do pólen do milho Bt e de outros transgênicos sobre os componentes da biodiversidade que não são pragas, são benéficos.

Eu vou deixar esse arquivo aqui.

O que eu quero chamar a atenção é que tem estudos que são de longa duração, por exemplo, o cultivo sucessivo de variedades transgênicas durante três, quatro anos, tem sido diversificado, por exemplo, o aparecimento de nematóides, que é uma praga, e também de fusarium. Esses efeitos aparecem só depois de três, quatro anos. Então, temos que ter testes de longa duração.

Esse gráfico é para mostrar que quando nós liberamos, por exemplo, uma planta transgênica resistente ao inseto, como é o caso do milho Bt, ou seja, se a lagarta comer a folha, vai morrer, mas se tiver variedades, se tiver lagartas resistentes, elas vão aumentar a frequência; isso está ocorrendo nos Estados Unidos, rapidamente. Nós vamos ter superpragas!

Outro problema que preocupa muito é a contaminação. A contaminação é o cruzamento entre plantas da mesma espécie, e pode, por exemplo, contaminar a lavoura dos vizinhos. Então, se um vizinho planta milho, esse milho pode contaminar outro vizinho a 500 metros de distância. E aí vem a pergunta: como vamos resolver isso como sociedade? Como vai se agregar depois? E se um produz orgânico? Por exemplo, o Paraná, Santa Catarina e outros Estados têm muitas variedades crioulas. Como é que isso vai afetar? Como que esses transgênicos vão afetar essas variedades?

Nós últimos meses, vários governos estão publicando relatórios - foram feitos por cientistas, como é o caso da Inglaterra agora, e um grupo de dezenas de cientistas, consultando seiscentos trabalhos científicos, concluíram que um país, para poder fazer a liberação de transgênicos, precisa ter uma infra-estrutura competente - o Brasil ainda não tem essa infra-estrutura - tem que ter capacidade de análise técnica, tem que ter capacidade de fiscalização - nós fizemos uma demonstração nessa última safra que nós não conseguimos fiscalizar - tem que ter uma legislação adequada, a análise tem que ser muito severa, muito criteriosa, tem que ter transparência e credibilidade do sistema.

O presidente da Embrapa, finalmente, veio a público nas últimas semanas dizendo que não temos segurança, não temos informações científicas que garantam que não vamos ter risco e que não vamos ter problemas na agricultura brasileira.

Olhem a atitude de um país como a Inglaterra. Em 1999 o seu Ministério do Meio Ambiente encomendou um estudo para um grupo de cientistas que demorou quatro anos. Esses trabalhos foram publicados, agora, quatro anos depois! Eles estudaram beterraba, canola e milho

transgênicos. Os cientistas demoraram quatro anos e estudaram os impactos ambientais, para subsidiar uma decisão de governo. O que eles recomendaram ao Governo? Não plante e não libere beterraba e nem canola, porque os danos ambientais vão ser muito maiores do que os não transgênicos.

No caso do milho, eles ficaram em dúvida e vão fazer mais testes.

Eu gostaria de concluir dizendo, para permitir um pouco de discussão - tenho mais de informações, mas vou parar por aqui.

Quero mostrar duas idéias. A primeira é da soja, que é um caso emblemático no Brasil. Todos os testes de segurança alimentar que foram feitos com a soja transgênica, foram feitos sem a aplicação do herbicida. Nós vamos usar um herbicida sobre a planta. Nós, humanos, não estamos acostumados a comer herbicida, nem tampouco os herbicidas que vivem no solo. Não tem nenhum teste de impacto ambiental no Brasil. Não podemos concordar sem o licenciamento ambiental, porque seria uma leviandade nossa, do Ministério do Meio Ambiente, não exigir os estudos de impacto ambiental!

Em substituição ao princípio da familiaridade, estamos adotando o princípio da precaução, que tem quatro componentes. O primeiro é que, na dúvida, se temos incerteza científica temos que tomar medidas que previnam os danos. Por exemplo, Santa Catarina adotou uma moratória, porque não tinha certeza científica dos seus dados. A Inglaterra e a Itália adotaram uma moratória. Enfim, na ausência de informação científica, nós evitamos o dano.

O segundo ponto: temos que ter alternativas e se não as temos, cabe ao Poder Público apoiar e promover a obtenção de alternativas para resolver os problemas.

O terceiro ponto do princípio da precaução é que a decisão tem que ser democrática e transparente e tem que envolver as partes que estão nesse processo. O princípio da precaução, que hoje vem sendo adotado em vários países, está sendo estabelecido, já é componente das leis ambientais brasileiras e, agora, por decisão do governo, vai constar do novo projeto de lei, que será enviado ao Congresso Nacional. A Lei de Biossegurança vai conter o princípio da precaução.

É essa mensagem que eu gostaria de trazer-lhes e se, eventualmente, tiverem mais algum questionamento, coloco-me à disposição.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Concedo a palavra ao deputado Elton Carlos Welter, para que faça os agradecimentos da Casa ao professor Rubens Nodari.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Agradecemos ao professor Rubens Nodari. Esta Casa tinha feito uma audiência pública, no primeiro

semestre para discutir o tema, para desmistificar um pouco o conceito dos geneticamente modificados. O professor era para ter vindo há três ou quatro semanas atrás, e infelizmente, em função de agenda, não deu certo, coincidindo no dia de hoje, justamente, no dia em que está na pauta. Para mim ficou muito mais claro o que é geneticamente modificado e o que significa o princípio da precaução, que está se querendo adotar nesse projeto.

Agradecemos ao professor por esses conceitos valiosos que deixou a esta Casa, e ficamos à disposição do professor Rubens Nodari, que é membro da CTNBio e trabalha no Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado, professor Nodari.

### **(Aplausos)**

#### **O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Passa-se ao Horário das Lideranças:

PL, PSL, PPS.

Concedo a palavra ao deputado Ratinho Júnior.

#### **O SR. RATINHO JÚNIOR**

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos votos de pesar que os deputados fizeram para a minha família, pelo falecimento do meu avô, Domingo Massa, no sábado, de madrugada. Muito obrigado pelo carinho e respeito das senhoras e dos senhores deputados.

Também agradeço ao apoio que tivemos no voto do projeto de desarmamento, na semana passada, que foi aprovado por unanimidade. Temos certeza que o governador Roberto Requião, que está preocupado com a nossa segurança pública, vai também sancioná-lo o mais rápido possível.

Sabendo que hoje tem um projeto muito importante para ser discutido, eu gostaria de apenas fazer um relato breve sobre a nossa viagem a Cuba, a convite do Ministério da Saúde, no final de setembro, começo de outubro.

Eu gostaria de discutir aqui, não a questão do governo cubano, se é um governo de esquerda ou de direita, porque acredito que um governo pode ser de direita ou de esquerda ou de centro. Temos que buscar aquilo que tem de bom de cada governo, para trazer para o nosso país, para o nosso Estado, para as nossas cidades, para aproveitarmos e tentar melhorar a qualidade de vida das pessoas e dos cidadãos.

#### **(Lê):**

“É inegável que Cuba possui hoje um bom sistema de saúde pública, cujo sistema é totalmente gratuito quanto aos serviços.

Em alguns municípios de nosso país, já foi implantado o sistema do médico da família, o qual atende a população em sua própria casa, com ficha médica constando o histórico do paciente, cujo sistema é um dos pontos de relevância no atendimento à saúde do povo cubano.

Registramos alguns dados estatísticos sobre o sistema de saúde cubano: 98% da população tem atendimento do programa Médico da Família e Enfermaria da Família.

Há um médico para 168 habitantes, o que totaliza mais de 65 mil médicos no atendimento à população, estimada em 11 milhões de habitantes.

Mulheres grávidas fazem 11 (onze) exames pré-natal obrigatórios, a partir do terceiro mês de gravidez até o parto.

Mortalidade infantil de 6,2 para cada mil crianças nascidas vivas.

Expectativa de vida em Cuba é de 76 anos.

Fazemos o registro de que mais de 600 universitários brasileiros estão estudando em Cuba, sendo que a maioria está matriculada na área médica.

Visitamos uma unidade Policlínica e um Posto Médico na Capital, Havana, completando nossa visita com uma palestra proferida pelo Dr. José García, diretor de Relação Internacionais, sobre todo o Sistema Nacional de Saúde de Cuba, no Ministério da Saúde.

#### **Destaque Especial - Doenças “Retinosis Pigmentária”**

Cuba hoje tem um Centro Internacional de Retinosis Pigmentária, cujo Centro trata especificamente dessa doença do olho, cuja moléstia provoca cegueira gradativa e irreversível nas pessoas.

Neste Centro, através de método de microcirurgia desenvolvido pelo professor Dr. Orfílio Palaez Molina, pode-se deter o avanço da moléstia, permitindo-se assim que a pessoa não fique completamente cega.

Segundo informações obtidas junto ao representante das autoridades cubanas em São Paulo, em nosso país ainda não há prática dessa técnica cirúrgica, o que tem condenado centenas de brasileiros à cegueira gradativa.

Em face desse problema de relevância de centenas de doentes brasileiros, tomaremos providências juntamente com nossos companheiros deputados desta Casa, no sentido de buscarmos uma solução junto à Presidência da República, junto ao INSS e ao Ministério da Saúde, para que possamos resolver esse grave problema da saúde de nosso povo.

#### **Ministério da Educação**

É também de conhecimento público o avanço que Cuba conseguiu na Educação.

A educação do povo cubano é obrigatória até o segundo grau num período de nove anos. Esta obrigação, passa pela responsabilidade dos pais os quais são obrigados a mandar o filho para a escola, e no caso de omissão são advertidos e na reincidência podem ser até detidos, e na omissão continuada o filho segue para um colégio especial em período de internato, por conta do Estado.

Com esta providência o governo cubano conseguiu atingir os melhores índices escolares da América Latina, dos quais registramos:

0,2% de taxa de analfabetismo.

100% de taxa de escolarização primária.

99,7% de taxa de escolarização secundária.

O ensino é gratuito, assim como todo o material escolar, sendo que em todas as escolas existem computadores.

Os menores não trabalham, só estudam. O trabalho é permitido somente após os 18 anos de idade.

Existem cursos especiais para deficientes, ensino técnico profissional, ensino para adultos agricultores, ensino especial para formação de professores, além dos cursos diversos universitários na área de ciências humanas e exatas, incluindo-se cursos de mestrado e doutorado.

O sistema de avaliação do aluno é automático.

A palestra sobre o Sistema Geral da Educação Cubana, foi feita pela Dra. Arquiteta Alexis C. Mendez Gonzales, diretora de Relações Internacionais, do Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverria, em Havana.

Assim, senhor presidente e colegas deputados, registramos nossa visita a Cuba, onde lá buscamos maior saber na área da educação e da saúde, com o objetivo único de aumentarmos nosso conhecimento, para podermos colaborar mais nos projetos que tramitem por esta Casa e que objetivem melhorar a situação do povo do Paraná, sem entrarmos no mérito de caráter ideológico do regime político cubano.

Finalmente, senhor presidente, registramos que estaremos remetendo cópia deste pronunciamento com documentos detalhados sobre nossa explanação, assim como estaremos remetendo idêntico material para as Secretarias da Saúde e da Educação do Estado do Paraná, e inclusive para as Comissões Permanentes de Saúde e de Educação desta Casa.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa agradece o relato e parabeniza o orador Ratinho Júnior.

Horário destinado ao PSBD, PTB, PT  
(Declinam).

PFL. Concedo a palavra, ao deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. O dia polêmico, o dia da discussão, da votação dos projetos dos transgênicos na Assembléia Legislativa do Paraná.

Nós temos acompanhado nos últimos anos uma ampla discussão no nosso Brasil sobre a questão da liberação do plantio da soja transgênica dentro do território nacional. Muitas discussões aconteceram, cientistas, produtores, empresários, professores, defendendo tanto um lado, quanto o outro - o lado a favor do plantio dos transgênicos outros que defendem o não plantio dos transgênicos no Brasil. Presidentes de cooperativas pedindo a liberação do plantio de transgênicos no Estado do Paraná,

as entidades representativas dos produtores do Estado do Paraná, a Ocepar, nós tivemos a posição da FAEP e outras tantas entidades ligadas ao setor produtivo, pedindo a liberação do plantio dos transgênicos no Paraná.

E pasmem, na Assembléia Legislativa tivemos um projeto de lei, encaminhado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores que proíbe o plantio, o transporte dos transgênicos dentro do território paranaense, e ao mesmo tempo o Partido dos Trabalhadores em Brasília, pelas mãos do senhor presidente da República, assina uma medida provisória autorizando o plantio dos transgênicos no território nacional, este ano.

Junto com tudo isso, estamos vendo hoje, na Assembléia Legislativa, a votação do projeto de lei do Partido dos Trabalhadores, que tem o apoio fechado do governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que não quer autorizar o plantio da soja transgênica no Estado do Paraná.

Daí, a grande polêmica. Hoje escutamos um professor defendendo o não plantio dos transgênicos onde ele colocou sua posição. Ao mesmo tempo, nós não ouvimos ninguém defendendo o plantio dos transgênicos, no plenário da Assembléia Legislativa! Tivemos um cientista da Embrapa, que aqui veio e não deixou muito clara a posição que aqui colocou, se era a favor ou se era contra.

Para mim, o que faltou foi debate, foi esclarecimento, para que todos nós pudéssemos ter uma posição clara. Vejo uma emenda modificativa apresentada pelo deputado Zucchini, onde, nesse substitutivo eu vou votar defendendo essa posição. Ele trata da rastreabilidade e da certificação de produtos vegetais cuja produção seja claramente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada, é um rastreamento.

Seria, de acordo com esse substitutivo, oferecido o direito e a possibilidade de o produtor escolher qual o grão que ele vai querer plantar, qual soja ele vai querer plantar, a transgênica ou a convencional, seria acompanhado pela Secretaria da Agricultura e também pelas cooperativas que representam os produtores do Estado do Paraná, na sua grande maioria.

Desta forma nós teríamos a possibilidade de ter os dois, o transgênico e o não transgênico, para que pudéssemos, através da certidão, vender o transgênico e, ao mesmo tempo, o convencional.

Então é o mais coerente dos projetos apresentados nesta Casa, esse substitutivo que muda o projeto que meramente veda, que proíbe e dá uma opção para que os produtores rurais possam escolher o que querem, possam escolher e optar naquilo que pensam que é o melhor para eles produzirem, tendo custo menor de produção e da mesma forma nós teríamos condição de vender a soja transgênica ou a não transgênica.

É uma grande discussão. No Brasil inteiro vão plantar, menos no Estado do Paraná também proibindo aquilo que Brasília autorizou.

O Partido dos Trabalhadores apresentou um projeto que proíbe os transgênicos diferente do projeto do presidente da República, eleito também pelo Partido dos Trabalhadores e que é favorável ao plantio de transgênicos, neste ano, em todo território nacional.

E para firmar e terminar o pronunciamento aqui, hoje, senhor presidente, caso seja aprovado esse projeto nós veremos, daqui a seis meses e eu quero alertar toda imprensa aqui presente, no momento da colheita da soja no Paraná, senhor presidente, senhores deputados, no Paraná: já existe soja transgênica sendo plantada no território paranaense, e lá, no momento da colheita, vai haver a mistura das sojas, a transgênica e a grande maioria da convencional, e aí está o grande problema, com uma lei que proíbe, o que vai se fazer com essa soja? Então, a grande confusão, a polêmica vai se criar lá na colheita. No momento que forem fazer os exames, as análises nas sojas produzidas vão encontrar traços de transgênicos, e como vamos resolver este problema dentro do território paranaense?

É séria a posição, nós estamos brincando na hora que proibirmos os transgênicos no Estado do Paraná, porque não é justo, nós, deputados, sabermos mais do que as entidades dos produtores, sabermos mais que os produtores rurais, sabermos mais do que aqueles produzem e fazem do Estado do Paraná o grande produtor de grãos da nossa Federação.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto, no Horário do PDT,

O SR. BARBOSA NETO

Boa-tarde, senhoras e senhores deputados, senhor presidente.

Quando não entendemos de um assunto é melhor não falar sobre ele, porque acaba falando bobagem. Mas, sobre esta questão em tela hoje nós consultamos talvez um dos maiores especialistas em agricultura, no Estado do Paraná, que é o presidente estadual do nosso partido, o PDT, Osmar Dias, que foi considerado aí, durante 8 anos que ocupou a Secretaria da Agricultura, o melhor secretário da história do Paraná. Aliás quatro desses anos servindo ao atual governador Roberto Requião.

E hoje, pela manhã o senador Osmar Dias concedeu uma entrevista ao deputado Jocelito Canto no programa "O Repórter" na rádio Ante Sul - FM, onde tive o cuidado de compilar algumas das afirmações que foram distribuídas para todos os deputados. Diz ele assim:

(Lê):

"A soja transgênica - e disso eu posso falar, porque sou agrônomo, sou do ramo, e modestamente estudei muito este assunto - nada mais é do que o resultado de uma pesquisa científica em Biotecnologia, que resultou na introdução de um gene na soja para oferecer-lhe uma

característica diferente do que ela tem. Ela fica resistente ao herbicida chamado glifosato, que é usado para dessecar o mato da lavoura. Você pode passar o glifosato em cima da soja mesmo: o mato morre e ela permanece.

Bom, quando falam que a soja transgênica está causando danos à saúde ou ao meio ambiente, eu gostaria de ver onde isso está acontecendo, porque, na verdade, a soja transgênica já é plantada em mais de 50% da área cultivada com soja no mundo. Nós temos hoje, 72 milhões de hectares plantados no mundo, de soja. Desses 72, 37 milhões, mais da metade, é soja transgênica, e não há na imprensa mundial, nenhuma citação, nenhum caso que possa ter ocorrido em função da soja transgênica. Muito pelo contrário; já se constatou que a soja transgênica não causa nenhum dano à saúde nem ao meio ambiente.

Então, fica uma discussão comercial a ser discutida: é vantagem ao Paraná plantar soja transgênica, ou continuar com a soja convencional? Aí, vai outra informação que não está sendo passada para a população de forma verdadeira. A China, como dizem aí, não está importando soja transgênica; isso não é verdade. A China importou esse ano 6 milhões de toneladas de soja dos Estados Unidos, tudo transgênico, e 3 milhões de toneladas de soja da Argentina, transgênico também. E só dois milhões da soja nossa, da soja brasileira, que não é transgênica.

O que a China exige, como todos os mercados mundiais exigem? A certificação, Jocelito. Foi por isso que eu sugeri ao deputado Augustinho Zucchi para apresentar um projeto que certifique a soja, para garantir a quem vai comprar, se está comprando uma soja transgênica, ou que está comprando uma soja convencional. Quem deve decidir o que comprar é exatamente o consumidor, seja ele importador, ou consumidor nacional. Então, o que o Paraná deveria fazer, como o País inteiro, é ter uma legislação rigorosa no sentido de exigir determinadas regras para a liberação dos transgênicos, entre elas, a certificação da lavoura para garantir que o consumidor não vai comprar gato por lebre. Daí, tudo bem. Agora, que o mercado internacional não está colocando restrições, não; apenas exigindo que se certifique a soja transgênica ou a soja convencional".

E consultei também alguns técnicos que dizem: "a pesquisa científica vem produzindo no mundo inúmeros exemplos de que, há pouco tempo, jamais imaginávamos que seriam interessantes para a humanidade. Felizmente, em muitos casos, este avanço vem ao encontro da produção agrícola, do meio ambiente e do combate à fome. O caso em discussão, que é o plantio e a comercialização de transgênicos, é mais um exemplo que vem demonstrando resultados positivos para os agricultores e principalmente ao meio-ambiente.

Para a perfeita compreensão da matéria em discussão, a multinacional Monsanto pesquisou e desenvolveu há quase 10 anos uma semente de soja (roundup ready), que, através da inserção de um gene, passou a ter uma

resistência ao herbicida (roundup) produzido pela mesma empresa. Com esta modificação genética, houve uma redução da quantidade de aplicação de agroquímico em quase 50% em relação à soja convencional.

É muito importante que se diga que não estou aqui defendendo uma multinacional. A minha defesa é em favor do meio ambiente, dos agricultores paranaenses e da tecnologia, que trouxe consigo pelo menos três aspectos favoráveis com a utilização das sementes transgênicas de soja e algodão: primeiro, a segurança no trabalho em relação à saúde do agricultor; segundo, o lucro maior devido à menor quantidade de herbicida e de aplicação; terceiro, a qualidade do meio ambiente, pois houve de fato a redução de produtos químicos para a produção dessas culturas.

Não apóio a desobediência civil, mas não podemos deixar de citar o exemplo recente do Rio Grande do Sul, onde, apesar de haver uma lei federal proibindo o plantio dos transgênicos, mostrou-se que a utilização desta tecnologia, mesmo que na contravenção, foi amplamente utilizada pelos agricultores gaúchos na safra passada, que obtiveram uma produção de mais de 6 milhões de toneladas de soja transgênica. A propósito, não devemos nos enganar. É só verificarmos os registros nas análises feitas pelos terminais e controladoras no porto de Paranaguá, para verificarmos que o Estado do Paraná já possui a soja transgênica.

Ainda sobre o caso do Rio Grande do Sul. Lá ganhou o agricultor, mas ganhou também o contrabandista que vendeu a semente transgênica e alguns insumos produzidos na Argentina. E quem perdeu foi o Estado e o Governo Federal, pois não houve um centavo de arrecadação nesta parte da cadeia produtiva.

Outro ponto relevante a ser abordado é o fitossanitário, pois a semente utilizada não foi analisada e aprovada pelo Ministério da Agricultura e serviços de fiscalização implantados, e que poderá estar trazendo consigo sérios problemas de doenças às variedades aqui produzidas e aos campos de produção de grãos.

Outra injustiça causada, foi em relação ao produtor brasileiro de sementes, pois este sofreu e irá sofrer novamente nesta safra uma concorrência desleal, afinal ele paga todos os impostos e sofre todo o tipo de fiscalização instituído por lei, enquanto que a semente contrabandada não contribuiu em nada com esse importante processo de arrecadação pública.

Podemos citar ainda outros setores diretamente envolvidos e que também foram e serão prejudicados, como o transporte e os portos. A propósito, um porto é um prestador de serviços como qualquer outro, e ao meu ver proibi-lo de receber e embarcar este produto representa no mínimo a redução do seu faturamento e o afastamento ainda maior dos seus clientes. Vale a pena lembrar que, o Governo do Paraguai possui um terminal próprio no Porto de Paranaguá, e seria justo estarem privados de exportar a sua própria soja transgênica que foi produzida lá?

Precisamos ter uma visão estratégica e de dimensões maiores, os meios de transporte e o porto de Paranaguá não devem ser considerados reservas exclusivas do Estado, pois as áreas de abrangência atingem como já citado foi o Paraguai, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

Somos favoráveis ao estabelecimento de um programa de rastreabilidade e certificação, conforme o substitutivo apresentado pelo deputado Augustinho Zucchi, que atende aos requisitos de segurança e permite a produção de forma segregada, garantindo assim que os diferentes mercados possam optar por produtos com origem conhecida.

Porque mesmo com todas as colocações feitas e por tudo que estudei com os técnicos e produtores sobre esta tecnologia, continuo convicto de que a discussão deste tema, e a aprovação ou proibição deva levar em consideração a decisão do Congresso Nacional e jamais ser tomada sob a ótica política de um Estado, e sim, técnica-científica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 456/2003, subscrito pelo deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando autorização do Plenário para participar no evento Sessão Solene da Abertura do 31º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e visita oficial à Exposição de Turismo ABAV-2003 - A Feira das Américas, com abertura oficial, a realizar-se às 11h00 do dia 23 de outubro, no Rio de Janeiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente.

Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Gostaria de comunicar aos membros da Comissão de Orçamento que, logo após a Sessão Plenária, nós teremos uma reunião da Comissão. Também abrimos o prazo para apresentação de emendas, a partir de quinta-feira - 16 de outubro até 27 de outubro. Também informamos aos senhores deputados que foi enviado expediente aos gabinetes para uma reunião na quinta-feira, onde estarão presentes os técnicos da Comissão de Orçamento, também os técnicos da Secretaria do Planejamento para encaminhar aos assessores a forma como vai funcionar a questão dos encaminhamentos dessas emendas.

Seria isso, senhor presidente.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria do deputado Elton Carlos Welter e outros, que veda o plantio, a sementeira, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) no Estado do Paraná, indica ao Poder Executivo Estadual a criação, no âmbito da Governadoria do Estado, do Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM PARECER CONTRÁRIO DA CAIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 307/2003

#### P A R E C E R :

O projeto de lei enunciado, sob exame nesta Comissão, de autoria da Bancada do Partido dos Traba-

lhadores, tem por objetivo estabelecer votação neste Estado, do plantio, da sementeira, do cultivo, da importação e do transporte de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's), além de instituir o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança.

A Comissão de Constituição e Justiça, emitiu seu parecer favorável à proposição, na forma de substitutivo geral que amplia a vedação original para alcançar também a manipulação e a industrialização dos OGM's destinados à industrialização, alimentação humana ou animal.

Não obstante não enfocou aquela Comissão o aspecto que respeita a violação do ordenamento jurídico nacional consubstanciado no projeto de lei que extrapolando a competência legislativa comum e concorrente dos Estados para legislar sobre a matéria, contraria a legislação nacional que estabelece normas gerais para o cultivo e a venda de alimentos geneticamente modificados, a Lei nº 8974/95.

Senão, vejamos: - é competência exclusiva da União legislar sobre: direito comercial; comércio exterior e interestadual, transporte, artigo 22 incisos I, VIII e XI;

- é competência comum e concorrente dos Estados e da União legislar sobre: saúde, meio ambiente e fomento à produção agropecuária; produção e consumo; defesa do solo, recursos naturais, meio ambiente e poluição; responsabilidade por dano ao meio ambiente, artigo 23, incisos II, VI, VIII e 24 incisos V, VI, VIII.

Os Estados somente exercerão competência legislativa plena sobre tais matérias quando inexistir legislação federal a respeito, o que não é o caso, posto que sobre o assunto a União editou as Lei nº 8974/95 e a Medida Provisória nº 113/2003, convertida na Lei nº 1068/2003.

No mais, lembrar que nosso Estado é ente de uma Federação, que não poderá tornar-se uma "ilha" agrícola e comercial no país, até em razão de sua própria posição geográfica. Abrirá mão de sua estratégica e privilegiada posição portuária para escoamento da safra nacional?

A discussão não é do Paraná, é do Brasil como nação, que representada por todos os seus entes federados, deverá fazer a sua escolha. É o que está providenciando o governo federal, levando ao Congresso Nacional a questão que é de interesse geral.

Isto posto, é contrário o parecer desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.

Sala das Comissões, em 15.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Presidente e Relator

#### EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 307/2003

#### P A R E C E R :

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 307/2003, que "veda o cultivo, a manipulação, a industrialização, o transporte e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) no Estado do Paraná, cria o Conselho Técnico Estadual de Biossegu-



rança - CTEBio no Âmbito da Governadoria do Estado e dá outras providências”.

Relator: deputado Antonio Anibelli.

### **I - Relatório**

Indo a Plenário, o Projeto de Lei nº 307/2003, recebeu as seguintes emendas:

- Nº 1, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, líder do PFL, propondo nova redação ao artigo 1º do projeto, contendo mudanças de técnicas legislativas e acrescentando que “não cumpridas as condições estabelecidas na legislação federal, conforme determina o inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 225 da Constituição Federal”.

- Nº 2, de autoria do deputado Dobrando da Silva, acresce parágrafo único ao artigo 1º do substitutivo geral aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça com a seguinte redação: “Parágrafo Único - Executa-se o transporte de organismos geneticamente modificados produzidos em outros países”.

- Nº 3, de autoria do deputado Dobrando da Silva, acresce parágrafo único ao artigo 1º do substitutivo geral aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça com a seguinte redação: “Parágrafo Único - A vedação do transporte de organismos geneticamente modificados produzidos em outros países passará a vigorar a partir de 2005”.

- Nº 4, de autoria do nobre deputado Ângelo Vanhoni, modificando o artigo 17, que dispõe sobre a entrada em vigor desta lei, passando a vigorar com a seguinte redação: “Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e terá efeito até a data de 31 de dezembro de 2005”.

Nº 5, de autoria do nobre deputado Augustinho Zucchi, apresentando um substitutivo geral ao projeto de lei, com a seguinte súmula: “Trata da rastreabilidade e certificação de produtos vegetais cuja produção seja garantidamente diferenciada entre convencional e geneticamente modificada.”

É o relatório.

### **II - Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa concorrente.

Relativamente à primeira emenda, entendo que a mesma não oferece qualquer mudança substancial que justifique o seu pronunciamento, uma vez que conforme a boa técnica legislativa, a mesma é mera cópia do texto constitucional do parágrafo 1º do artigo 225 da lei maior.

Já com respeito à segunda e à terceira emendas, as mesmas estão contempladas parcialmente no substitutivo geral, haja vista que a vedação ao transporte foi retirado do projeto.

A quarta emenda apresentada pelo líder do Governo vem contemplar ao firmado entre a base de apoio ao governador Roberto Requião nesta Casa de Leis e lideranças agropecuárias, não havendo nenhum óbice à sua aprovação.

Esta relatoria, conforme acordo entre as lideranças da Bancada do Governo, acata a Emenda nº 4, na forma da subemenda com a seguinte redação: “Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e terá efeitos até a data de 31 de dezembro de 2006”.

A quinta emenda não deve prosperar. Senão, vejamos: esta emenda muda totalmente o teor do projeto a ser substituído, portanto, não pode ser acatada, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 138 do Regimento Interno que diz: “Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal”.

Desta forma, a Emenda nº 5 é anti-regimental.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável à Emenda nº 4, na forma de subemenda, rejeitando as de nºs 1, 2, 3 e 5, e apresentando um substitutivo geral a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Jocelito Canto - voto contrário, Chico Noroeste, Doutor Luciano, Durval Amaral - voto contrário, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter e 1 ilegível.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2309, de autoria dos deputados Jocelito Canto, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior e outros, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Rejeitado.**

Para encaminhar, deputado Ratinho Júnior.

### **O SR. RATINHO JÚNIOR**

Presidente, nós fizemos esse requerimento, na verdade, foi o deputado Jocelito Canto, nós assinamos, nós, deputados do Bloco Independente e mais alguns, visto que nós sabemos da importância que é esse assunto para o Estado do Paraná e para o Brasil, e assim, resolvemos debater um pouco mais.

Nós ouvimos alguns técnicos aí, falando o que é bom e o que ruim dos transgênicos, mas acreditamos e em especial o deputado Jocelito Canto, que está nos representando, que esse debate deveria ser mais alongado para conversar com os consumidores dos transgênicos, conversar com os pequenos agricultores, com os grandes agricultores, com os produtores de herbicidas, com os técnicos da Monsanto, para realmente ver até que ponto é bom o Estado do Paraná não produzir os transgênicos e ver até a que ponto é bom os transgênicos serem produzidos no Estado do Paraná.

Gostaria de pedir aos deputados, lembrando que esse posicionamento não pode ser apenas um posicionamento político, tem que ser um posicionamento científico, estudado e debatido para tomar qualquer decisão,

até porque o Estado do Paraná é um Estado pujante, tem uma agricultura pujante e tem que ser muito estudado.

A economia do nosso Estado e do nosso país visa e vive da economia da agricultura. Nós precisamos estudar muito bem essa matéria.

É um pedido que nós fazemos a todos os deputados, que não se tome um atitude política e sim, científica, antes de qualquer coisa.

Muito obrigado.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados, esse pedido do deputado Jocelito Canto, que pede para tirar de votação o Projeto de Lei nº 307/2003, dos transgênicos é da maior importância.

Nós teríamos senhor presidente, e eu dou a sugestão aqui para que nós pudéssemos fazer um debate com um cientista, um profissional da área que defendesse os cultivos transgênicos e outro profissional que defendesse os cultivos não transgênicos no Paraná, para que nós, deputados, pudéssemos fazer uma avaliação dos dois lados, da defesa dos dois lados, pudéssemos ter uma opinião formada, para daí, sim, cada um de nós, desta Casa, pudéssemos votar com a consciência tranquila e não indo numa linha política, numa decisão política que vai fazer com que a vontade dos produtores rurais do Estado do Paraná, representados pelas suas entidades a Faep e a Ocepar e outras tantas que nos pedem para que votemos contra esse projeto, e sim autorizando os cultivos transgênicos no Estado do Paraná.

Então, nós teríamos que fazer um amplo debate para que pudéssemos avaliar o que é certo, o que é o correto, para que tivéssemos um voto consciente nesta Casa, no final desses debates, que eu defendo que aconteça aqui, senhor presidente.

**O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Acredito que não foi só o meu gabinete, mais de todos os pares desta Casa que nos últimos dias foram tomados por diversas correspondências, e-mails, telefonemas de vários segmentos da sociedade, intituladas ou que pelo menos pretendem defender a ecologia e o meio ambiente. Os argumentos são fortes dos dois lados.

Confesso que estou em dúvida a exemplo de muitos deputados com quem aqui conversei.

Tenho certeza que tal dúvida também paira no âmbito do Governo Federal. Prova disso é que recebi das mãos da assessoria da Liderança do Governo, há poucos minutos, a cópia da Medida Provisória nº 131, e lendo-a, verifiquei que o artigo 10, o próprio governo federal na sua medida excetua o plantio de sementes de soja que contém organismo geneticamente modificado em áreas de unidades de conservação, zonas de amortecimento, terras indígenas, áreas de proteção de mananciais e outras tantas. O governo também prevê essa medida provisória por um prazo limitado. Por outro lado, tivemos na data de

ontem e hoje também, algumas pessoas argumentando que com a diminuição da aplicação de venenos e herbicidas, também a ecologia estaria ganhando.

Tivemos a explanação pelo professor, anteriormente, que falou, falou, mas falou o que é unanimidade não só no Brasil. Existe dúvida, mas também não existe comprovação nenhuma de que a soja ou os organismos geneticamente modificados possam trazer prejuízos à saúde e ao meio ambiente.

Então, gostaria de encaminhar o requerimento do deputado Jocelito Canto para que possamos debater melhor a questão e termos melhor argumentação que nos leve ao convencimento que realmente estamos fazendo uma legislação benéfica para o Estado do Paraná.

Hoje pela manhã, recebi solicitações diversas, daqueles que são os mais interessados na causa, os agricultores, pedindo a liberação dos transgênicos.

Então, acredito que se os agricultores.....

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito às galerias que não se manifestem, ou vou suspender a Sessão.

**O SR. RENI PEREIRA**

... que são os principais interessados, a quem compete o livre arbítrio de saber se economicamente vai ganhar plantando a soja geneticamente modificada ou se planta a soja tradicional.

Eles pedem a liberação, não podemos impor-lhes uma obrigação que eles não pretendem cumprir e não podemos fazer a política da avestruz, colocando a cabeça no buraco e fingindo que esse problema não existe.

Nós estamos em dúvida e precisamos debater melhor. Confesso, senhor presidente, senhores deputados, que na dúvida é melhor discutirmos e adiarmos, porque o próprio Governo Federal tem dúvida a respeito dessa questão.

Obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, acredito que o requerimento feito por vários senhores parlamentares é uma medida sensata.

Eu li no último domingo, no Estado de São Paulo, onde diz que os próprios ministros do Governo Lula não estão se entendendo. De um lado o ministro da Agricultura, que ninguém pode dizer que não conhece de agricultura já que é um dos maiores produtores de grãos deste país e se foi escolhido pelo presidente da República é porque é um homem que entende de agricultura: ele é favorável aos transgênicos.

De outro lado, vemos a ministra Marina da Silva sendo contra os transgênicos. Se nós formos ler a Medida Provisória editada pelo presidente da República você sente que eles não têm certeza de qual é a posição do Governo Federal. Eu nunca vi uma dubiedade tão grande num assunto, neste país, nos últimos dez anos. Por isso,

não é a Assembléia Legislativa do Paraná que vai resolver esse problema.

Acredito, senhor presidente, que para quem tem se aprofundado no assunto, cada vez que você se aprofunda na questão, que você ouve um técnico que defende os transgênicos ou faz de forma diferente, cada vez você fica com mais dúvidas! Se você vir a Medida Provisória editada pelo presidente da República, você também observa que eles não têm certeza do que eles querem. Na verdade, o que estou observando e por isso acredito que o adiamento dessa votação será benéfico ao povo paranaense, é a posição política. O que estamos querendo é isolar o Paraná num problema, numa questão que tem que ser resolvida nacionalmente.

Por isso, me posiciono favorável ao seu adiamento, porque tenho certeza absoluta, poucos parlamentares têm condições e domínio absoluto dessa questão.

#### O SR. BARBOSA NETO (**Para Encaminhar**)

Gostaria de defender aqui o requerimento que propõe a retirada da discussão por 10 Sessões, porque isso me faz lembrar, por exemplo, essa questão ecológica, quando o Roberto Carlos compôs a música dos anos 70, quando da liberação da pesca à baleia. Ele disse: “teus netos vão te perguntar, em poucos anos, pelas baleias que cruzavam os oceanos”.

Como os senhores deputados que vão votar essa questão sem aprofundamento devido vão responder aos nossos filhos ou aos nossos netos quando formos perguntados se travamos o desenvolvimento de um Estado, de uma Nação, numa medida antidemocrática e até na contramão da história?

Por isso, faço suscitar um outro fato: o milho híbrido, eu era ainda uma criança, morava numa propriedade rural quando havia um preconceito muito grande. O pai de um agricultor falava, você vai plantar o milho híbrido? Eu não! Não tenho coragem! Hoje, o milho híbrido é difundido e representa muito para a nossa economia e também para a mesa de todos nós.

Por isso, eu gostaria de fazer um apelo aqui aos senhores deputados, que votem a favor desse requerimento para que possamos nos aprofundar, ouvir os técnicos e também aqueles que têm conhecimento, para que possamos votar com muito mais segurança.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. ELIO RUSCH (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi atentamente todos os deputados que já se manifestaram na Sessão de hoje, como na Sessão quando o projeto foi votado na sua constitucionalidade. Quero parabenizar o deputado Jocelito Canto pelo fato de ele ter entrado com o requerimento pedindo o adiamento por dez Sessões, desse projeto.

Esse requerimento também foi apresentado quando o projeto foi votado na sua constitucionalidade, e infelizmente não tivemos êxito. O requerimento foi rejeitado e o

Plenário apreciou a matéria na sua constitucionalidade, saindo da Ordem do Dia na 2ª discussão, quando vieram as suas emendas.

Confesso, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Eu não sou especialista. Considero-me leigo para discutir e para votar uma matéria de tamanha envergadura.

Mas, alguém já fez menção hoje, sobre uma entrevista que o senador Osmar Dias deu pela manhã, no programa de rádio, para o deputado Jocelito Canto. Gostaria de ler apenas dois trechos. Quando o deputado Jocelito Canto perguntava para o senador o que ele achava do projeto que aqui estava tramitando na Assembléia Legislativa, proibindo os transgênicos no Paraná, o senador respondeu o seguinte: “Jocelito, eu quando não entendo de um assunto, prefiro não falar sobre ele, porque a gente acaba falando bobagem. É o que acontece com a soja transgênica, com muita gente falando o que não sabe e com isso, passando informações equivocadas, inverídicas para a população”.

E assim segue o pronunciamento do senador Osmar Dias, que foi secretário da Agricultura por duas vezes aqui no Estado do Paraná e quatro anos o foi do atual governador Roberto Requião. E outro trecho, o próprio senador disse, quando o deputado Jocelito Canto perguntava, qual seria a manifestação e o que ele achava da Assembléia Legislativa, o senador respondeu o seguinte, entre outras: “eu também sou a favor de colocar rigor, porque senão, vira realmente uma bagunça. Nós precisamos ter cuidado com isso para não liberarmos qualquer transgênico. Agora, não seria mais prudente aprovar a lei nacional, para depois aprovar a lei estadual? Senão, essa lei estadual pode se tornar inócua, sem efeito, se a lei nacional tiver uma direção contrária”. E o que o senador quis dizer com isso?

Ele disse hoje de manhã, na entrevista que ele deu para o próprio deputado Jocelito Canto, que o governo federal está estudando, através de diversos ministros que compõem a área da agricultura, pesquisa e tecnologia do governo Lula, um projeto de lei que deve ser enviado ao Congresso Nacional, conforme o senador Osmar Dias, e que deverá vir nas primeiras semanas, nos primeiros dias, no Congresso Nacional. Ora! Se aprovarmos uma lei aqui na Assembléia Legislativa e depois o Congresso Nacional aprovar a lei de forma contrária àquilo que nós estamos deliberando aqui no Estado do Paraná, é lógico que a nossa lei torna-se inócua, a nossa lei torna-se sem efeito.

Então, nada mais justo e nada mais prudente do que nesta hora, nós aqui, na Assembléia Legislativa, retirarmos esta matéria da Sessão de hoje, da pauta, e esperarmos uma definição clara por parte do Governo Federal.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicitei à Mesa, através de requerimento, e como determina o Regimento Interno desta Casa de Leis, que a discussão seja encerrada, por-

que mais de três oradores já fizeram uso da palavra para justificar o adiamento da discussão. Então, como prevê o artigo 157, gostaria e faço o apelo a V. Exa., que acate o meu requerimento, submetendo-o à votação do Plenário desta Casa.

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de pedir ao deputado Vanhoni que, dentro do seu espírito democrático e sincero dessa democracia, permita que pelo menos eu possa fazer a minha participação aqui no encaminhamento, haja vista que fui eu quem fez o pedido de adiamento.

Solicitaria ao deputado Vanhoni, esse democrata do PT, que me concedesse a oportunidade de defender o adiamento como último orador, se essa presidência assim entender, senhor presidente.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, posso responder?

**(Assentimento)**

Tenho imenso prazer em atender o seu pedido, desde que o conjunto do Plenário acate que o senhor seja o último, porque senão, lamentavelmente, vou dizer ao senhor que se inscreva na discussão do projeto e faça as suas argumentações na discussão dele, porque se o resto dos deputados não concordarem e quiserem daí fugir à regra, eu não tenho por que não pedir ao senhor presidente que coloque o meu requerimento em votação, que é um direito que me assiste, enquanto deputado estadual.

**(Manifestação nas galerias)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito novamente às pessoas das galerias para que não se manifestem, porque senão vamos suspender a Sessão.

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de pedir a V. Exa., que é o grande presidente desta Casa, e nós estamos discutindo um tema tão polêmico no Estado neste momento, que ficaria anti-democrático e esta Casa abriu tantas exceções e eu tive a educação de ouvir todos os companheiros aqui; que o senhor me permitisse falar por alguns instantes, prometo que não vou demorar, para defender o adiamento ao qual eu gostaria de defender, porque senão depois não terá mais objeto, porque aí estará superado e nós vamos passar para discutir já o projeto.

Então, pediria a complacência de V. Exa., para que pudesse defender por alguns instantes.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Presidência decide que vai conceder-lhe a palavra por cinco minutos, e posteriormente será votado o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, justamente por V. Exa. ser o autor do requerimento.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Muito obrigado, senhor presidente!

**O JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, agradeço-lhe por esse deferimento especial e dizer ao deputado Ângelo Vanhoni que, primeiramente, nós propusemos esse pedido, porque, como disse o deputado Reni Pereira, existem aqui muitas dúvidas sobre a soja transgênica no Estado do Paraná. E ontem, senhor presidente e senhores deputados, fui convidado pela Liderança do Governo para estar no Palácio Iguaçu, onde fomos acompanhar uma reunião com o governador, em que ele queria falar a todos os deputados que quisessem ir, sobre a questão dos transgênicos.

E eu já havia decidido que votaria a favor do Governo do Estado, contra os transgênicos, mas tive uma decepção. Chegando no Palácio Iguaçu, encontrei S. Exa. o governador do Estado, Roberto Requião, ao lado dos donos da Nortox, os proprietários que vendem a Nortox, que têm interesse que a soja permaneça como está hoje, não a transgênica. E o governador usou, em alguns momentos, que os cidadãos que estavam lá, os dois proprietários, são verdadeiros patriotas!

E eu voltei a me assustar! Não fiz nenhuma pergunta, acompanhei as dúvidas do Zucchinho, que é um especialista em agricultura, ouvi o Marcos Isfer discutir, debater, vi mais alguns senhores deputados discutirem com o governador. Saí de lá preocupado, que aquilo que eu havia me convencido na reunião com o governador, me desconveni.

Eu me preocupei com isso! Voltei a Ponta Grossa. E hoje, no meu programa de rádio, como é característico, ouvi várias pessoas, ouvi verdadeiros PHD's em agricultura, começando com o melhor secretário da Agricultura que o Paraná já teve - quem disse essa palavra não fui eu, foi S. Exa. o governador Roberto Requião quando foi cassado e que aqui, diante do Palácio Iguaçu, ele assumiu, voltou ao governo e diante do povo do Paraná disse: "eu voltei ao comando do Estado porque tenho o melhor secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Osmar Dias".

E ouvindo Osmar Dias, hoje pela manhã, ele fez muitas considerações que eu acho importante e sugeri que nós deixássemos à vontade o produtor pequeno, médio e grande deste Estado, que cada um plantasse o que achasse melhor, ou a transgênica ou a soja natural. Então, esse foi o aconselhamento do Osmar Dias, porque ele diz, e eu fiz questão de transcrever a todos os deputados, que ele fala diversos pontos, inclusive sobre os royalties, que lá em Brasília poderá ser feita uma emenda proibindo essa cobrança dos royalties. Disse também que neste momento o Estado do Paraná e a Assembléia têm que esperar, pelo menos passar esse período em que um projeto vai ser encaminhado ao Congresso e vai ser votado pelo Congresso, a lei federal é maior que a lei estadual.

Então, estaríamos nos adiantando e aprovamos alguma coisa ainda que nem todos nós temos certeza que é legal ou não.

Não quero ofender ninguém aqui, mas quero fazer um protesto de um deputado paranaense que ficou indignado hoje aqui, ao ver alguém de Santa Catarina, nesta Assembléia, querer nos ensinar qual é o sexo dos anjos, quando vimos aqui a boa vontade do deputado Elton, veio aqui o professor-doutor Rubens Onofre Nodari, de Santa Catarina, nos dizer de que lado nós temos que votar.

Mas, por que não vieram os técnicos do Paraná? A nossa Universidade será que não tem ninguém que possa vir aqui nos falar sobre os transgênicos? Aí alguém me lembrou que o Paraná tem a doutora Glassi Zangan, professora de Genética da Universidade Federal do Paraná, que vem estudando a genética em sementes, assessorando o governo federal no assunto. Por que nós temos que importar? Por que não valorizamos os nossos técnicos daqui? Por que temos que ir lá em Santa Catarina e o nosso povo daqui não pode falar?

Então, esse é mais um argumento, senhor presidente.

Eu pediria, portanto, que nós adiássemos por dez Sessões, para discutirmos melhor, para que o povo do Paraná, os pequenos, médios e grandes agricultores pudessem participar, porque neste momento nós não podemos aceitar como está sendo feito aqui, em regime de urgência, deputados estão em dúvida, vários deputados, inclusive eu, e aqui os deputados disseram - tem deputado que vai votar aqui sem saber o que está votando - e aí, senhores, eu pergunto: está certo isto? Este é o papel desta Casa, votar alguma coisa que não está bem discutido? Então, eu gostaria que os deputados que estão aqui e que o povo do Paraná nos entendesse, vamos adiar por dez Sessões, vamos discutir, vamos debater melhor, para que nós possamos, na seqüência, não errarmos, porque o Paraná é um Estado que sempre está na frente da agricultura, e como o senador Osmar Dias, que é o melhor senador do Paraná, do Brasil, nos dá esta idéia de que precisamos votar a favor dos transgênicos, nós precisamos discutir.

E para encerrar, senhor presidente, vou aqui lembrar palavras do deputado Alexandre Curi, que se assustou também, porque se ele propuser levar um empreiteiro lá no Palácio Iguaçu para receber uma conta, o Requião ia dizer para ele: "Delazari, prende os dois e o Alexandre Curi mande pra casa". Agora, eu estranhei que o governador levou lá os proprietários da Nortox para dizer que a soja convencional é melhor para o Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós vamos, diante do entendimento, votar o requerimento do deputado Jocelito Canto.

Deixamos de votar o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, porque vamos votar o do deputado Jocelito Canto.

Deputados que aprovam o requerimento do deputado Jocelito Canto, devidamente apoiado por dez senhores deputados, permaneçam como estão.

**Rejeitado.**

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vai se proceder a verificação de votação.

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezoito parlamentares votaram favoravelmente ao requerimento pelo adiamento,

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de registrar os deputados que votaram a favor, que fique registrado aqui nos Anais da Assembléia: Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori de Maringá, Augustinho Zucchi, Luciano Ducci, Jocelito Canto, Reni Pereira, Ratinho Júnior, Neivo Beraldin, Barbosa Neto, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Nelson Tureck, Nelson Justus, e eu, deputado Elio Rusch.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta senhores deputados.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 2326, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Pedro Ivo Ilkiv, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos e da Sra. deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 307/2003. **Aprovado.**

Requerimento nº 2330, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando destaque para votação da Emenda nº 05, ao Projeto de Lei nº 307/2003. **Aprovado.**

Vamos votar primeiro o substitutivo da CCJ, ressalvadas as emendas que foram aprovadas para serem votadas em destaque.

Quero alertar aos senhores deputados que vamos votar o substitutivo da CCJ.

Em discussão.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de consultar V. Exa., porque, na verdade, trata-se de dois substitutivos, um da CCJ e outro ao qual eu pedi destaque.

Queria solicitar a V. Exa., se nós poderíamos fazer o encaminhamento da votação, concomitantemente, dos dois substitutivos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar-lhe, respondendo à questão de ordem que o substitutivo da Comissão tem preferência sobre o apresentado pelo ilustre deputado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Solicito a V. Exa. se pudesse, na sequência, me conceder a palavra para encaminhamento do substitutivo que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na hora da votação do seu substitutivo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Então, gostaria de encaminhar o projeto, porque na minha opinião são projetos paralelos e nós podemos, no encaminhamento do projeto, fazer o encaminhamento do nosso também.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, já está em discussão o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está em discussão o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, consulto V. Exa. se o deputado Augustinho Zucchi, neste momento ocupando a tribuna vai encaminhar o seu substitutivo geral?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, ele está encaminhando o projeto conforme sua manifestação.

O SR. DURVAL AMARAL

Está encaminhando o projeto e o substitutivo.

Para nós é importante que ele encaminhe neste momento o seu substitutivo geral, porque não queremos que a discussão seja prejudicada, haja vista que há várias emendas que precisam ser discutidas, debatidas à exaustão.

Para que a discussão do projeto não fique prejudicada, é fundamental que o deputado Augustinho Zucchi, neste momento, encaminhe efetivamente a discussão do seu substitutivo geral, para que não prejudique os demais encaminhamentos, senhor presidente.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para registrar que na hora, tão logo seja aberta a discussão do projeto, eu gostaria de me inscrever para discutir.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Quero consultar aos membros da CCJ se o Substitutivo do deputado Augustinho Zucchi foi aprovado na Comissão? Se não foi aprovado na Comissão não é este o que está em discussão, senhor presidente. O que está em discussão é o substitutivo aprovado pela CCJ e as Emendas devem estar se referindo a este substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa., deputado, o direito de encaminhar ele terá, mas automaticamente aprovado o substitutivo da CCJ, estão prejudicados os demais.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero só que o senhor diga ao deputado Durval Amaral o que está sendo discutido e o que será votado ao término do terceiro orador: será o substitutivo aprovado na CCJ, não o do deputado Zucchi, que foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele poderá encaminhar o projeto e automaticamente falar do seu substitutivo.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

A minha questão de ordem foi respondida agora, explicitamente, pelo deputado Vanhoni.

Ele quer, efetivamente ele deseja que seja discutido o projeto, porque se falando do Regimento na interpretação do deputado Vanhoni, com três discussões estará encerrada a discussão. Nós entendemos que o deputado Augustinho Zucchi tem o substitutivo ao qual requer destaque, e neste momento ele ocupa a tribuna para discutir o seu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas ele está com a palavra!

Quando se fala no substitutivo, automaticamente se fala do projeto.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

O deputado Ângelo Vanhoni pediu para consultar a CCJ.

Na qualidade de presidente, quero dizer que o substituto do deputado Augustinho Zucchi foi rejeitado pelo relator das emendas que foram encaminhadas como matéria anti regimental.

Foi aprovado o substitutivo do deputado Ângelo Vanhoni; essa é a matéria que deve ser discutida nessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pediu destaque, requereu, e o Plenário aprovou o requerimento do deputado.

O Plenário tem o poder de aprovar ou não o substitutivo.

O SR. HERMES FONSECA

São dois substitutivos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Aprovado o da Comissão de Constituição e Justiça, que tem prioridade de votação, está prejudicado o outro substitutivo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Na verdade está estabelecida uma confusão. Na verdade o deputado Zucchinho tem que dar encaminhamento à discussão a emenda que foi aprovada na CCJ, porque não está em votação a sua emenda, porque a sua emenda será prejudicada ao votar essa aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Se for aprovado o substitutivo geral da CCJ, automaticamente a sua emenda estará prejudicada. Ele está encaminhado o projeto.

Para encaminhar o projeto, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados, quero cumprimentar a todos e especialmente aos nossos visitantes, e quero dizer que, na minha opinião, essa é uma votação extraordinariamente importante para o Paraná.

Fui forjado na vida pública num trabalho direto com os nossos agricultores. Tenho uma ligação profunda com os pequenos agricultores onde fui gerado. Escolhi, com a graça de Deus, uma profissão que me liga com a questão da agricultura. E tenho a obrigação, de, em um tema como este, ter uma opinião com relação a esta questão.

Desde o começo deste mandato, quando tomou posse o governador Roberto Requião, em todos os momentos e votei com o governador, votei com o governo, porque na minha opinião as propostas que foram encaminhadas, todas elas sob a ótica pública, não mereciam qualquer reparação. Opinião pessoal que tenho a respeito da condução do governador Requião enquanto governador e das matérias que aqui apreciamos.

Agora, estamos diante de uma situação em que não é possível ficar os pequenos agricultores, aqueles que não são agricultores, aqueles que são agricultores ficarem nessa situação de dualismo absurdo, que é ser contra ou ser a favor dos transgênicos.

Qualquer ser humano que esteja envolvido na pesquisa, qualquer cidadão que tenha o mínimo de conhecimento técnico e científico não pode fazer essa afirmação dualista. Não pode! Não pode, porque como falou o professor aqui, embora tenha feito um esforço hercúlio, não conseguiu convencer o seu presidente e o seu governo para que fosse proibida uma soja que foi plantada contra a lei. A situação é tão complicada no Brasil com relação a esta questão, que plantaram a soja do Rio Grande do Sul em primeira instância e posteriormente sem autorização

do plantio, pasmem, o governo autorizou a comercialização. Mas ela foi plantada, o plantio era proibido, então tem que queimar. Se não fez isso, nós perdemos no Brasil, que pode surpreender o mundo, através a produção. Nós perdemos a discussão no Brasil com relação a esta questão dos transgênicos, nem tudo está perdido; é necessário agir com cautela! O governo Requião prega uma tese de autonomia do Estado com relação a esta questão.

Aquele agricultor que, mesmo plantando aqui no Paraná, por pouco que seja - mas se calcula em torno de 180 mil hectares - contra a lei, como plantou o Rio Grande do Sul, ele vai poder plantar! Pela medida Provisória que aqui está. Aliás, gostaria de conversar com o professor como é que se escreve numa Medida Provisória "hibridação de soja", que não existe.

Eu pergunto a meus amigos e irmãos, que eu consulto e reúno, com que eu falo, o que é melhor, - esqueçam se a transgenia vai ser ruim ou vai ser bom - em termos práticos: quanto custa 1 hectare de soja geneticamente modificada? Eles dizem que custa cerca de 50 reais. Em termos de herbicidas, ninguém tem que dizer ao contrário de que numa aplicação de soja convencional. Os ecologistas não podem dizer o contrário, também. Veja que situação, você faz três aplicações de herbicidas em soja convencional e esse veneno não faz mal. Disse aqui o professor: "Mas, o veneno é aplicado na parte superficial da soja". Nós não comemos veneno é verdade, uma vez, podemos comê-lo quatro! Da mesma forma como não podemos imaginar que alguém possa ser contra por exemplo, a insulina, que é uma transgenia. E não adianta discutir que não é!

De repente, se aprovarem o projeto na sua totalidade, de proibir a manipulação e a industrialização e coisa e tal, pode ser questionado, isso também, mas eu imagino que não é por aí. A questão que nós devemos analisar é uma guerra econômica travada entre os Estados Unidos e a União Européia que o Brasil não devia meter o seu bico, servir de bucha de canhão, porque os dois subsidiam pesadamente a agricultura. As três maiores empresas de moagem de soja do mundo estão localizadas na União Européia, mas são americanas!

Essas empresas que estão pagando por aí reunião com agricultor, que estão pagando ONG's que estão fazendo mídia, para que continue a soja convencional, porque eles vendem o herbicida que é aplicado não uma vez, mas é aplicado três vezes! O que me dizem disso?

A Nortox foi lá falar com o governador, mentiu! Mentiu dizendo que era patriótica. Ora, patriótica! Ela vai deixar de vender o glifosato na soja transgênica porque disse que venderia até mais! Por isso é que está sendo patriótica, porque eles poderiam advogar a soja transgênica, mas não falou que se vinha soja transgênica para a convencional, eles não aplicam mais a trifluralina, que é um dos pontos de base da sua produção própria. Sua patente não tem nada aqui de Monsanto ou então do Clo-rimuron, também usado na soja convencional.

Então, que patriotismo é esse? Não é interesse econômico? Sai para lá, Nortox, sai para lá, Monsanto, vamos cuidar do que é melhor para o Brasil!

Para o Brasil já deu essa confusão toda aí, que é liberado lá mas não está liberado aqui, é essa confusão, nós precisamos tomar uma decisão no Paraná.

Eu respeito a posição do governador, da resistência dele contra a dominação, porque eu também sou contra, eu detesto agrotóxicos. Tem irmãos aí que estão estéreis pelo Paraná, pelo uso excessivo de agrotóxicos. Não venham me dizer que a soja convencional é santa porque ele está usando 4 vezes agrotóxicos.

Então o que nós propusemos, e essa proposta não é minha, eu escrevi a quatro mãos, com técnicos, com agricultores, encaminhei ao senador Osmar Dias, sim, senhor, porque o respeito muito, para que ele pudesse ver que o projeto que não é contra o deputado Elton e da bancada do PT, mas é um projeto que trata essa matéria de maneira diferente, porque o próprio governador Requião, diz que a nossa soja limpa vai valer mais no mercado internacional e nós vamos ter que certificá-la, nós vamos ter que dizer que essa soja é convencional.

Eu pergunto a qualquer agricultor: o seu caminhão carregado de soja vai ser parado pelos técnicos para ver se tem transgênicos ou não. Se tiver um saco num caminhão, vai acusar; é o teste da fitinha. Só que depois para você fazer a apreensão do caminhão, para você poder queimar aquele caminhão, isso se permitir lá em cima, se o Ministério da Agricultura não colocar o Paraná como área livre dos transgênicos, dificilmente isso vai ocorrer, mas para que isso ocorra, para que o técnico possa dar uma destinação a essa semente, a esse grão, sabe o que ele tem que fazer? Mandar para o laboratório por quinze dias, aí, depois disso se verificar que o traço de transgênico é menor do que aquele que pode ser tolerado, como é que faz? Quem vai indenizar? Quem vai pagar isso?

Uma máquina vai colher a soja que é limpa, é convencional, daqui a pouco vai em outra lavoura porque não tem certificação, pode ter transgênica, vai misturar.

Soja não cruza, vamos acabar com isso, a soja não cruza uma flor com outra de um transgênico no normal, porque a soja não é milho, a soja é autógamo, é polinização na flor fechada. Então, tem a tese, eu respeito, acho que no Brasil nós devemos ter essa luta, mas tem que ser lá com o presidente, com o Congresso Nacional, que vai legislar sobre a matéria.

Na minha opinião, nós poderíamos fazer aqui no Paraná o rastreamento e a certificação; encontrou lavoura transgênica, separa e dá o tratamento na forma de lei. Se o Ministério da Agricultura estabelecer o Paraná livre, que seja dado o tratamento conforme a lei diz, porque daí está proibido, caso contrário, nós não teremos como fazer a separação da nossa soja e aqueles que comprarem-na como convencional, que acho é uma tese, nós não teremos como dizer: "essa soja é convencional".

Então, eu defendo, na verdade, não contra o projeto que aí está colocado, pela situação que está no Brasil,

pelo jeito que a coisa está, acho que esse Substitutivo Geral pode vir a organizar a produção no Paraná em termos da soja, porque em outros produtos, como é que vamos proibir? Uma variedade que o Iapar está desenvolvendo resistente ao cancro cítrico da laranja, vamos proibir? Nós não podemos fazer isso, mas temos que ter cautela com relação à saúde humana e todo mundo sabe disso.

Para encerrar, senhor presidente, quero dizer que a nossa posição é embasada naquilo que pudemos discutir, mas há uma situação bastante complexa com relação a essa questão. Lá no Rio Grande do Sul, na Expinter, quando vi silenciosamente o presidente Lula dizendo qual é a sua posição sobre os transgênicos, que tomou uma posição baseada naquilo que lhe apresenta a situação e o momento no Brasil.

Volto a repetir, o governador Roberto Requião, tem a sua razão quando pretende autonomia no Estado. Eu tenho apenas preocupação que sem a rastreabilidade e a certificação nós não tenhamos a condição de organizar a produção. É um posicionamento pessoal, baseado em várias conversas que tivemos. Eu respeito profundamente a opinião contrária, respeito quem entende que tenha que proibir, como eu sei que a bancada do PT, do PMDB, está defendendo. É nosso direito de respeitar e também ser respeitado. Volto a repetir, eu sempre tive aqui em todas as matérias com relação à agricultura, confesso a vocês para mim está sendo uma das matérias mais difíceis para tomar um posicionamento porque sei que o nosso tem que ser um posicionamento além de apenas e tão somente de ouvir um lado. Nós temos que ouvir a grande maioria também dos agricultores que plantam soja e que também colocam essa preocupação.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem de inscrição, deputado Natálio Stica.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, ilustres visitantes.

Esta polêmica sobre a proibição ou não da soja transgênica, no Estado do Paraná, desde que veio a esta Casa, trouxe-nos uma vontade de discutir este assunto até pela grande importância que ela tem.

Evidentemente, que eu não tenho o mesmo conhecimento do deputado Augustinho Zucchi, meu amigo 2º vice-presidente, engenheiro agrônomo; portanto, tem condições técnicas muito mais aprofundadas sobre o assunto.

Eu me lembro dos tempos ainda de criança, quando os meus pais diziam que prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. E neste momento, nós devemos ter, deputado Valdir Rossoni, muita prudência, exatamente porque a nossa decisão vai direcionar os rumos que o Paraná vai dar a esta matéria.



Dizia ontem, quando conversava com alguns deputados que me cobravam a nossa posição, porque o Lula tomou uma posição lá em Brasília, de uma medida provisória liberando a soja no Brasil, e eu disse o seguinte: O Lula, infelizmente está com uma espada sobre a cabeça e por isso fez uma medida provisória, que na verdade não libera, faz uma certa regulamentação, exatamente com espada na cabeça por conta do estado em que ficou o país, principalmente, depois que o Rio Grande do Sul, numa política dos governos anteriores, não soube fazer cumprir a legislação vigente, deputado Welter. O Rio Grande do Sul que acabou fazendo o plantio da soja transgênica sem um acompanhamento, sem uma fiscalização. Chegou num determinado momento em que não tem retorno mais naquele estado.

E o Paraná que até onde nós pelo menos escutamos e aprendemos, ainda a situação está sob controle.

O que propõe a mensagem do governador Requião a esta Casa? E o que propõe o projeto apresentado pelo deputado Elton e pela bancada do PT inicialmente, apoiada por diversos deputados?

Propõe exatamente proibir o plantio, a comercialização da soja transgênica em nosso Estado e vem um substitutivo pedindo um tempo, uma carência, porque se nós votássemos aqui, uma matéria que liberaria a soja transgênica o Paraná, é praticamente como você soltar um travesseiro de penas numa montanha, com vento, e tentar catar uma a uma das penas; vai ser praticamente impossível, mas se você segurar essa travesseiro fechado, você pode conversar, mostrar, e se for o caso, um dia, aí, liberar as penas desse travesseiro porque chegou à conclusão que não fará mal nenhum onde elas caírem. Se nós liberarmos aqui no Paraná, neste momento, a soja transgênica, nós estaremos contribuindo para que o Brasil, somado com o Estado do Paraná, um dos maiores produtores de grãos do nosso País, definitivamente passe para o rol dos países que já fazem esse plantio, e aí, sim, sem retorno, para o que de bom ainda nós temos, que é a semente natural, a semente que foi plantada desde os tempos primórdios pelos nossos antepassados.

Ao aprovar esse projeto proibindo, nós estaremos nada mais do que segurando por um determinado tempo, sem prejuízo de continuar com as pesquisas do Embrapa. Então vamos, ao aprovar esse projeto, segurar aqui no Paraná a condição inicial e a condição de dizer que o Paraná vai continuar sendo um Estado que tem a soja convencional e para aqueles países, como por exemplo a China, que se posta como um grande comprador dos nossos produtos e que pode vir a fazer a exigência que a seja que eles queiram comprar para consumo humano naquele país seja a soja de certificação sem o transgênico, nós teremos essa condição.

Se, ao passar do tempo, um ano, dois anos, chegarmos à conclusão definitiva de que a soja transgênica só traz benefícios e não trará malefícios à saúde humana, aos genes humanos, aos nossos filhos, aos nossos netos e que economicamente é mais viável, nós podemos, então,

dizer que o Paraná tomou uma decisão errada um ano ou dois anos atrás e vamos retomar a discussão e vamos aprovar aqui uma lei que modifica a atual, se comprovado que ela não vai trazer malefício nenhuma ao ser humano, principalmente.

Portanto, é a prudência que nós temos da oportunidade de segurar temporariamente o que de bom temos plantado por quem aqui está e já conhece também, e muito bem, dessa matéria. E se um dia nos provarem que temos que mudar de voto e de situação aqui, fazendo com que os transgênicos sejam definitivamente implantados, poderemos perfeitamente voltar atrás e mudar as condições, o que não será possível (voltar atrás) se neste momento tomarmos a iniciativa de rejeitar esse projeto e de abrir a transgenia neste momento, porque, aí sim, será um caminho sem volta, se chegarmos à conclusão de que definitivamente é um veneno para a humanidade, o que ainda não podemos aqui afirmar.

Portanto, na pior das hipóteses, perderemos um ou dois anos, se é que isso possa ser chamado de atraso. mas, nos dará a condição de, como disse o Barbosa Neto aqui desta tribuna, quando falava da música de Roberto Carlos, nós poderemos dizer para os nossos filhos e nossos netos, Barbosa Neto, que nós seguramos o Paraná livre desse veneno, se comprovado for, e nós poderemos dizer também aos nossos netos e nossos filhos que nós liberamos depois de ter a consciência tranqüila, de estudos científicos nos darem a comprovação de que o transgênico não é veneno, que o transgênico não é maléfico à saúde humana e de que o transgênico veio para ajudar a agricultura do povo paranaense, deste Estado recorde em produção de grãos e para todo o Brasil. Portanto, reafirmo e peço aos senhores deputados, vamos manter a nossa coerência, vamos manter a nossa prudência e vamos votar pelo projeto, segurando, temporariamente, a proibição do transgênico em nosso Estado.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, deputado Plauto Miró Guimarães, e depois o deputado Marcos Isfer.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Abismado estou de ouvir os pronunciamentos dos representantes e membros do Partido dos Trabalhadores que colocam um pronunciamento nesta Casa, no dia de hoje, exatamente ao contrário daquele feito e da posição tomada pelo líder maior do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva - presidente da República.

Pasma-me, o deputado do PT, na tribuna desta Casa, falar que os transgênicos são um veneno que está sendo oferecido à agricultura nacional.

Presidente, senhores deputados, ninguém entende nada, estão chutando um discurso sem conhecimento. O

único discurso com profundidade, com conhecimento, que eu ouvi nesta Casa foi do engenheiro agrônomo, deputado Augustinho Zucchi, que, com profundidade e conhecimento, discursou e trouxe a realidade para os deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Paraná. O deputado Zucchinho, conhece, acompanhou, tem ligação com a terra, acompanha passo a passo os problemas da agricultura do Estado do Paraná e trouxe suas posições claramente àquilo exato que acontece. E aqui pergunto, senhores deputados: será que o governo e os deputados da base aliada conhecem mais do que as entidades representativas dos agricultores do Estado do Paraná?

Será que os produtores conhecem menos que os deputados que nunca plantaram um pé de feijão? Há alguma coisa errada, senhor presidente, senhores deputados! Assusta-me! Assusta-me ver essa defesa da forma como está. E quando vejo o deputado Artagão, que tem propriedade rural, é produtor rural, conhece como é que se planta, como é que se produz, o que é necessário para tirar os resultados do plantio de suas propriedades e sabe que todas as entidades e os produtores pedem para que seja liberado o plantio de transgênicos no Estado do Paraná, e o deputado Zucchi, junto com as entidades representativas, e aqui falo, Ocepar, que é a entidade representativa das cooperativas do Estado do Paraná, onde agrega a grande maioria dos produtores rurais do nosso Estado, juntos elaboraram um projeto de lei, onde, através de um substitutivo, faz a mudança neste projeto apresentado pela Bancada do PT.

Pena que não posso votar, deputado Zucchi, porque o Regimento da Casa não permite que nós votemos o seu substitutivo, mas é nele que eu queria votar, porque da forma como esse substitutivo foi aprovado iria dar a oportunidade de os produtores rurais decidirem o que é melhor para cada um deles: produzindo a soja convencional ou a soja transgênica. E, optando pela transgênica, iria ter o acompanhamento, a rastreabilidade e certificação dessa soja para que pudesse, desde o plantio até a venda, ser acompanhado pelos órgãos públicos da Secretaria da Agricultura e as próprias cooperativas poderiam, iriam ajudar na coordenação de todo esse processo.

Quem está certo: quem produz - é o agricultor quem gera riquezas para o nosso Estado do Paraná - ou nós, poucos deputados, que pouco conhecemos sobre a agricultura do nosso Estado do Paraná?

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Isfer e, posteriormente, deputado Jocelito Canto.

#### O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados.

Não poderia deixar de vir a esta tribuna, até para colocar a forma de pensamento do Partido Popular Socialista - PPS, em relação à transgenia, porque nós escuta-

mos atentamente uma série de argumentos, mas parece-me que esquecem o principal, esquecem que o Brasil talvez seja hoje o país modelo em termos de lei e de pesquisa de transgenia e de produtos transgênicos. O Conselho Técnico Nacional de Biotecnologia é, sem sombra de dúvida, hoje, o grande centro de discussão, pesquisa e modelo indutor de lei para vários países do mundo. Não foram poucos os países que aqui estiveram copiando a lei nacional. Na lei nacional, por relatoria de um companheiro de Partido recentemente falecido, Sérgio Arouca, existe um princípio da precaução, princípio este que desde 1998 autoriza a pesquisa e a comercialização do transgênico, mas pede que haja uma fiscalização permanente do Estado brasileiro, durante cinco anos, para que então novamente esta lei venha a ser apreciada. É isto o que está ocorrendo. A grande discussão que ocorre neste País é nesse sentido.

É por isso que o presidente Lula autoriza, através da Portaria, que seja comercializado onde já está sendo produzido.

Entendemos que, pela mesma forma o governador quer, por mais duas safras, esta medida de precaução para o Estado do Paraná. Estamos defendendo algumas condições. Ainda ontem havíamos colocado ao senhor governador, que não adianta falarmos em soja convencional ou em soja transgênica, se o nosso produtor não estiver colhendo o resultado do plantio. Por que é que o produtor planta a soja orgânica? Porque ele vende a soja orgânica por três vezes o preço da soja convencional. Por que ele plantará o soja convencional? Porque hoje, senhores, há em todos os mercados, de dez a doze dólares de vantagem no preço, pela tonelada da soja convencional que é comercializada. Aqui, no Brasil, não temos essas duas tabelas. A nossa Bolsa de Futuro e o nosso Portal do Banco do Brasil até então não tinha duas cotações, para a soja transgênica e a soja convencional.

Disse-me o governador Requião, ainda ontem, na reunião que estivemos presentes, que isto imediatamente o Banco do Brasil irá colocar. Começo a acreditar que os produtores que aqui estão, em visualizarem algum ganho na sua produção, possam imaginar em continuar plantando soja convencional muito tranquilamente. Porque, se isso não ocorrer, senhores, não vamos nos iludir, vai acabar em um determinado momento isto vindo e passando, como foi a desobediência civil do Rio Grande do Sul, vai acabar acontecendo, como acontece. Também não vamos nos iludir que em muitos locais, aqui, no Estado do Paraná, particularmente, no Oeste do Paraná.

Senhores, nós entendemos que, a pedido do governador, esta lei tem prazo fixo. Mas entendemos que tão logo haja esta safra, que será plantada agora, façamos uma audiência pública nesta Assembleia, com todos os segmentos organizados e interessados nesta discussão para que vejamos o que está ocorrendo. Que nós façamos com que esta Assembleia seja efetivamente o pólo de discussão, porque não podemos ficar discutindo transgenia como se estivéssemos discutindo algum obscurantismo.

Não podemos entender como veneno, como mal, algo que virá contra a nossa população.

Senhores, desta forma vamos entrar atrás em todas as pesquisas, em todos os avanços científicos que tivemos ao longo da história da humanidade e vamos ficar com os dogmas de trás, que nos diziam que nada poderia ser feito, porque seria afetar a vida do ser humano e a ordem divina.

Ora, senhores, chega disso, acho que não é mais momento. Estamos no século XXI, e é hora de avançar. Este avanço tem que acontecer. A forma correta de acontecer é exatamente através da pesquisa, que nós também queremos que seja incentivada pelo Estado do Paraná.

Bem disse aqui o deputado Zucchi, quando fala que hoje a laranja transgênica é produzida pelo Iapar e será sem sombra de dúvida a grande revolução para a economia brasileira, porque hoje somos o maior exportador do suco de laranja. Não podemos imaginar ficar sem essa pesquisa. Não podemos imaginar voltar atrás, ao passado e ficar no atraso.

Entendemos, o governador coloca que há neste momento uma grande negociação com a China, hoje o segundo maior comprador brasileiro, o segundo mercado de exportação do Brasil para negociação da soja paranaense. Vamos avaliar. Se isto ocorrer, trazer benefícios aos nossos agricultores, aos nossos produtores, eu tenho certeza que eles continuarão plantando a soja convencional, animados, com muita vontade de assim continuar. Agora, se em contrapartida eles começarem a perceber que aqueles que plantam a transgênica estão tendo vantagem na hora de exportar, na hora de comercializar a sua produção, não venham me dizer, senhores, que não irão plantar. Não venham me dizer que não irá ocorrer a desobediência civil, que já aconteceu no Rio Grande e acontece no Estado do Paraná.

Nós queremos ainda dizer que é muito importante nesta negociação um Estado chinês que quer fazer investimento no Brasil, que estes investimentos sejam refletidos no Porto de Paranaguá, porto este que hoje é o maior exportador de grãos do Brasil e quem tem a necessidade, sim, de criar um novo corredor de exportação, tem necessidade, sim, de ampliação do seu cais, tem necessidade, também, de ser um modelo e de continuar exportando com qualidade.

Então, nós queremos; o governador disse que isto será possível. Dentro desses princípios, dessa audiência que ocorrerá de forma semestral ou de forma até anual, conforme já acordado com o líder do governo aqui nesta Casa. Dentro deste princípio da precaução, nós entendemos que podemos dar por duas safras este período. Agora, concordo também que dentro desta lei, a proibição que aqui existe de que seja exportado pelo Porto de Paranaguá, eu tenho certeza, juridicamente, não terá muito efeito. Então, eu sinto porque efetivamente acho que esta não seria, não deveríamos colocar dentro da lei, e sim, de outra forma.

Então, deixar estes alertas da Bancada do PPS, dizer que iremos votar favorável ao projeto, mas queremos o avanço e não discutir transgenia, como se aqui estivéssemos discutindo preconceito, de uma forma preconceituosa como se tenta colocar, a favor ou contra, rotulando, este é pecado e este é o santo, este é o mal e este é o bem. Desculpem-me os que assim pretendem fazer, mas isto é um atraso, este é o retrocesso, e nós vemos que inclusive o presidente Lula, que tem o apoio do nosso Partido lá no governo federal, já hoje pensa da mesma forma e sabe que nós haveremos de avançar através da pesquisa, através da biotecnologia, através da segurança.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem de inscrição, deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, senhores deputados, nós também queremos aproveitar esta oportunidade e confesso que não entendi o discurso do nosso líder do PPS, deputado Isfer, que encaminhou de um jeito e acho que vota de outro. Até quero conferir depois, que eu fiquei ali, não sei se estava na expectativa de falar aqui e não entendi bem. Mas são coisas da Assembléia.

Senhor presidente, senhores deputados, vou ser bem curto e bem objetivo, e como nós apresentamos um requerimento pedindo aqui a esta Casa que desse mais um tempo para discutirmos mais, baseado em tudo aquilo que falou o técnico em agricultura aqui, o nosso deputado Augustinho Zucchi, como disse o Anibelli, nós entendemos pouco de soja, tem muito deputado aqui que acho que nunca entrou numa plantação de soja, mas tem deputado que vai votar sem saber o que vai votar.

Por isso, senhor presidente, eu pedi a esta Casa que, em respeito aos pequenos, médios e grandes produtores, que nós tivéssemos um pouco mais de paciência, discutíssemos melhor a matéria para não errarmos, porque o senador Osmar Dias, qualificado pelo governador Roberto Requião, como o melhor secretário da Agricultura do Brasil - quando foi seu secretário - disse hoje pela manhã, e eu transcrevi aos deputados, que tem uma medida provisória que já libera, no Brasil, os transgênicos. Na sequência vai ter mais uma lei, na semana que vem, sendo aprovada em Brasília, que também vai definir a questão dos transgênicos.

O senador diz que é contra os royalties que se quer cobrar da patente deste grupo americano e que pode ser feita alguma coisa a nível de Senado. E o senador também falou algo muito importante, que neste momento o Iapar de Londrina está lançando uma variedade de laranja resistente ao cancro cítrico que vai trazer grandes benefícios para a agricultura. Será que vai ser proibido no Paraná por ser transgênico? A Embrapa, disse o senador, está para lançar o tomate que vai combater o câncer de próstata e o câncer de mama, que vocês sabem, é o mal que acomete muitos homens e mulheres no Brasil.

O senador disse ainda que não dá para misturar as coisas, porque o que está acontecendo neste debate, é que ele foi politizado, ele foi transformado num assunto ideológico, é um assunto técnico-científico que precisa ser debatido como assunto técnico-científico e não como assunto político.

Ainda o senador Osmar Dias fala sobre o Meio Ambiente e diz que o atual sistema que estamos plantando, o convencional, polui muito mais o ambiente que os transgênicos. O senador diz ainda que na semana que vem vai começar em Brasília a discussão que será apresentada pelo Governo Lula, o governo do PT, que nesta Casa quer proibir no Paraná os transgênicos! Disse ainda o senador que a Argentina planta soja transgênica e planta milho transgênico. Nós, brasileiros, importamos leite da Argentina. Esse leite é de vaca que consumiu farelo de soja transgênico, portanto vai ser proibida então a importação do leite em pó da Argentina, que hoje as crianças usam?

Mais um dado do senador Osmar Dias; o Instituto de Defesa do Consumidor fez uma pesquisa, pegou 30 produtos de uma prateleira de supermercado, por acaso, aleatoriamente, e desses 30 produtos verificou que 11 já têm transgênicos, inclusive aquele Nestogeno que é usado para crianças. Então, vamos proibir também que esses produtos que contêm transgênicos estejam nas prateleiras dos supermercados? Pergunta do senador Osmar Dias.

E finalizando, o senador diz que recebeu uma nota do Vaticano, vejam bem, de um bispo lá do Vaticano, de Roma, defendendo os transgênicos como forma de combater a fome no mundo. Quem disse isso foi o senador Osmar Dias.

Senhor presidente, como esta Casa não abriu o debate, nós não discutimos mais, não tivemos oportunidade de discutir e se o Rio Grande do Sul fez alguma coisa errada, quem governou o Rio Grande do Sul nos últimos anos? Quem era o governo do Rio Grande do Sul? Era o PMDB, depois foi o PT, e agora o PMDB de novo! Se o PT que libera o transgênico em Brasília numa medida provisória, e o PT do Rio Grande do Sul - que governou - fez de conta que não viu, por que é que o PT do Paraná, unido ao PMDB, decine proibir aqui no Estado os transgênicos?

Como eu não tenho informação maior e esta Assembléia não quis discutir mais, não se adiou de forma a discutir amplamente esse assunto, eu quero dizer que vou votar contra o governo; vou votar a favor do Zucchini, que é um técnico.

Eu não sou técnico, vou votar a favor do Osmar Dias, que para mim, além de ser o meu líder político, é um dos maiores conhecedores da agricultura deste País. E terceiro, vou votar porque, democraticamente, hoje pela manhã ouvi várias lideranças dos Campos Gerais. E isso eu disse na campanha, quando não souber, cabe a uma pessoa humilde perguntar o que não sabe, e eu fiz isso no rádio hoje. Ouvi líderes, ouvi homens que fabricam a

semente. E eles me disseram para votar contra o projeto do governo.

Então, motivado por isso, pela falta de discussão, eu acompanho o Augustinho Zucchi, esse líder da agricultura, acompanho o Osmar Dias, acompanho os produtores, acompanho as lideranças dos Campos Gerais, e voto junto com os demais companheiros, aqui. Respeito o que o governador quer fazer. Deputado Vanhoni, em momento nenhum quis dizer que o governador é lobista de alguém, se o senhor entendeu assim, não foi a minha intenção, porque sei que o Requião não faz lobby para ninguém. Agora, que ele foi infeliz, ontem, de levar aquele pessoal da Nortox, foi, mas tenho certeza que ele não vai fazer lobby nenhum para essa empresa.

Para finalizar, caminhando pelo plenário ouvi algumas conversas e juntei o A com o B, o C com o D, e saiu alguma coisa sobre a transgenia. Como vamos proibir a transgenia no Paraná se ela está até nos homens e mulheres? Senhor presidente, há homens que já viraram mulheres e há mulheres que viraram homens, isso é transgenia, e há ainda aqueles que nós chamamos de enrustidos.

#### (As galerias se manifestam com vaias)

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Quero pedir às galerias que se mantenham em silêncio.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, a galera parece que gostou. Ou tem alguém enrustido aí? Há os enrustidos que fazem de conta que são e não são, mas na verdade todos são. Esses são aqueles que às vezes falam em prudência, falam em esperar. Por isso, cautela é muito bom.

Era isso, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria de me render aqui aos argumentos técnicos feitos pelo deputado Augustinho Zucchi.

Quero dizer ao deputado Augustinho Zucchi, que ele deu encaminhamento a esta questão com muita perfeição, porque eu tive a felicidade de assistir a um técnico da Embrapa na última semana, na GNT, televisão a cabo, onde muito do que V. Exa. disse aqui, ele afirmou nessa palestra, naquela entrevista na televisão. Acredito que nós temos aqui que rever algumas posições para que fique muito claro entre nós, porque na verdade nós não podemos esconder que a questão que estamos votando aqui não é apenas técnica. É também uma vontade política do governador de se mostrar diferente do Brasil.

Meu caro deputado Stica, vi e talvez V. Exa. hoje tenha que telefonar ao Lula pedindo desculpas. Ouvi V. Exa. dizendo que o governador Requião e nós parlamentares temos que ser prudentes. Então V. Exa. está afir-

mando que o presidente Lula está sendo precipitado? Ele autorizou a venda dos transgênicos no Rio Grande do Sul! E V. Exa. traído pelos tempos de fazer oposição afirmou aqui que o governo anterior não cuidou dessa questão do Rio Grande do Sul. Infelizmente, V. Exa. tem que telefonar para o Olívio Dutra e chamar a atenção do seu companheiro de Partido, porque ele não cuidou dessa questão.

Os agricultores que estão aqui desconhecem um velho ditado e que é usado muito no interior do Paraná - também sou deputado do interior: "onde passa um boi, passa uma boiada". No momento em que o presidente Lula abriu a porteira dos transgênicos, não tem mais como segurar essa questão. Não tem! Quem vai me dizer aqui que alguém não foi buscar semente no Rio Grande do Sul para plantar aqui no Paraná?

Sempre fiz política, há mais de 25 anos tive vitórias e derrotas nessa minha caminhada e nunca procurei usar a população como massa de manobra, mas me vejo aqui à frente de agricultores que praticam a agricultura orgânica. Na verdade, quanto mais transgênico for plantado, mais vai ser valorizada a agricultura orgânica.

Outra questão: 70% dos brasileiros, até mais, votaram no presidente Lula. Quero dizer aos senhores que eu não votei. Os senhores acreditam que o presidente Lula autorizaria vender soja transgênica para o povo brasileiro ou para qualquer povo de outro país, que fosse envenenar aquele povo? Não acredito que o presidente da República tenha esta maldade. Nós sabemos da sua simplicidade, à qual devemos respeito, mas jamais pensar dessa forma. Não adianta o governador Requião querer aqui fazer uso político desta questão, usar a Assembléia Legislativa como massa de manobra para satisfazer seu ego, quando sabemos que o que estamos votando aqui não vale! A Medida Provisória - se aprovada pelo Congresso Nacional, se sobrepõe a esta lei que estamos votando aqui.

E eu, na dúvida, como disse anteriormente, justifiquei que queria adiar essa votação para que nós pudessemos discutir e aprender mais sobre essa questão. Eu, na dúvida, fico com o presidente Lula. Eu, na dúvida entre o Requião e o Osmar Dias, pergunto aos senhores: para quem nasceu em Curitiba, nunca plantou um pé de feijão, como o Requião, fico com o Osmar Dias que é um profundo entendedor e tem um profundo conhecimento da agricultura.

Entre todos os que falaram aqui, nesta Casa, com o maior respeito que eu dedico, fico com o deputado Zucchini, porque é um dos maiores conhecedores dessa questão.

Votarei favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próximo inscrito, deputado Fernando Ribas Carli.  
Pela ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Tenho um requerimento à Mesa, eu gostaria que V. Exa. desse o encaminhamento necessário, ao qual o Regimento da Casa determina.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Peço a atenção dos senhores deputados para o requerimento que há sobre a mesa, do deputado Ângelo Vanhoni: quer, com base no artigo 157, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 307/2003.

Em votação o requerimento.

Pela ordem, deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

O requerimento, com todo o respeito que eu tenho ao deputado Vanhoni, não procede, porque a discussão foi encerrada na votação anterior. Estamos agora, no encaminhamento de votação, que é matéria distinta da discussão, que já foi encerrada, quando da votação, na semana passada ou retrasada, que se encerrou a discussão dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa entende que o requerimento pede sobre a discussão da matéria.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Sim, mas estamos encaminhando a votação. O senhor presidente Hermas Brandão deu encaminhamento de votação. Estamos em processo de encaminhamento de votação e não de discussão.

A discussão já está prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Deputado Durval Amaral, permita-me que eu leia o artigo 157, do Regimento, para que possamos chegar aqui a um consenso possível.

**(Procede à leitura do artigo 157, do Regimento).**

Nós já tivemos aqui, seguramente, mais de cinco oradores.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Esse também é o meu entendimento.

A discussão já está encerrada, agora eu peço para encaminhar a votação. É um direito que eu e todos os parlamentares temos, como parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Mas, o encaminhamento, deputado Durval Amaral, a Mesa entende como uma discussão.

Pela ordem, deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Na fase da discussão o encaminhamento de qualquer proposição tem duas fases do projeto de lei: a discussão e o encaminhamento.

Na discussão - corrija-me a assessoria se eu estiver errado - temos 30 minutos para cada parlamentar. Para o encaminhamento, todo o parlamentar tem o direito de encaminhar a matéria. V. Exa. tem razão quando diz que o artigo 157: “é permitido a qualquer deputado requerer encaminhamento da discussão”.

Na discussão eu tenho 30 minutos, três deputados a favor, três contra.

Agora, no encaminhamento não podemos tirar o direito de um deputado ou de qualquer parlamentar encaminhar uma matéria de relevante importância, ainda mais quando se fala sobre transgênicos, isso é querer cortar os direitos, querer castrar a democracia do parlamentar, isso aqui é uma Casa de ressonância onde devem ser discutidos os problemas.

Com o perdão da palavra, presidente, todo respeito que tenho por V. Exa., mas o Regimento Interno está claro: a discussão, sim; o encaminhamento, não.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, V. Exa. tem sido extremamente democrático, sempre conduzindo os trabalhos de uma maneira exemplar, deputado Stica, e ficaríamos todos nós muito constrangidos se houvesse um encaminhamento por parte de V. Exa. diferente do encaminhamento dado pelo presidente Hermas Brandão, que inclusive me chamou à Mesa, juntamente com o deputado Plauto e outros parlamentares, dizendo que a discussão estaria encerrada, aliás, ele disse: “a discussão está encerrada, mas o encaminhamento todos os parlamentares poderão fazer em virtude do que diz o Regimento e da complexidade da matéria que está sendo encaminhada”. Tenho certeza que V. Exa. não trará a esta Assembléia um encaminhamento diferente daquele que deu o presidente Hermas Brandão, até pela estreita sintonia que existe entre o senhor e o presidente Hermas Brandão.

Por isso, encareço para que o deputado Fernando Ribas Carli possa encaminhar, para que o deputado Durval Amaral possa encaminhar e outros parlamentares mais, tanto da Oposição quando da Situação, tendo em vista a complexidade da matéria.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

antes que a Mesa tome sua decisão final, também estou pensando à Mesa requerimento solicitando a suspensão da discussão, haja vista que os dispositivos do Regimento Interno já foram plenamente esgotados com ampla possibilidade de debate de todas as partes envolvidas, daqueles que defendem a proibição e daqueles que não defendem a proibição. Nesse sentido, também coloco esse novo requerimento à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Deputado Ângelo Vanhoni, a Mesa vai usar o Regimento e vai colocar em votação o seu requerimento,

se aprovado, a discussão está encerrada e abre-se para o encaminhamento, porém, no encaminhamento...

**O SR. ELIO RUSCH**

Nós Já estamos encaminhando!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Já está encerrada a discussão e nós vamos encaminhar para que os encaminhamentos se dêem de acordo com o Regimento.

Usando o artigo 20 no seu inciso 4º - “convidar o orador a declarar previamente se vai falar a favor da proposição, em discussão ou contra a mesma”. Somados ao artigo 149 que diz: “os deputados que desejarem falar numa discussão escrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia. Os oradores terão a palavra, na ordem da inscrição, alternadamente: a favor e contra”:

Então, nós vamos encaminhar, agora, para os encaminhamentos, e vou solicitar as inscrições, uma favorável e uma contra.

**O SR. ELIO RUSCH**

Mas se não tiver nenhuma a favor, só contrário ou vice-versa, é assegurado ao orador, ao deputado encaminhar a matéria!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Olha, deveria encerrar, mas a Mesa vai abrir uma contra, que não é o caso do Regimento, mas vou abrir uma contra, e se não tiver sequência, vamos encerrar.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Nós concordamos com o encaminhamento da Mesa.

**O SR. ELIO RUSCH**

Apelo a V. Exa. e o senhor que veio da Câmara Municipal de Curitiba e que está substituindo o presidente Hermas Brandão que está aqui na Mesa, lembrar para os nossos deputados aqui da Casa, às galerias e às autoridades que ocupam a tribuna de honra na Sessão de hoje, que um dos assuntos mais polêmicos que a atual legislatura está discutindo, sem sombra de dúvida é este projeto sobre os transgênicos. Não é possível que nós venhamos a tirar o direito de um parlamentar encaminhar determinada matéria. Não é possível, presidente. Eu apelo a V. Exa. para o bom-senso, que nós possamos discutir essa questão. Que nós não venhamos a tirar a liberdade dos deputados que aqui representam a vontade popular. Ninguém está aqui por acaso.

Todos nós estamos representando alguém e eu gostaria de lembrar à Mesa, que há questão de dois anos, no mesmo período igual a este, nós discutimos a questão do primeiro projeto que veio à Assembléia de iniciativa popular que é a Copel. A sessão durou mais de 24 horas e nós só tivemos deputados defendendo o projeto. Nenhum

contra. Deixamos a liberdade para que todos os deputados pudessem se manifestar.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

É um consenso que pode haver.

**O SR. ELIO RUSCH**

Foi o mesmo presidente da Casa, o Hermas Brandão que é o presidente da Casa hoje.

Eu tenho certeza se o deputado Hermas Brandão estivesse nessa Mesa, nessa cadeira, ele abriria espaço para todos os deputados encaminharem esse projeto.

Não é possível, desculpe, não quero me tornar repetitivo, presidente. Não é possível uma matéria tão importante como esta, o deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, a quem nós respeitamos demais, homem democrático, de um acesso facilitado, com quem sempre tivemos grandes entendimentos na votação, na discussão de projetos, que ele vem justamente neste momento encaminhar o encerramento da discussão do encaminhamento de um projeto tão polêmico, aqui na Assembléia Legislativa! Eu não entendo desta forma!

Ora, o que é Parlamento? Parlamento é falar, falar, discutir. Aqui se discute. Nós queremos na Sessão de hoje, senhores deputados, tirar o direito dos deputados encaminhar uma matéria de relevância e importância? Aonde é que nós estamos?

Nem no regime autoritário, nem no regime militar foi instituído e nós vamos instituir agora? Quando o Lula é presidente, e Requião é governador? Aonde é que nós estamos? Apelo, presidente, pelo senso, pela democracia, pela liberdade, pela expressão de qualquer parlamentar. Nos dêem esse direito, para que possamos encaminhar essa matéria. Não é justo nós cortarmos o direito. Onde nós estamos? Na liberdade? Regime democrático ou ditadura?

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Deputado Elio Rusch, eu sou escravo do Regimento. Se houver consenso do Plenário eu acato com todo o prazer.

Caso contrário, vou seguir o Regimento.

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente. É evidente que num processo democrático, todos tenham o direito de se manifestar a favor ou contrário, só que tem que ter um mínimo de ordenamento dessa discussão, e quem ordena isso é o Regimento Interno desta Casa. A não ser que nós rasguemos o Regimento Interno e joguemos na lata do lixo.

Aí, se rasgarmos o Regimento interno, e dissermos aqui não tem nenhum critério para falar, aí tudo bem. Agora, tem um Regimento Interno, e nós aqui nesta Casa, a bem da verdade, na época da Copel, fizemos aquela ampla discussão aqui, mas tivemos outras discussões, aonde também, senhor presidente, a palavra foi dada

alternadamente. Quando não tinha ninguém do lado de lá que quisesse falar, era também cortada a nossa palavra.

Teve várias discussões posteriores à questão da Copel.

Então, vamos colocar isso sem extravasar os nossos sentimentos, de forma polida e tranqüila, porque V. Exa. está certo e tem que cumprir exatamente o que está escrito no Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

A Mesa vai encaminhar, cumprindo o Regimento no artigo 149 e vai abrir as inscrições contra e a favor.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Artigo 172 do Regimento Interno.

Senhor presidente, aqui cabe uma bela discussão, se nós estamos tratando do encaminhamento e discussão da mesma forma e da mesma maneira. O que diz o Regimento Interno, senhor presidente?

O Regimento Interno, sobre encaminhamento de votação, trata no capítulo III, na seção IV do encaminhamento de votação no artigo 172: "No encaminhamento de votação será assegurada a palavra a qualquer deputado para encaminhá-la, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Desde que seja respeitado o artigo 149, que diz alternadamente, um contra e um a favor.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, posso concluir a minha questão de ordem?

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Conclua o seu raciocínio.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Muito obrigado pela deferência de V. Exa.

O artigo 149 a que V. Exa. se refere, trata no capítulo II. Aqui estamos misturando, *data vênia* senhor presidente, "alhos com bugalhos". Nós estamos misturando discussão, que está previsto no capítulo II, é um capítulo próprio para a discussão, e estamos misturando encaminhamento de votação, que está no capítulo III. Na discussão, aí V. Exa. estaria completamente cheio de razão, permita-me aqui, porque o senhor se refere ao artigo 149 e esse se aplica na discussão, capítulo totalmente diferente do encaminhamento, que é o capítulo III. Não podemos aqui, nem a Mesa e nem V. Exa., com todo o respeito que lhe devo, misturar assuntos tão distintos: é encaminhamento de votação, com dez minutos para cada parlamentar, porque a discussão já está vencida, já está superada.

O senhor sequer recebeu o requerimento do deputado Vanhoni para que fosse encerrada a discussão, porque ela já estava efetivamente morta, razão pela qual peço para que V. Exa., democrata e aplicador do Regi-

mento Interno que é, aplique o Regimento Interno para que todos nós parlamentares possamos, pelo prazo de dez minutos, fazer o encaminhamento de votação.

E a Liderança do Governo, tendo em vista que logo mais vai se expirar o prazo da Sessão, poderá efetivamente fazer um requerimento propondo a sua prorrogação, porque todos nós queremos discutir à exaustão, encaminhar à exaustão e ficarmos aqui o tempo necessário para que possamos votar com discernimento absoluto essa questão dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Esta Presidência suspende por dois minutos a Sessão e chama os líderes da Oposição e Situação para que, por favor, venham à Mesa.

Está suspensa por dois minutos a Sessão.

**(Suspensa a Sessão)**

Reaberta a Sessão.

Conforme acordo de lideranças, vão ter três falas que estavam inscritas: Fernando Ribas Carli, Durval Amaral e Elio Lino Rusch, e o Vanhoni vai conversar com a deputada Luciana, se fala ou não. Seriam três ou quatro falas, aí encerra a discussão para que tenhamos um bom entendimento.

Está feito o acordo.

Pela ordem, com a palavra o deputado Luiz Nishimori.

**O SR. LUIZ NISHIMORI**

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do presidente da APPSEM (Associação Paranaense dos Produtores de Sementes), aqui na nossa Casa, do senhor presidente Ronaldo Vendramin.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Muito obrigado!

Com a palavra, o deputado Fernando Ribas Carli, por dez minutos.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Enfim a luz, enfim nós conseguimos fazer chegar a nossa mensagem às senhoras e senhores deputados.

Eu queria, aqui, nesta tarde, chamar a atenção de todos para uma questão importantíssima, uma questão histórica, uma questão que envolve todos nós: não podemos esquecer que as mudanças e as transformações que ocorreram no Mundo, sempre geraram grandes discussões, discussões apaixonadas, como os prós, como os contras, mas que, com o passar do tempo, muitas dessas discussões acabaram mostrando o caminho da realidade ou as decisões que foram tomadas mostraram que foram acertadas.

Nesta tarde, quando nós discutimos um projeto de grande profundidade, que é a questão dos transgênicos,

da soja, do milho, enfim, dos produtos agrícolas geneticamente modificados, eu queria aqui, como profissional da área da saúde, fazer alguns apontamentos históricos.

Eu gostaria de perguntar a qualquer um dos senhores ou senhoras deputadas que discussão teria ocorrido quando na França, em Paris, Luiz Pasteur descobriu a penicilina, descobriu que um fungo, o *penicillium notatum* seria capaz de debelar as grandes infecções que dizimavam a população de todo Mundo?

Imaginem os senhores como as pessoas receberam essas informações, que iria ser inoculado nas pessoas um fungo! O que vai acontecer se colocar um fungo nessa pessoa? Poderá morrer? Poderá causar deformações genéticas? Está aí provado que as pesquisas, que a ciência e que a tecnologia têm vindo para contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

Da mesma forma, o que seria da população do Mundo todo, se nós não tivéssemos a inteligência de Albert Sabin, ao descobrir a vacina contra a paralisia infantil? E o que é vacina, meus senhores, minhas senhoras, senhoras e senhores deputados? A vacina nada mais é do que atenuação daquele microorganismos que é inoculado ao ser vivo para que ele produza anticorpos capazes de debater ou de prevenir uma possível doença. Certamente, se nós hoje estivéssemos vivendo aquele momento, este Parlamento também estaria discutindo com muita garra e afeição. Mas a história se comprovou e hoje temos, praticamente, em todos os países do mundo erradicada a paralisia infantil, fruto de um trabalho de pesquisa de um grande cientista, que foi Albert Sabin.

Meus irmãos, não vamos esquecer do que aconteceu no Brasil, com a febre amarela e quem foi que resolveu o problema da febre amarela? Avanço da ciência, avanço da tecnologia. Não podemos continuar dormindo em berço esplêndido. Não podemos fechar os olhos para o progresso, o desenvolvimento, a evolução e aos caminhos que a ciência e a tecnologia nos abrem a cada novo dia. Hoje temos à nossa disposição medicamentos, frutos das pesquisas, de alterações genéticas e de conhecimentos.

Citou aqui muito bem o deputado Augustinho Zucchi a questão da insulina. Quando nós iríamos imaginar que de um porco, de um suíno, fôssemos conseguir aquilo que para nós é vida, aquilo que nos dá de volta o que uma doença nos tirou? O que é o diabetes, meus amigos? O diabetes é a insuficiência de insulina. Por que a insuficiência de insulina? Por uma questão ou outra temos o comprometimento de parte do pâncreas, mais precisamente de uma das ilhotas de Lang Hanz, que produz a insulina, porque ela não tem mais a insulina suficiente para queimar o açúcar que ela ingere. O que fez a pesquisa? O que fizeram os cientistas? Foram lá buscar nos suínos a insulina, que é aplicada naqueles que têm diabetes, que conseguem ter uma boa qualidade de vida.

Meus irmãos, nós estamos discutindo uma questão que poderá não resolver, tenho certeza, porque há poucos



dias ainda estivemos em um grande encontro do Mercosul, no Rio Grande do Sul, e lá estavam também o deputado José Maria Ferreira, deputados do Amazonas, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, onde pudemos discutir essa grande questão, que é a fome no mundo. Não é o transgênico que vai resolver a fome no mundo. Precisamos de muito mais produção. A grande verdade é que podemos amenizar a fome no mundo, com uma maior produção. Tivemos avanços significativos na área da agricultura. Temos o aprimoramento das sementes. Sabemos da produtividade que estamos conseguindo, em função do aprimoramento das sementes. Temos as pesquisas feitas pelos IAP e Embrapa, que encontram sementes específicas para o solo e o clima, adequando essas sementes e com isso conseguindo melhor produtividade.

Dizer que a soja transgênica vai causar algum problema - pergunto aos senhores, quem não come tomate ou a batata inglesa? Aqui temos diversos agricultores. Eu que sou de uma região essencialmente agrícola, Guarapuava, que é a maior produtora de batata do País. Só quem planta batata, sabe a quantidade de agrotóxicos que são lançados, sobre uma plantação de batata, para que se possa ter uma boa produtividade.

Agora escutarmos proprietários, empresários, fabricantes de agrotóxicos sendo contra, porque o outro, seu concorrente, é possuidor da patente da soja transgênica! Não vamos entrar nessa briga, meus irmãos, não nos compete! Compete-nos, sim, trabalhar no sentido que possamos continuar produzindo cada vez mais e mais para o Brasil e para o mundo.

Quero aqui, meus senhores, lembrar outro fato histórico e naquele dia tinha outros deputados presentes, no dia que o Paraná recebeu em Paris o atestado da Organização Internacional de Ipsodia, quando o Paraná foi considerado área livre de aftosa, com vacinação. Naquele simpósio nós estivemos reunidos com diversos compradores de grãos do mundo, franceses e holandeses, tendo em vista que os holandeses são os maiores compradores e distribuidores de produtos agrícolas em toda Europa. E, naquela reunião, com mais deputados presentes, não só do Paraná como de outros Estados do Brasil, o que aqueles compradores afirmaram foi o que lhes interessava era preço, que tinha espaço para a soja convencional mas também tinha espaço para a transgênica. Então, nós temos esses espaços. O que interessava a eles era preço! Nós sabemos que o plantio da soja transgênica tem um custo mais baixo.

Quero dizer aqui que vejo nesse projeto um projeto político do governador Requião, um projeto fazendo com que o Paraná seja um Estado onde só se plante o convencional. Isto não é democrático! Vamos aprovar o substitutivo do deputado Augustinho Zucchi, vamos deixar quem quiser plantar convencional, plante convencional! Vamos certificar, vamos saber quem planta o quê para que possamos vender os dois produtos. Não vamos ficar à margem do progresso, do desenvolvimento do mundo!

Dizia um dos palestrantes lá no Rio Grande do Sul, hoje, se nós perguntarmos: - "A safra brasileira de soja é convencional ou é transgêncica?" Ele dizia: - "É 100% transgênica, porque nós não sabemos a quantidade de mistura que existe em todas as safras do País.

Quero dizer aqui aos senhores que votemos favoravelmente ao substitutivo do deputado Augustinho Zucchi para que possamos dar oportunidade àqueles que querem plantar a transgênica, que plantem; os que querem plantar a convencional, que plantem! Liberdade de plantio para que possamos fazer com que o Paraná continue tendo na sua balança de pagamento expressivo superávit do complexo soja.

Mais precisamente na data de ontem foram divulgados os números onde vemos os valores da exportação da soja em grão, do farelo de soja, todo o complexo soja como o maior responsável pelo superávit de nossas balanças.

O mundo é globalização e nós temos que produzir para o mundo, transgênico ou convencional, dêem esta liberdade! Esta é a vontade das cooperativas do Estado do Paraná, é a vontade da Federação das Agriculturas, não podemos ir contra a vontade daqueles que trabalham na terra! Vamos votar, senhores deputados, favorável ao substitutivo do deputado Augustinho Zucchi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero cumprimentar V. Exa. pelo discernimento num momento de impasse, de convocar tanto a liderança da Oposição como da Situação para que, juntos, chegássemos a um entendimento à luz do Regimento Interno. Isso é extremamente salutar.

Essa questão da transgenia, essa discussão enriquece o Parlamento e com certeza este ano é uma das principais discussões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

E eu fico feliz, senhor presidente, feliz por ter esta oportunidade de poder discutir, e confesso a V. Exa. que esta discussão dos transgênicos me inspirou para sugerir, através de um projeto de lei ao governo do Estado do Paraná, para que os produtores de soja orgânica do Paraná possam ser subsidiado na produção da soja orgânica.

Estou encaminhando à Mesa Executiva um projeto de lei propondo que todo o produtor de soja orgânica no Estado do Paraná, receba um subsídio da Secretaria da Agricultura na ordem de 40%, porque aí, sim, nós estaremos agregando valor econômico aos produtores rurais do Estado do Paraná. Limitando é claro, deputado Elio Rusch, esse limite a propriedades nunca superiores a 50 hectares de terra. Somente para que os pequenos produtores, efetivamente, possam ser beneficiados com a produção da soja orgânica no Estado do Paraná.

Quero crer que, com essa medida, o governo do Estado, o governador Requião que sempre tem uma postura de vanguarda, vai estar novamente à frente, no cenário agrícola e no cenário político brasileiro, propondo o subsídio no Estado do Paraná aos produtores de soja orgânica.

Quero crer que esta será uma contribuição do Parlamento, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, uma contribuição ao governo do Estado do Paraná, que com uma medida de vanguarda vai se diferenciar de todo o mais que está aí colocado como política agrícola do Brasil, até porque o governador é um homem de vanguarda, é um homem que lutou pela democratização do país, lutou contra a ditadura, lutou pela anistia ampla geral e irrestrita. Como lutou também o presidente Lula. E aliás, em pouco mais de uma década o Brasil e o mundo mudaram, mudou da cidade da pedra para os computadores de última geração, mudou do telex para o fax.

A situação mudou tecnológica, política e cientificamente. E com certeza, o deputado Augustinho Zucchi foi extremamente feliz no seu pronunciamento nesta tarde, aqui, nesta Casa, como muitos outros parlamentares que me antecederam, trouxeram contribuições muito grandes a essa discussão.

Vejam só, o presidente Lula, antigo líder sindical, um homem que lutou pela liberdade do povo brasileiro e pela consolidação do sindicalismo forte no Brasil, defendeu muitas vezes que os direitos constitucionais, os direitos dos aposentados, o direito previdenciário, eram inatingíveis.

A sociedade evoluiu, o mundo evoluiu e o mesmo presidente da República, outra hora como candidato criticado pelo mercado de que ele não conseguiria com a sua intelectualidade aplicar no seu governo as leis de mercado, que ele não conseguiria absorver pelas limitações que alguns falsos intelectuais pensavam que ele não conseguiria implementar a modernidade que o Brasil precisa, e qual é a surpresa de muitos quando o presidente Lula, apesar de ser um homem de vanguarda, um homem de esquerda, consegue colocar em discussão a reforma da Previdência Social, consegue colocar em discussão a Reforma Tributária.

Apesar de muitas vezes se posicionar no passado contra a Alca, consegue colocar para o Brasil e o mundo a inserção do Brasil na discussão da Alca. E consegue, num ato de coragem liberar, mesmo que com restrições, os transgênicos no Brasil.

Isto é avanço, é avanço intelectual, é a capacidade que tem o homem de transformar o seu meio, o meio em que vive. E tenho que render as minhas homenagens, apesar de partidos distintos, ao presidente Lula.

Agora, a discussão que eu pensava no campo ideológico, deputado Traiano, qual é a minha surpresa ao ver que a discussão sai do campo da vanguarda ideológica, para entrar no campo do mercado financeiro e do mercado econômico! Nós não podemos aqui defender a

Monsanto, mas não podemos defender a Nortox! E qual é a minha surpresa, como admirador das pessoas que lutaram pela democratização, ou que têm o discernimento ideológico ao ver que efetivamente a discussão sai do campo ideológico e vai para o campo financeiro ou para o campo de empresas de grupos econômicos.

Ora, se for para defender interesses de grupos econômicos, recuso-me a discutir essa matéria. Agora, fico com o interesse dos agricultores. Aí sim, porque se formos falar de ecologia - não sou do ramo, como é o deputado Augustinho Zucchi, mas me parece, Augustinho Zucchi, elementar, que passar uma vez glifosato é bem menos prejudicial do que jogá-la três vezes no solo. Ou, efetivamente, é interesse econômico, porque você põe o glifosato, depois você tem que aplicar um pré-emergente, depois você tem que aplicar o pós-emergente. Não precisa ser muito inteligente para saber que tem empresa nacional ou multinacional que precisa vender esses produtos.

Eu fico, não com a multinacional, nem com a empresa nacional, fico com o agricultor que, aliás, sou também um pequeno agricultor, sou um cooperado de uma cooperativa, e sei o quanto as cooperativas, o quanto os agricultores do Paraná precisam do apoio do governo, e aí, no contraponto, Augustinho Zucchi, apresento um projeto de subsídio para a produção da soja orgânica no Estado do Paraná, subsidiada com recursos da Secretaria da Agricultura onde, isto sim, será um grande diferencial para o governador Roberto Requião alcançar o êxito de ser um governador de vanguarda dentro do Brasil.

Mas, olha, se formos falar de mercado, então, teve um discurso aí badalado: "Porque a China, porque a China, porque a China...". A China pode fazer um negócio da China para eles, não venham com história para nós, porque do Brasil importou 2 milhões de sacos de soja. Dos Estados Unidos, soja transgênica, 6 milhões. Ora, da Argentina, que só produz soja transgênica, 3 milhões! Então que história é essa de mercado, que mercado cativo vai ser a China? Não é por aí! E se o mundo produz, como diz o senador Osmar Dias, 72 milhões de hectares de soja, sendo que 37 milhões de hectares de soja são transgênicos, como não defendo multinacional e nem empresa nacional e me proponho somente com meu mandato defender os pequenos e os médios agricultores deste Estado, vou votar e vou encaminhar para que esse projeto seja acolhido na forma do substitutivo geral do Augustinho Zucchi, porque o fundamental é a rastreabilidade da soja, o fundamental é a certificação da soja.

Existe no Direito uma máxima de leis que, embora legal, não se tornaram com o tempo eficaz. E alguém me perguntaria: Mas existe legislação legal e não eficaz? Existe, sim, e a prova vem daí do Estado co-irmão, o Rio Grande do Sul, onde lá se tem a lei que proibia os transgênicos e o tempo a tornou ineficaz.

Então, existe lei ineficaz? Infelizmente existe. Nós dizíamos no curso de Direito: existem leis que não pegam? Existem leis que não pegam, leis que são feitas

mas que a sociedade não as absorve. E esta de proibir os transgênicos no Paraná, com certeza é um lei fadada a se tornar ineficaz. E prefiro ficar com o discernimento do presidente Lula, o discernimento de que devemos aguardar a legislação federal e enquanto isso votamos o substitutivo do deputado Augustinho Zucchi para que não falamos, no Paraná, mais uma lei que certamente se tornará ineficaz, tendo em vista o conflito de interesse dos agricultores paranaenses que não querem saber dessa disputa entre a Monsanto e a Nortox, que aliás, eu também não quero saber que as duas empresas continuem se dando bem, mas sem o apoio da Assembléia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Próximo inscrito, deputado Elio Rusch, concedo-lhe 10 minutos.

**O SR. ELIO RUSCH**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, gostaria de anunciar a presença do prefeito de Céu Azul Eugênio Basso, juntamente com o seu secretário da Indústria e Comércio, João Paulo, que nos honram com as suas presenças e na sua pessoa, cumprimentar todos os paranaenses aqui presentes nessa Sessão de hoje.

A questão dos transgênicos, na verdade, não deveriam ser debatidos por nós. A lei, sim, mas a questão, o mérito dos transgênicos deve ser debatido por pessoas especializadas nesse assunto. Nem eu acho que poucos deputados, aqui na Assembléia Legislativa têm o conhecimento sobre os transgênicos. Respeito sim, o deputado Augustinho Zucchi, pelo fato de ser um deputado, um profissional da área da agricultura um profundo conhecedor da questão agrícola do nosso país.

Por isso, deputado Zucchi, nós lhe rendemos todas as homenagens e as suas palavras usadas no início da discussão, no encaminhamento desse projeto, com toda certeza transmitiu para esta Casa, aquilo que o projeto ora em discussão possa trazer para o nosso Estado e principalmente para a agricultura do Estado do Paraná.

Todo o projeto e qualquer questão que venha a ser apreciado aqui na Casa e neste plenário, merecem a conciliação, a consideração e a nossa discussão.

Sou grato pelo presidente Stica, presidente desta sessão, o líder do governo Ângelo Vanhoni, no entendimento que nós tivemos a poucos instantes de ao menos terminar o encaminhamento dos deputados já inscritos para discutir essa questão.

Vou dizer de novo. Faço das palavras do senador Álvaro Dias, as minhas, porque o senador disse. Só se pode discutir sobre o assunto, quando você tem amplo conhecimento sobre o mesmo. Não domino a área agrícola, sou leigo, mas sou apreciador, sou um admirador da agricultura e da questão agrícola do nosso Estado e do nosso país.

Quando foi apresentado esse projeto, aqui na Assembléia, pela Bancada do PT liderado pelo deputado Welter, nós nos preocupamos desde o princípio, porque

entendíamos que essa matéria devia merecer uma discussão muito ampla de todos os segmentos da sociedade. E a quem a gente deveria ouvir? Teria que ouvir exatamente os segmentos da agricultura. Quais são os maiores segmentos da agricultura do Estado do Paraná? As cooperativas, a Ocepar.

A Ocepar, como quase todas as cooperativas do Estado do Paraná, defende os transgênicos. Se elas não os defendem, pelo menos defendem uma regulamentação, uma certificação, como diz o substitutivo do deputado Augustinho Zucchi, uma rastreabilidade, certificação dos produtos transgênicos. O que nós estamos votando não é a liberação dos transgênicos, mas nós estamos votando, sim, a proibição.

Se a Assembléia Legislativa, deputado Zucchi, não se manifestar, não votar esse projeto de autoria da Bancada do PT, automaticamente o Paraná como o resto do Brasil está limitado à Legislação Federal. A lei, que é a Medida Provisória baixada pelo presidente da República.

Então nós não estamos liberando os transgênicos se nós não votarmos essa lei, e o Paraná terá os mesmos rigores e será disciplinado o seu plantio de soja de acordo com o Brasil inteiro.

O que eu quero dizer daí, como deputado como representante de uma região essencialmente agrícola. O Sudoeste do Paraná. O Oeste representa algo em torno de 50% da produção de grãos de soja do Estado do Paraná e tenho conversado com os dirigentes das cooperativas de Palotina, de Cascavel, de Medianeira, de Marechal Cândido Rondon, com todas as cooperativas e quase todas foram unânimes na sua afirmação: os transgênicos são inevitáveis hoje, e o próprio senador Osmar Dias declarou isso hoje também na entrevista que concedeu ao deputado Jocelito Canto em sua rádio de Ponta Grossa, quando ele disse que nós plantamos setenta e dois bilhões de hectares de soja no mundo e desses trinta e sete milhões são transgênicos.

Disse muito bem também o deputado Durval Amaral quando se fala na exportação do nosso produto para outros países, especialmente para a China e o senador Osmar Dias declarou hoje que os dez milhões de soja que são importados na China, três milhões vem da Argentina, cinco milhões vêm dos Estados Unidos. A China importou oito milhões de toneladas de soja transgênica e apenas dois milhões de soja o Brasil exportou para a China. Então, quando ouvimos falar “negócio da China”, a China importou 80% da soja transgênica! E o que vamos fazer?

Nós, da Assembléia Legislativa não podemos aprovar uma lei que vai para o Palácio Iguaçu, o governador sanciona e daqui a trinta dias o Congresso Nacional aprova uma lei, o presidente da República sanciona e a nossa lei fica inócua, cai por terra, não tem valor nenhum. É por essa razão que pedimos já na primeira discussão e hoje de novo, o adiamento desse projeto, fazendo com que o Congresso Nacional primeiro se defina.

O que me causou muita estranheza foi quando o deputado Jocelito Canto levantou aqui na Plenária e disse

que na reunião de ontem no Palácio Iguaçu com o governador do Estado e com alguns deputados, esteve presente o Sr. Humberto, representando a Nortox do Brasil, no mínimo me causou estranheza, pois devia estar lá um técnico, um cientista da Embrapa e do Iapar. Ora, temos no Paraná o Iapar; temos no Brasil a Embrapa, empresas altamente especializadas que entendem da pesquisa, que entendem da tecnologia e vamos nós trazer no Palácio Iguaçu um representante de uma empresa para discutir um projeto de tamanha envergadura como a questão dos transgênicos? No mínimo, para mim, causa estranheza! Cabe a cada um a sua interpretação.

Eu entendo que esse senhor que esteve no Palácio Iguaçu deve ser um profundo conhecedor desse assunto, mas deve representar também alguns interesses, ou interesse nacionalista, ou interesse empresarial, ou interesse econômico, ou uma ou outra.

O que estamos discutindo? A questão legal? A questão técnica? Ou uma questão política aqui na Assembléia Legislativa? E eu, como deputado, sigo rigorosamente que entende desse assunto. Quem entende aqui na Assembléia, para mim é o deputado Augustinho Zucchi. Quem entende no Paraná, que é referência no Brasil é o senador Osmar Dias, que foi secretário da Agricultura por duas oportunidades e alguém disse hoje, mas faço questão de dizer de novo: senador Osmar Dias lembrado pelo atual governador do Paraná, Roberto Requião, que disse que o melhor secretário da Agricultura chama-se Osmar Dias. Ora, se ele é o melhor secretário da Agricultura e sempre defende os transgênicos, ele fala com propriedade, ele fala com conhecimento de causa.

Quando nós falamos de transgênicos faz mal ou faz bem para a saúde? Não sei. O senador Osmar Dias disse uma outra frase muito importante, que o Brasil importa leite da Argentina, a Argentina exporta leite para o Brasil e o leite que nós consumimos aqui no Brasil vindo da Argentina é das vacas, as vacas comem farelo de soja na Argentina! O farelo, é de soja transgênica. Então, automaticamente o leite que nós consumimos aqui no Brasil, da Argentina, tem transgênico, porque a vaca é tratada com farelo de produto transgênico. E aonde é que nós ficamos? Não seria mais prudente nós nem votarmos esse projeto? Mas, eu sei que o projeto será votado hoje e segundo entendimento da própria Mesa, primeiro se vota o substitutivo da CCJ.

Não sei qual é o encaminhamento que a Mesa vai dar depois com o substitutivo do Augustinho Zucchi, porque nós já votamos um destaque, um requerimento do próprio deputado Augustinho Zucchi. Se nós vamos apreciar também ou não vamos apreciar? Senão nós estamos prejudicando exatamente um trabalho desenvolvido por uma pessoa especializada e técnica desta Casa, que é o deputado Augustinho Zucchi.

Encerro, senhor presidente e senhores deputados, lamentando profundamente que temos que discutir e votar esta matéria num momento tão importante, num momento em que o Brasil inteiro, num momento em

que o governo federal ainda não tem uma opinião formada. Entre Requião e Osmar Dias na agricultura, eu sempre sou Osmar Dias. E quero dizer, senhor presidente e senhores deputados, é lamentável, mas temos que ouvir, sim, a Ocepar e as Cooperativas, que representam, sem sobra de dúvidas, a agricultura e a produção do nosso Estado do Paraná. Por isso, sou contra o projeto, mas sou a favor do substitutivo do Augustinho Zucchi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Encerrada a discussão.

Está em votação o substitutivo geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para saber de V. Exa. como será o encaminhamento, já que temos o nosso substitutivo. Então, gostaria de saber se votando esse substitutivo agora, automaticamente fica prejudicado o nosso substitutivo ou se entendo pelo menos que seja dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Se aprovado este substitutivo que veio com aval da Comissão de Constituição, já está automaticamente prejudicado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

V. Exa. então não colocará em votação o outro?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Não, porque este veio da Comissão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Apenas para justificar o voto que eu, nessa situação...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deixe para justificar depois de votado, porque não sei se passa pelo Plenário, que é soberano.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não, é para dizer apenas que vou votar contra o substitutivo este, porque obviamente defendo o meu.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Primeiro vamos votar, depois fazemos a declaração.

Em votação o substitutivo.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Verificação de votação, deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores parlamentares que se dirijam aos seus locais para que possamos fazer a conferência da votação.

Os que aprovam o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, queiram levantar-se.

Solicito ao deputado Kielse que faça a contagem.

O SR. CLEITON KIELSE

Trinta e cinco, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e cinco senhores parlamentares, segundo informação do deputado Kielse, votaram pela aprovação do substitutivo.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Doze senhores parlamentares rejeitam o substitutivo.

Está aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito que as galerias não se manifestem.

O SR. DURVAL AMARAL (**Justificativa de Voto**)

Senhor presidente, senhores deputados:

Nós queremos registrar que, no nosso entendimento, nós votamos contrariamente ao projeto, neste momento, ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, por entendermos que o projeto, o substitutivo do deputado Augustinho Zucchi, que dá rastreabilidade e a classificação da soja transgênica é muito mais abrangente e mais propício ao Paraná, razão pela qual votaram desta forma com o deputado Augustinho Zucchi, o próprio deputado, o Durval Amaral; o Plauto Miró; Fernando Ribas Carli; Tureck; Traiano; Luiz Carlos Martins; Neivo Beraldin; Elio Rusch; Valdir Rossoni; Plauto Miró; Jocelito Canto e Luiz Nishimori. Esses deputados, senhor presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, então o nosso substitutivo não será votado, é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não será votado.

Automaticamente foi aprovado o projeto com parecer, o substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça e automaticamente foi prejudicado o seu substitutivo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderá transformar, se for a sua vontade, em projeto à parte.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Deputado Hermas Brandão, nosso presidente, que fique registrado nesta Casa: daqui a alguns dias nós teremos que votar esse projeto, senão existirá soja limpa no Paraná e o resto é conversa mole.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto terá a 3ª discussão na Sessão de amanhã, 3ª votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, as emendas que foram aprovadas na CCJ não vão ser votadas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Automaticamente estão prejudicadas pelo substitutivo geral, nobre deputado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a emenda do deputado Plauto Miró Guimarães, recebeu parecer favorável quanto à constitucionalidade na CCJ razão pela qual eu entendo que o substitutivo não a contempla, logo, como tem parecer favorável, eu entendo que ela deva ser votada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado Durval, o Regimento é bem claro, quando há um substitutivo Geral da Comissão, automaticamente todas as outras emendas, se foi aprovado o substitutivo estão prejudicadas.

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no município de Guaraci, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no município de Guaraci, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Umuarama, o terreno nº 3-B, subdivisão do terreno nº 03, da quadra nº 37, do município de Umuarama. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que autoriza a cessão de

imóvel à Associação dos Amigos do Coração para Coração, com sede em Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a AC - Associação Cantuzinho, com sede no distrito de Geremias Lunardelli, município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ.**

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional - Soame de Rolândia, com sede e foro no município de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 009/2003, de 24.03.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 135/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria da deputada Elza Correia, declara de utilidade pública a Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional - Soame, de Rolândia, com sede e foro no município de Rolândia.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que torna preferencial a adoção de sistemas abertos, na oferta de facilidade e na prestação de serviços públicos por meio eletrônico. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 009/2003, de 24.03.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 136/2003I

##### P A R E C E R :

##### Histórico

O Projeto de Lei nº 136/2003, de autoria do deputado Edson Praczyk, torna preferencial a adoção de sistemas abertos, na oferta de facilidades e na prestação de serviços públicos por meio eletrônico.

#### Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Depreende-se que a proposição pretende obrigar o Poder Executivo a disponibilizar obrigatoriamente aos usuários programas abertos de computador, mesmo que sejam fornecidos programas com licenças proprietárias, fato que privilegiará todos os usuários independentemente da plataforma utilizada por estes.

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 136/2003

##### P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Edson Praczyk, tem por objetivo tornar preferencial a adoção de sistemas abertos, na oferta de facilidade e na prestação de serviços públicos por meio eletrônico.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ANDRÉ VARGAS - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 136/2003

##### P A R E C E R :

De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que torna preferencial a adoção de sistemas abertos, na oferta de facilidade e na prestação de serviços públicos por meio eletrônico.

O presente projeto trata de um tema importantíssimo e que requer uma discussão mais detalhada, no entanto, dada a brevidade do tempo, a presente Comissão acompanha os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças, que opinaram favoravelmente, por prevalecerem os interesses maiores da comunidade.

Sendo assim, chamada esta comissão a opinar, acompanhamos os pareceres das nobres Comissões,

dando parecer favorável, ao projeto do deputado Pastor Edson Praczyk.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva Independente, com sede e foro no município de São Mateus do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA. nº 012/2003, de 31.03.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 162/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva Independente, com sede e foro no município de São Mateus do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 315/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, os seguintes cargos efetivos: 06 (seis) cargos de contador, nível D9, 03 (três) vagas de economista, nível D9, 20 (vinte) cargos de analista de sistemas, nível D9 - 20 (vinte) cargos de oficial judiciário, nível A8, 23 (vinte e três) cargos de técnico em computação, nível C1, como disposto no anexo I da presente lei, os quais passam a integrar os anexos da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 2º - Ficam criados no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, os seguintes cargos em comissão: 01 (um) cargo de supervisor do Centro de Apoio ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus, simbologia DAS-4, 01 (um) cargo de assessor técnico do Centro de Apoio ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus, simbologia 1-C, 40 (quarenta) cargos de oficial de gabinete de desembargador, simbologia 1-C, 01 (um) cargo de oficial de gabinete do presidente, simbologia 1-C, 01 (um) cargo de oficial do gabinete do vice-presidente, simbologia 1-C e 01 (um) cargo de oficial de gabinete do corregedor, simbologia 1-C, como disposto no anexo II da presente lei, os quais passam a integrar o Anexo próprio da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.2003.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### ANEXO I

#### CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupo Ocupacional	Cargo	Local	Nº de Cargos	DESLOCAMENTO NA CARREIRA	
				INICIAL	FINAL
SUPERIOR	Contador	Capital	06	D9	E9
	Economista	Capital	03	D9	E9
	Analista de Sistemas	Capital	20	D9	E9
INTERMEDIÁRIO	Oficial Judiciário	Capital	20	A8	D8
	Técnico em Computação	Capital e Interior	23	C1	D8

## ANEXO II

## CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Cargo	Nº de Cargo	Simbologia
Supervisor do Centro de Apoio ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus	01	DAS-4
Assessor técnico do Centro de Apoio ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus	01	1-C
Oficial de gabinete de desembargador	40	1-C
Oficial de gabinete presidente	01	1-C
Oficial de gabinete do vice-presidente	01	1-C
Oficial de gabinete do corregedor	01	1-C

## JUSTIFICATIVA:

Na área de Informática, a premente necessidade da criação dos cargos de analista de sistemas e de técnico em computação decorre do crescente e indispensável processo de informatização do Poder Judiciário, que exige o desenvolvimento de novos sistemas computacionais e a ampliação dos serviços de atendimento técnico, bem como a manutenção da estruturação existente.

A área de informática atende a todos os setores vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, na Capital e no Interior, inclusive os Juizados Especiais. É de se ressaltar que no atual Quadro, a falta de cargos dessa natureza tem dificultado a assistência técnica aos Fóruns da Capital e aos das Comarcas do interior, os quais já dispõem de microcomputadores e impressoras em suas salas de audiência.

Ainda no que diz respeito aos cargos de analista de sistemas e de técnico em computação, a ampliação proporcionará uma notável economia para os cofres públicos, visto que afastará a necessidade de contratação de empresas especializadas para a execução de tais serviços.

Requer urgência também a criação dos cargos de contador e economista, dada a necessidade de se dispor de mecanismos de controle em razão da aplicação e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, visando ao acompanhamento orçamentário e financeiro do Poder Público, bem como à análise contábil das contas públicas.

Os cargos de oficial judiciário serão destinados ao Departamento Judiciário, para atender a crescente e significativa demanda de processos, conforme observa-se no demonstrativo abaixo:

ANO	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	%		PROCESSOS JULGADOS	%	
1994	8.041		105,16	6.957		182,10
1995	7.634	-5,06		8.898	27,90	
1996	8.579	12,38		9.722	9,26	
1997	9.041	5,39		10.183	4,74	
1998	10.044	11,09		11.779	15,67	
1999	11.808	17,56		13.035	10,66	
2000	15.986	35,38		16.425	26,01	
2001	14.699	-8,05		17.061	3,87	
2002	16.497	12,23		19.626	15,03	

Considerando ainda o acréscimo de demanda recursal, estão sendo criados os cargos de oficial de gabi-

nete de desembargador que visam auxiliar nos procedimentos afetos aos respectivos gabinetes.



Outrossim, com a instituição do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, pela Lei nº 12.216/98, estabeleceu-se a necessidade da criação do cargo de supervisor do Centro de Apoio do referido Fundo, cujo ocupante procederá à coordenação da estrutura existente,

bem como a administração dos recursos ali alocados, e, ainda visando fortalecer a estrutura do referido Centro, está sendo criado o cargo de assessor técnico que terá como incumbência a fiscalização da arrecadação dos recursos do Funrejus.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARANÁ  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA**

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme segue:

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DECORRENTE DA  
CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - DESPESA ANUAL**

<b>CARGO</b>	<b>SIMB. NÍVEL</b>	<b>Nº DE CARGOS</b>	<b>CUSTO P/CARGO</b>	<b>%</b>	<b>VERBA REPRES.</b>	<b>GRAT. PROD.</b>
Contador	D-9	6	1.658,57	80,00%	1.326,86	12,86
Economista	D-9	3	1.658,57	80,00%	1.326,86	12,86
Analista de Sistema	D-9	20	1.658,57	80,00%	1.326,86	12,86
Oficial Judiciário	A-8	20	760,72	-	-	-
Técnico em Computação	C-1	23	1.068,30	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>72</b>	<b>6.804,73</b>	<b>80,00%</b>	<b>3.980,57</b>	<b>38,58</b>

<b>IF</b>	<b>GRAT. ASSID.</b>	<b>TOTAL MÊS</b>	<b>%</b>	<b>TERÇO FÉRIAS</b>	<b>13º SALÁRIO</b>	<b>Nº MESES</b>	<b>CUSTO ANUAL</b>
12,57	100,00	18.665,14	33,33%	6.221,09	18.065,14	12	248.267,86
12,57	100,00	9.332,57	33,33%	3.110,54	9.032,57	12	124.133,93
12,57	100,00	62.217,12	33,33%	20.736,97	60.217,12	12	827.559,53
	100,00	17.214,40	33,33%	5.737,56	15.214,40	12	227.524,76
	100,00	26.870,90	33,33%	8.956,07	24.570,90	12	355.977,77
<b>37,71</b>	<b>500,00</b>	<b>134.300,12</b>	<b>33,33%</b>	<b>44.762,23</b>	<b>127.100,12</b>	<b>12</b>	<b>1.783.463,84</b>

**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - DESPESA ANUAL**

<b>CARGO</b>	<b>SIMB. NÍVEL</b>	<b>Nº DE CARGOS</b>	<b>CUSTO P/ CARGO</b>	<b>-</b>	<b>VERBA REPRES.</b>	<b>CUSTO BÁSICO</b>
Supervisor - Funrejus	DAS-4	1	2.424,64	-	532,64	350,91
Assessor Técnico	1-C	1	982,82	-	121,73	207,12
Of. gabinete Desembargador	1-C	40	982,82	-	121,73	207,12
Of. gabinete Presidente	1-C	1	982,82	-	121,73	207,12
Of. gabinete Vice-Presidente	1-C	1	982,82	-	121,73	207,12
Of. gabinete Corregedor	1-C	1	982,82	-	121,73	207,12
<b>TOTAL</b>		<b>45</b>	<b>7.338,74</b>	<b>-</b>	<b>1.141,29</b>	<b>1.386,51</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>117</b>	<b>14.143,47</b>	<b>-</b>	<b>5.121,86</b>	<b>1.425,09</b>

<b>T.I.D.E.</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL MÊS</b>	<b>%</b>	<b>TERÇO FÉRIAS</b>	<b>13º SALÁRIO</b>	<b>Nº MESES</b>	<b>CUSTO ANUAL</b>
350,91	-	3.659,10	33,33%	1.219,58	3.659,10	12	48.787,88
207,12	-	1.518,79	33,33%	506,21	1.518,79	12	20.250,48
207,12	-	60.751,60	33,33%	20.248,51	2.430.064,00	12	3.179.331,71
207,12	-	1.518,79	33,33%	506,21	1.518,79	12	20.250,48
207,12	-	1.518,79	33,33%	506,21	1.518,79	12	20.250,48
207,12	-	1.518,79	33,33%	506,21	1.518,79	12	20.250,48
<b>1.386,51</b>	<b>-</b>	<b>70.485,86</b>	<b>33,33%</b>	<b>23.492,94</b>	<b>2.439.798,26</b>	<b>12</b>	<b>3.309.121,52</b>
<b>1.424,22</b>	<b>-</b>	<b>204.785,98</b>	<b>33,33%</b>	<b>68.255,17</b>	<b>2.566.898,38</b>	<b>12</b>	<b>5.092.585,36</b>

Curitiba, 27 de maio de 2003.

(aa) JOÃO ALBERTO FLIZIKOWSKI - Técnico Judiciário  
JUCIMAR JAZAR MAROCHI - Diretora de Assessoria de Planejamento

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 315/2003**

**P A R E C E R :****Relatório**

O projeto de lei acima, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por finalidade “criar cargos no quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça”.

Na justificação, o autor ressalta a necessidade da criação dos cargos de analista de sistema e de técnico em

computação, decorrente o crescente desenvolvimento de informatização do Poder Judiciário, bem como, a manutenção da estrutura existente. Ressalta ainda a urgência na criação dos cargos de contador e economista, da a necessidade de se dispor de mecanismo de controle em razão da aplicação e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os cargos de oficial judiciário serão destinados ao Departamento Judiciário, para atender a demanda de processos. Considerando o acréscimo da demanda recursal, estão sendo criados os cargos de oficial de gabinete de desembargador. O cargo de supervisor

do Centro de Apoio ao Funrejus procederá à coordenação da estrutura existente e de assessor técnico que terá a incumbência da fiscalização da arrecadação dos recursos do Fundo.

A Secretaria de Estado da Fazenda informa que tem repassado mensalmente ao Tribunal de Justiça os valores correspondentes ao limite constitucional, sendo que qualquer acréscimo de despesa deverá ocorrer dentro deste. Consta no projeto de lei uma declaração do presidente, desembargador Oto Luiz Sponholz, que as despesas decorrentes da criação de novos cargos, estão contemplados na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2003, no Plano Plurianual 2000/2003 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2003, e que tais despesas foram aprovadas pelo Tribunal de Justiça, na Sessão do Órgão Especial do dia 23 de maio de 2003.

É o relatório.

#### **Voto do Relator**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do chefe do Poder Judiciário, estando presente o princípio da admissibilidade.

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, sendo, pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente e Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 315/2003**

#### **P A R E C E R :**

##### **Relatório:**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo criar cargos no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

##### **Fundamentação**

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha o pensamento dos membros da CCJ entendendo que a matéria irá proporcionar maior economia para os cofres públicos, tendo em vista que afastará a necessidade de contratação de empresas especializadas para execução de serviços de informática e mecanismos de controle aos trabalhos do Poder Judiciário, através da criação de cargos de contador e economista.

##### **Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 315/2003.

Sala das Comissões, em 13.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Liga de Remo do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2003, de 04/06/2003)**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 328/2003**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública a Liga de Remo do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu queria consultar à Mesa se pode transferir por cinco Sessões o item 12. Na sequência, entrarei com o requerimento.

#### **O SR. LUIZ NISHIMORI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, também gostaria que o Projeto de Lei nº 568 fosse adiado por mais cinco Sessões, item 22.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No devido momento, colocarei em votação o requerimento de V. Exa. e do deputado Jocelito Canto.

#### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25/06/2003).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 373/2003**

#### **P A R E C E R :**

##### **Do Relatório**

1 - O Projeto de Lei nº 373/2003, de iniciativa do Exmo. deputado estadual Jocelito Canto, tem por escopo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Wilton Moraes Lopes.

### **Da Fundamentação**

2 - Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbice legal em prosseguir, salientando que se trata de iniciativa de grande mérito e que merece consideração e apreço, pois concede título de Cidadão Honorário ao Padre Wilton Moraes Lopes, que conforme depreende-se da justificativa em anexo trata-se de pessoa ilibada conduta, de caráter exemplar, uma grande personalidade da assistência social.

### **Da Conclusão**

3 - Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 373/2003, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2344, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 373/2003.

### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que cria a Semana Estadual da Juventude. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2003, de 26/08/2003)**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 488/2003**

#### **P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei nº 488/2003, de autoria do senhor deputado Mauro Moraes, tem por objetivo criar a Semana da Juventude.

O projeto de lei tem como objetivo abrir um espaço aos jovens para que os mesmos possam expor suas idéias, incentivando que o seu trabalho seja visto e respeitado, além da compreensão pela incerteza de um futuro num mundo tão conturbado.

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se pela aprovação do presente plano de lei, pois não foi encontrado impedimento constitucional, que possa barrar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

### **ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.899, de 25 de novembro de 2002. (Utilidade Pública). **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

**COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 513/2003**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nelson Tureck, tem o objetivo de alterar a redação da Lei nº 13.899, de 25 de novembro de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Ensino Infantil e Ensino Fundamental, trocando a expressão Colégio por Escola, conforme consta do estatuto da entidade.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 513/2003, mas que para possa seguir sua tramitação normal nesta Casa de Leis, apresentamos, também, um substitutivo geral ao mesmo, corrigindo o foro da associação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 513/2003**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 13.899, de 25 de novembro de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Ensino Infantil e Ensino Fundamental, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Manoel Medina Martins - Ensino Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no município de Goioerê.”

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

### **ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.719/2002, de Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para Centro de Educação Infantil Boa Esperança. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 535/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da nobre deputada Elza Correia, tem por objetivo de alterar a redação da Lei nº 13.719, de 09 de julho de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações, que através decisão averbada sob nº 1569/2002, do Livro 2 de Pessoa Jurídica do 1º Ofício de Títulos e Documentos de Londrina, passou a denominar-se Centro de Educação Infantil Boa Esperança.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei, na forma do substitutivo geral em anexo, para adequar a proposição às normas legislativas vigentes.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 535/2003

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 13.719, de 09 de julho de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações, que passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator

**ITEM 16**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Estrada Piauí - AMEP, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2003, de 17/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 546/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Piauí - AMEP, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Agropecuária Transparaná, com sede e foro no município de Ortigueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2003, de 17/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 551/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação Agropecuária Transparaná, com sede e foro no município de Ortigueira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 557/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Casa Padre Bernardo Reck, obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Santa Isabel do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 557/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Casa Padre Bernardo Reck, obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Santa Isabel do Ivaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 558/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social Municipal de Floresta, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 559/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social Municipal de Floresta, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública A EDHUCCA - Escola de Desenvolvimento Humano, "Casa do Caminho", com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2003, de 23/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 563/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Artagão Júnior, declara de Utilidade Pública A EDHUCCA - Escola de Desenvolvimento Humano, Casa do Caminho, com sede e foro no município de Apucarana.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Tomi Nakagawa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2003, de 23/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 568/2003

P A R E C E R :

O presente de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Luiz Nishimori, propõe a concessão de título de Cidadania Honorária deste Estado às Sra. Tomi Nakagawa, única pessoa ainda viva que chegou ao Brasil no primeiro navio vindo do Japão, o Kasato Maru, em 1908.

Nascida em 15 de outubro de 1906, em Tamana-Shi-Kumamoto-Ken, no Japão, passou sua infância no interior paulista, vindo a residir em 1958, onde reside até hoje.

Grande empreendedora e pioneira na sociedade paranaense, empenhou-se ao máximo na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Mãe de 08 filhos, possui ainda 30 netos, 33 bisnetos e 1 tataraneto, todos aprendizes de seus ensinamentos e de sua forma serena de viver.

A concessão de título honorífico do Estado, está vinculada ao cumprimento das condições previstas na Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, e a satisfação das

condicionantes estabelecidas na lei mencionada estão adequadamente demonstradas nos autos deste projeto de lei, inclusive, a informação da Diretoria Legislativa desta Casa nos dá conta que o PSDB ainda não apresentou, nesta legislatura, projeto de lei desta natureza.

Considerando portanto a plena adequação desta proposição aos ditames constitucionais, legais e regimentais esta Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2343, de autoria do senhor deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 568/2003.

### ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Apaceebja - Associação dos Professores e Alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adulto de Goioerê - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2003, de 29/09/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 578/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a APACEEBJA - Associação dos Professores e Alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adulto de Goioerê - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2302, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2303, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2304, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2305, de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2306 e 2307, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2308, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2310 e 2339, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2312, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2314, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2316 a 2318, de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2321 e 2322, de autoria do deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2325, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2329, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2332, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2335, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2336, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2337, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2338, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Marcos Isfer, com apoio dos deputados Doutor Luciano, Renato Gaúcho, Arlete Caramês, Pedro Ivo Ilkiv e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2341, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 2342, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Prejudicado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Para não deixar passar em branco, que esteve aqui nesta Casa acompanhando toda a votação também dos transgênicos, uma grande liderança, doutora e pioneira em agroecologia, que também recebeu título desta Casa como cidadã paranaense, a Dra. Ana Primavesi.

Eu gostaria de registrar a sua presença, assim como tivemos vários vereadores, principalmente da região Sudoeste.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a visita dos ilustres visitantes nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 066, 077, 276 e 345/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 307 e 523/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 135, 136, 162, 315, 328, 373, 488, 513, 535, 546, 551, 557, 558, 559, 563, 568 e 578/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2003

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/2003

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 005, 013, 020, 027, 029, 037, 039, 043, 049, 050, 055, 070, 076, 098 e 099/2003.

Marco ainda uma Sessão Solene em homenagem ao Jubileu de Prata do Pontificado de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Convido ainda os senhores deputados para participarem da Sessão Solene de Outorga de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Alfredo Gelinski, por proposição do senhor deputado Cezar Silvestri, quarta-feira, dia 15, às dezessete horas.

Levanta-se a Sessão.

#### Atas de CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 18ª REUNIÃO

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Ple-

narinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Waldir Leite, Ademir Bier e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à votação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir foram ouvidos os depoimentos dos funcionários do Banestado os senhores Valdir Antonio Perin, Luiz Alberto Zeni e a senhora Sonia Regina de Souza. Devido às respostas evasivas e contraditórias dos depoentes o deputado Pedro Ivo Ilkiv requereu que fosse feita uma acareação entre os senhores Délcio Siqueira, Alaor Alvim Pereira, Ademir Cavallieri, e as senhoras Ana Maria Paiva e Maria Filomena. Em votação. APROVADO. Em seguida o senhor presidente suspendeu a reunião para que os membros pudessem se deslocar até o Plenário, para participar da votação de assunto relevante. Após o reinício dos trabalhos, foram ouvidos os senhores Venilton Tadini, coordenador geral de Modelagem de Venda; Nelson Roberto Niero, da área de Avaliação de Ativos Patrimoniais; João Alberto Costa, ex-funcionário do Banestado e a senhora Ana Lúcia Petraglia, da área de Sistemática de Alienação. No decorrer do depoimento destes, o senhor presidente requereu a quebra de sigilo bancário das operações de crédito avaliadas com valor zero, pelo Banco Fator. Em votação. APROVADO. O deputado Neivo Beraldin concedeu o prazo de cinco dias úteis para entrega dos documentos solicitados pela Comissão. A documentação solicitada bem como as respostas às indagações dos deputados membros, aos depoentes, constam das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. Em seguida o senhor presidente marcou a próxima reunião para a próxima segunda-feira, dia 23 de junho, do corrente ano; às 09h00, neste mesmo local. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 25ª REUNIÃO

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenário), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Pedro Ivo Ilkiv, Ademir Bier, Milton Pupio e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à vota-



ção a Ata da reunião anterior. APROVADA. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DO BANESTADO  
ATA DA 28ª REUNIÃO

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Francisco Bühler e Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à votação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir foram ouvidos os depoimentos dos senhores Valmor Picolo, Odair Turechetti, que entre outras declarações, afirmou que o Banco Central do Brasil nunca fiscalizou as contas de Nova Iorque do Banestado, agência XV de Novembro. O deputado Delegado Bradock solicitou que ficasse registrada esta declaração. A depoente Lurdes Maria Perin Vieira concordou com a quebra de seu sigilo bancário e fiscal, bem como de seu esposo o senhor Ronildo Alves Vieira que também assinou a autorização para que a Comissão possa requerer ao órgão competente. Depôs também a senhora Cristina Barwinski. A íntegra das perguntas e das respostas dos depoentes, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DO BANESTADO  
ATA DA 33ª REUNIÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühler, Doutor Luciano, Fernando Ribas Carli, Ademir Bier e Plauto Miró Gui-

marães. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à votação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir a Comissão passou a inquirir os depoentes: José Edson Carneiro de Souza, ex-gerente da Banestado Leasing; Carlos Antônio Ghesti, Carlos Enrique Franco Amastha, Maria Amastha Zibetti, todos os três últimos depoentes com participação na empresa Aspen Park; Jackson Ciro Sandrini, ex-diretor da Banestado Leasing; Luiz Antônio Eugênio de Lima, ex-gerente de Divisão da Banestado Leasing; Alexandre Frederico Bordignon Schwartz, ex-advogado da Banestado Leasing; a Comissão deliberou FAVORAVELMENTE pela oitiva do senhor Gilberto Pasquinelle, ex-proprietário do terreno onde foi construído o Shopping Aspen Park, independentemente de convocação. O senhor Miguel Gellert Krigsner, sócio da empresa O Boticário e com participação na empresa Aspen Park, convocado a depor nesta reunião, não compareceu. A íntegra das respostas às indagações dos senhores deputados-membros, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. O senhor presidente fez a leitura do ofício assinado pelo senhor deputado Nelson Justus, solicitando o seu desligamento da Comissão e desejando sucesso no prosseguimento dos trabalhos. A Comissão deliberou FAVORAVELMENTE pelo requerimento de todos os documentos e a convocação de todas as pessoas que possam colaborar para esclarecer a morte do senhor Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos. O senhor deputado Ailton Araújo requereu a documentação contábil da empresa de alimentação Mei Mei Chinês Fast Food, da qual a esposa do senhor Luiz Antônio Eugênio de Lima é sócia. Requereu também que a associação dos advogados da Banestado Leasing informe a esta CPI os valores repassados aos funcionários desta, a título de comissão por operações aprovadas ou executadas pelo senhor Luiz Antonio Eugênio de Lima àqueles. Em votação. APROVADO. O senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv requereu a convocação de representantes das Indústrias Madeirit, Guararapes e Sudati, bem como outras madeireiras que contaram com a Banestado Reflorestadora/Ambiental Paraná, e o senhor Eugênio Stefanello, para a próxima reunião. Em votação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DO BANESTADO  
ATA DA 34ª REUNIÃO

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito

do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühner, Doutor Luciano, Ademir Bier e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à votação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir a Comissão passou a inquirir os depoentes: Carlos Antônio Valente Castro, ex-diretor-presidente da Banestado Corretora; Paulo Roberto Gonçalves da Silva, ex-diretor da Banestado Corretora; Raul Félix, ex-diretor da Banestado Corretora. Não compareceram à reunião os senhores Rodrigo Pereira Gomes Júnior e Dimitri Vasic. A íntegra das respostas às indagações dos senhores deputados-membros, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. A Comissão deliberou FAVORAVELMENTE pela reconvocação dos senhores Rodrigo Pereira Gomes Júnior e Raul Félix, para a reunião do dia 15 de outubro do corrente ano, às 10h00, onde deverá ser ouvido também o senhor José Schlapack, com outros funcionários que atuavam com ele na liberação de recursos para publicidade e propaganda do Banestado. O senhor presidente comunicou os senhores deputados-membros da Comissão, que na próxima reunião, a realizar-se no dia 14 de outubro do corrente ano, às 10h00, neste local, serão ouvidos os membros da Comissão de Licitação que contratou o Consórcio CCF e o Consórcio Fator para avaliação do Conglomerado Banestado, atuando no processo de privatização: a senhora Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, presidente da Comissão supracitada, Marcos Antônio Jagher, ambos representantes da Secretaria da Fazenda; e os demais membros: Márcia Carla Pereira Ribeiro, da Procuradoria Geral do Estado, Carlos Roberto Sebastiani e Waldemar Dante Borgaro, ex-servidores do Banestado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados-membros e pelo secretário da Comissão.

**Errata: Onde se lê treze dias do mês de setembro, leia-se treze dias do mês de outubro.**

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 35ª REUNIÃO

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Berardin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Doutor Luciano, Ademir Bier,

Miltinho Pupio, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühner e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à votação a Ata da reunião anterior. APROVADA. Antes de serem ouvidos os depoentes, o deputado Delegado Bradock passou a apresentar um elenco de irregularidades para justificar a solicitação de exumação do cadáver de Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos. Relatou que não foram obedecidos os procedimentos normais para identificação de um cadáver sem possibilidade de identificação visual, tendo em vista que não houve a coleta das digitais; não foram tiradas fotografias no local do acidente e no necrotério; não foi realizado exame da arcada dentária, tendo sido o odontólogo legal dispensado de fazê-lo. O deputado Delegado Bradock concluiu relatando que os peritos do IML não souberam responder por que foi realizado apenas um exame superficial e descritivo das lesões, o que não é suficiente para o reconhecimento. O relator afirmou ainda que o ex-diretor da Banestado Leasing está com seu CPF ativo e possui duas identidades, não tendo sido efetuada a baixa nos documentos. Pelas dúvidas ainda maiores existentes sobre o caso, o deputado Delegado Bradock afirmou que a única alternativa seria o encaminhamento do pedido judicial. O presidente, deputado Neivo Berardin, deixou a palavra livre para a manifestação dos demais membros da Comissão. Como ninguém se manifestou, o presidente informou que, conforme já aprovado na 32ª Sessão, e em vista das justificativas apontadas pelo deputado Delegado Bradock, o pedido de exumação será encaminhado à Justiça, que poderá decidir o assunto. A seguir a Comissão passou a inquirir os depoentes: Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, presidente da Comissão de Licitação do Processo de Avaliação do Banestado, e os membros da referida Comissão: Marco Antônio Jahger (Sefa), Márcia Carla Pereira Ribeiro (PGE), Carlos Alberto Sebastiani (Banestado) e Valdemar Dante Borgaro (Banestado). A íntegra das respostas às indagações dos senhores deputados-membros, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. A Comissão deliberou FAVORAVELMENTE pela reconvocação da senhora Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, da senhora Márcia Carla Pereira Ribeiro e do senhor Valdemar Dante Borgaro, para que estejam presentes à reunião que se realizará no dia 20 de outubro, às 10h00, juntamente com outras pessoas que fiscalizaram os trabalhos de avaliação e privatização do Banestado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
ALAN MARCOS ANDRADE - Secretário